

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CEZAR AUGUSTO RUFINO DE SANTA ANA

O LUGAR COMO AQUARELA DE NATUREZA E CULTURA:
a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ.

MACAÉ
2014

Cezar Augusto Rufino de Santa Ana

O LUGAR COMO AQUARELA DE NATUREZA E CULTURA:
a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Gustavo Arantes Camargo
Co-Orientadora: Professora Giuliana Franco Leal

MACAÉ
2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cezar Augusto Rufino de Santa Ana

O LUGAR COMO AQUARELA DE NATUREZA E CULTURA:
a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em

Prof. Dr. Gustavo Arantes Camargo (Orientador)

Prof. Dr. Thaddeus Gregory Blanchette (UFRJ)

Prof. Dr. Danilo Augusto Santos Melo (UFF)

DEDICATÓRIA

À minha esposa Joelma, essa companheira incansável; aos meus filhos, pela paciência e pelas pipocas que não pude comer com eles durante este tempo; à minha mãe (*in memorian*), pelo segredo confiado neste projeto e pelas vezes que ouvi “*A Barca*” de sua voz suave; ao meu pai (*in memorian*), pelo tanto que me ensinou a pescar; aos meus irmãos e amigos, porque os irmãos são sempre amigos e os amigos sempre irmãos; a Gustavo Arantes Camargo e Giuliana Franco Leal, porque foram irmãos, amigos e orientadores; aos pescadores da Boca da Barra, a quem devolvo este trabalho que peguei de empréstimo para ser ainda mais humano.

AGRADECIMENTOS

Navegar o coração pelas águas do mar pra lá do arco-íris deve ser um dos maiores desafios da leveza humana. Exige olhar o invisível para descortinar as vozes do silêncio que muitas vezes insistimos em não ouvir porque nem sempre para além do arco-íris há potes dourados e brilhantes. Mas não há que se ter medo das teias invisíveis presentes nas rotas da maré de nossa história, da história do que somos no mundo e do mundo que somos nós.

E o mundo somos nós porque nunca somos sós. Somos feitos em um só tempo de todo azul do mar e de naufrágios, mas sempre nós. Borrascas, piratas, dragões, sereias, cruzeiros, o prateado das águas... Sempre tantos. Arquipélagos, nunca ilha.

Assim somos muitos neste pequeno pedaço que escrevemos sobre os Pescadores da Boca da Barra. Entre os muitos nós, agradeço:

A Deus, pelo Milagre dos Peixes que escreve a metáfora da multidão que somos;

Ao professor Gustavo Arantes e à professora Giuliana, pela orientação – essa palavra que ainda é pouca para traduzir o quão amigos vocês foram;

Aos professores Luiz Alberto Couceiro e Thaddeus Blanchette, pelas inúmeras contribuições e pela amizade construída;

Aos demais professores do PPG-CiAC;

Ao professor João Baptista Ferreira de Mello, do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo apoio;

Ao professor Danilo Augusto Santos Melo, pela presteza e confiança;

Aos colegas de trabalho do NUPEM e do Campus UFRJ/Macaé, pelo permanente incentivo;

Aos colegas de turma do PPG-CiAC e aos demais alunos com os quais aprendi muito;

À Colônia de Pesca Z 22, na figura de Seu Abraão Ney de Souza;

Aos pescadores Alfredo, Odilon, Celino, Silvinho, Serginho, Chico Campos (*in memoriam*), Manoel, Márcio, Denilson e demais pescadores da Boca da Barra;

À dona Sônia e todas aquelas que salgaram o peixe como se debulhassem o trigo para fazer o milagre do pão;

A todos os moradores da Boca da Barra que afagam a terra para conhecer os desejos da terra e fecundar o chão.

Aos amigos do Colégio Mosaico, pela esperança renovada a cada dia.

*Quatro horas da madrugada
O pescador se levantava
Pra ver a estrela
Que lá no alto
Ela brilhava.*

*O pescador seguia em frente
No seu barquinho a motor
Desafiando as águas do mar
E pensando no seu amor.*

*Além do horizonte
O barco sumia
O pescador ia pensando
Na tristeza e na fantasia.*

*O pescador puxava a rede
Ansioso, cantava uma canção
Às vezes encontrava peixe
E às vezes a rede rasgada por tubarão.*

*O pescador é corajoso
E não desanima não,
Mas não tem a esperança
Que dias melhores virão.*

*Dona Sônia, pescadora e ex-salgadeira
da Boca da Barra.*

*Tu sabes bem que em meu barco
eu não tenho nem ouro nem espadas
somente redes e o meu trabalho...*

Pe. Zezinho, A Barca

RESUMO

SANTA ANA, Cezar Augusto Rufino de. **O lugar como aquarela de natureza e cultura: a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ.** Macaé, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2014.

A topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, na cidade de Rio das Ostras, região das baixadas litorâneas do Rio de Janeiro, é o foco de estudos desta pesquisa. Por topoafetividade entende-se o conjunto de afetos que podem ser desencadeados por um lugar. Por sua vez, esse conjunto desdobra-se em dois tipos de afetos definidos pelo geógrafo humanista Yi Fu Tuan: topofilia, elo de afetos positivos; topofobia, elo de afetos negativos. O percurso teórico da investigação ora demarcou, ora entrelaçou conceitos como espaço e lugar, natureza e cultura, alterações e persistências identitárias, entre outros. No entorno da investigação, a pesquisa relacionou-se com a especificidade do grande índice recente de crescimento populacional que põe em relevo a cidade de Rio das Ostras. A investigação é social, descritiva, teórica, documental, qualitativa e foi realizada por meio de pesquisa de campo, tendo como base de levantamento de informações, para análise e interpretações, entrevistas semiestruturadas, realizadas com uma família típica de pescadores, além de observação participante.

Palavras-chave: Topofilia. Topofobia. Lugar.

ABSTRACT

SANTA ANA, Cezar Augusto Rufino de. **O lugar como aquarela de natureza e cultura: a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ.** Macaé, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2014.

The topoaffectiveness of the fishermen from Boca da Barra, in Rio das Ostras city, region of coastal lowlands of Rio de Janeiro, is the focus of this research. Topoaffectiveness means the compound of affections that can be triggered by a place. In its turn, this compound unfolds itself in two kinds of affects defined by the humanist geographer Yi Fu Tuan. They are: topophilia – positive affection's links; topophobia – negative affection's links. The theoretical path of the study sometimes had delimited, sometimes had intertwined concepts such as space and place, nature and culture, identitarian changes and persistences, among others. Surrounding the study, the research was related with the specificity that highlights Rio das Ostras city based in its big recent index of population growth. The research is social, descriptive, theoretical, documental and qualitative. Starting from a conceptual debate, it has been found through the fieldwork the existence or not of topoaffectiveness for Boca da Barra in the surveyed social group, a meaning space for them, and transformed, because of that, in a place.

Keywords: Topophilia. Topophobia. Place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – fotografia da Ponte Sales Ferreira com o manguezal da Boca da Barra à direita e a foz do Rio das Ostras à esquerda.....	88
Figura 2 – fotografia da Praia da Boca da Barra	89
Figura 3 – fotografia do Píer “Chico Campos”, homenagem ao pai de nossos pais pescadores.....	89
Figura 4 – Fotografia da praia da Boca da Barra com o centro da cidade ao fundo	90
Figura 5 – Fotografia da Rua Teresópolis, Boca da Barra. Pescador entalhando rede na calçada.....	90
Figura 6 – Fotografia da Rua Teresópolis – sentido Praia do Cemitério à Praia da Boca da Barra.....	91
Figura 7 – Fotografia de Barco pintado no muro, mostrando a ligação do lugar com a pesca	91
Figura 8 – Fotografia de Redes na calçada e barcos na foz do Rio das Ostras	91
Figura 9 – Fotografia de Muro pintado em homenagem a antigo pescador	92
Figura 10 - Bar na Boca da Barra com foto da Praia da Boca da Barra.....	92
Figura 11 – Fotografia de Parede de bar na Boca da Barra: desenho da Praia da Boca da Barra	92
Figura 12 – Fotografia dos bares e peixarias que movimentam a economia do lugar	93
Figura 13 – Fotografia de peixaria, com destaque para a palavra “pescador” como marca identificadora da pessoa.....	101
Figura 14 – fotografia da amendoeira, ponto de encontro dos antigos pescadores, tirada por Luiz Montenegro, em 24/05/2011.....	103
Figura 15 – fotografia da imagem do santo, ornamentada para a procissão.	109
Figura 16 – fotografia dos pescadores levando o andor para a procissão marítima.....	109
Figura 17 – Fotografia da procissão marítima com barcos sincronizados.	110
Figura 18 - Fotografia do desembarque do andor no píer da Boca da Barra.....	111
Figura 19 - Fotografia de moradores e fieis acompanhando a volta do Santo à Capela	111
Figura 20 – Vista aérea de parte de Rio das Ostras, constando a Boca da Barra (Google, 2010).....	124
Figura 21 - Fotografia de aviso de restrição à pesca na Praia da Boca da Barra.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PIB de Rio das Ostras.....	86
Quadro 2 – Ocupação profissional da família-amostra	119
Quadro 3 – Nível de escolaridade da família-amostra	120

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 A topoafetividade.....	18
2.2 O conceito de lugar	23
2.3 O lugar de nossa pesquisa.....	29
2.4 O lugar como legitimador da identidade cultural e das marcas identitárias de um grupo social.....	34
2.5 Topofilia.....	35
2.5.1 O papel do meio ambiente e da cultura na constituição da topofilia.....	39
2.5.2 Topofilia e etnocentrismo.....	48
2.5.3 Topofilia e cosmografia	52
2.6 Topofobia.....	55
2.7 Sociedades sem medo	61
2.8 O medo urbano.....	64
3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA METODOLOGIA DA PESQUISA	67
3.1 O conhecimento científico e as questões da pesquisa.....	67
3.2 A pesquisa social	69
3.3 A pesquisa qualitativa	71
3.4 A modalidade de amostra.....	72
3.5 A família	73
3.6 Procedimentos da coleta de dados	74
3.7 Histórico das observações participantes e das entrevistas	76
3.8 Procedimentos das análises das amostras	79
3.8.1 A trajetória de análise dos dados	81
3.9 Abordagens	85
4 RESULTADOS.....	86
4.1 O lugar	86
4.1.1 A ocupação urbana de Rio das Ostras.....	86
4.1.2 A Boca da Barra física	87
4.1.3 O grupo social	93
4.2 Um primeiro olhar sobre as mudanças: economia e crescimento populacional	95

4.3 Alterações sociais.....	96
4.3.1 A cadeia produtiva	98
4.3.2 O crescimento da importância do capital	98
4.3.3 O fim das trocas e o princípio da noção de orçamento.....	102
4.3.4 A manutenção do convívio entre a primeira geração	102
4.3.5 As mudanças na relação com o meio físico	103
4.3.6 A comunicação interna.....	105
4.3.7 A indissociabilidade entre natureza e cultura.....	106
4.3.8 A festa do padroeiro	108
4.4 Reprodução social do trabalho.....	114
4.4.1 Filho de pescador	114
4.4.2 Sob a ótica dos pais pescadores.....	114
4.4.3 A segunda geração e as mudanças	115
4.4.4 Os antigos pescadores e a aposentadoria.....	116
4.4.5 Os antigos pescadores e o espelho do tempo	117
4.4.6 O olhar do único filho da segunda geração que seguiu o ofício de pescador.....	119
4.4.7 O crescimento da instituição “escola” na vida do grupo.....	120
4.4.8 A terceira geração e o futuro do ofício de pescador	121
4.5 Afetos por Rio das Ostras	123
4.5.1 O olhar do grupo sobre a Rio das Ostras de Hoje	123
4.5.2 Ausência de topofobia e presença do sentimento de pertença advindo do passado.....	124
4.5.3 Os marcadores espaciais no discurso dos pescadores	125
4.5.4 A ausência da topoafetividade.....	125
4.5.5 As fronteiras sociais e as características das fricções.....	126
4.5.6 O olhar sobre o poder público municipal	129
4.5.7 O sentimento mediado pela relação com o poder público municipal.....	131
4.5.8 Uma leitura para lá de equivocada	132
4.5.9 A razão local e a razão global dos pescadores da Boca da Barra.....	133
4.5.10 Uma topoafetividade próxima de sua definição	134
4.5.11 O que será o amanhã?.....	134
4.6 Afetos pela boca da barra.....	135
4.6.1 Retomando a questão central da pesquisa	135

4.6.2 Retomando Tuan e os <i>tópos</i>	136
4.6.3 Interpretando a topoafetividade do grupo em relação à Boca da Barra.....	136
4.6.4 A construção da topofilia dos pescadores da Boca da Barra.....	137
4.6.5 O papel da pesca na construção da topofilia	138
4.6.6 A praia: ao mesmo tempo luz e mistério	139
4.6.7 O papel fundamental do vivido na construção da topofilia.....	140
4.6.8 O discurso como defesa e afirmação da topofilia.....	142
4.6.9 O agir dos pescadores.....	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	148

1 INTRODUÇÃO

Afeto e lugar constituem, em linhas gerais, o tema deste trabalho. *Afeto* enquanto sentimentos e emoções capazes de desencadear atitudes. *Lugar* enquanto um espaço diferenciado, portador de significados. Um terceiro elemento se faz indispensável nesta junção entre afeto e lugar: o homem, aquele que expressando sentimentos e emoções é capaz de diferenciar um espaço a partir da construção de significados. De maneira composta, ao se inter-relacionarem, afeto, lugar e homem formam o nosso tema específico: os afetos por lugares, ou seja, manifestações humanas – individuais ou coletivas – sobre espaços significados, isto é, lugares. Os afetos por lugares foram descritos pela Geografia Humanística a partir de duas possibilidades de existência. Uma delas é a *topofilia*, um sentimento de apreço pelo lugar. Outra é a *topofobia*, que é, opostamente, um sentimento de aversão a um dado lugar. Contudo, embora opostos do ponto de vista dos tipos de sentimentos que expressam, topofilia e topofobia têm em comum o fato de serem sentimentos ligados às significações dadas pelos homens aos lugares. São, portanto, facetas de uma categoria. Na ausência de um conceito que reúna essas facetas, optamos por abrigá-las em uma categoria mais ampla: a *topoafetividade* – afetos, positivos ou negativos, sobre lugares. Assim é que, mais especificamente ainda, o tema de nossa investigação é a topoafetividade de um grupo social em relação a um lugar que foi significado por esse grupo a partir de suas experiências e interações. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre a topoafetividade desenvolvida por um grupo de pescadores em relação ao lugar onde vivem: a Boca da Barra, situada na cidade fluminense de Rio das Ostras. Cumpre dizer que o grupo social em questão é composto não só pelos homens que têm por ofício a atividade da pesca, mas também por suas famílias – esposas, filhos e netos.

Palco de grandes transformações nas últimas décadas, a cidade de Rio das Ostras tem-se notabilizado por um espantoso crescimento populacional desde sua emancipação político-administrativa, em 1992. Um dos fatores que determinaram esse crescimento é a exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos. Segundo o último censo populacional realizado pelo IBGE, entre os anos de 2000 e 2010, o município registrou um crescimento populacional de 190,3%. Nesse quadro, os antigos moradores passaram a vivenciar um acelerado aumento de relações interpessoais com outros grupos, além de profundas mudanças em suas perspectivas econômicas e comerciais. Esse tão acelerado aumento do fluxo populacional fez com que a ocupação do município passasse de uma quase totalidade rural para uma quase totalidade urbana. Para ter-se uma ideia desse fluxo, a população urbana local era de 17% em 1970,

passando para 94,9% em 2000 (CIDE, 2000). Esse processo propiciou o desenvolvimento de uma nova realidade: nos últimos 60 anos, o então distrito de Casimiro de Abreu deixou de ser uma pequena aldeia de pescadores, dividida em dois grupos separados por uma pequena mata entre duas praias: o grupo do Centro ou do Iate Clube (denominações atuais), composto por moradores antigos e nativos, e o da Boca da Barra, constituído de pescadores oriundos de outros lugares que começaram a chegar há aproximadamente 60 anos. Nesse período, tal aldeia transformou-se num espaço de volumosa densidade demográfica, envolto em grande especulação imobiliária.

Tendo-se em vista esse contexto de mudanças, o objetivo geral de investigar a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra desdobrou-se em outras questões, que compuseram os objetivos específicos de nossa pesquisa, os quais são: descrever *as alterações sociais* vivenciadas pelo grupo em tela, no intuito de compreender suas marcas de alterações e persistências em relação aos aspectos econômicos, às novas relações intergrupais, às formas de organização, às concepções sobre o mundo e aos padrões tradicionais; analisar *a reprodução social do trabalho* de pesca para compreender de que maneira a dinâmica demográfica está entrelaçada com a introdução de novos aspectos nos sistemas sociais, ideológicos, econômicos e culturais do grupo; investigar *a topoafetividade dos pescadores do grupo e o sentimento de pertença em a relação à cidade como um todo*.

É amplo o conjunto de conceitos e pressupostos que necessitamos friccionar para dar substância ao nosso trabalho. Temas como afeto, lugar e pessoas são, por si só, um feixe de complexidades e subjetividades. Para adentrar nesses temas, percorremos diversos campos do conhecimento humano. A Geografia Humanística, a Geografia Cultural, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, as Ciências Ambientais, o Urbanismo e os Estudos de Linguagem, entre outros, formam o mosaico de nossas leituras, análises, interpretações e, claro, grande aprendizagem.

De igual modo, muitos foram os autores dos quais tivemos a honra da companhia ao longo desse percurso. Em especial, o geógrafo Yi Fu Tuan, responsável pela construção da ideia de espaços e lugares como algo para além de um ambiente físico. Não menos especiais, entre tantos outros, nomes como Henri Wallon, Yves La Taille, Jean Piaget, Milton Santos, Paul Claval, Baruch Espinoza, Deleuze, Marilena Chauí, Descartes, Marc Augé, Pierre Nora, Doreen Massey, Merleau-Ponty, Geertz e Lévi-Strauss aumentaram nosso desafio, ao mesmo passo com que enriqueceram o processo de solidificação da pesquisa como um todo.

Desses diversos autores vieram os pressupostos que serviram de ponto de partida para o processo de investigação como um todo. Compreender, por exemplo, a distinção entre

espaço e lugar, considerando que o primeiro se torna o segundo a partir da significação dada pelas pessoas, foi de extrema importância. Entendemos, pois, o lugar como um espaço de representação de crenças e valores e isso implica dizer que, para além de um componente físico, os lugares também devem ser entendidos pelo seu componente cultural. A esse respeito, pressupomos que natureza e cultura são indissociáveis e que a significação dos lugares não pode ser estabelecida levando-se em consideração a diferença entre os fatores culturais e o ambiente físico. Assim é que os conceitos de cultura e meio ambiente se entrelaçam para erguer a teia de significados que transformam um espaço, antes indiferenciado, em um lugar dotado de significação. Nesta perspectiva, as experiências e vivências refletidas nas interações sociais é que possibilitam a construção da teia significativa dos lugares, preenchendo-os de subjetividades que vão nortear a organização dos grupos sociais. O “lugar” de nossa pesquisa é, portanto, socialmente orgânico e humanizado. É, sobretudo, um campo das marcas da coletividade de um grupo social.

É com base nestes pressupostos que nos motivamos a formular diversas reflexões acerca de um grupo social com marcadores tão efetivos e, ao mesmo tempo, imerso num processo extremamente dinâmico de mudanças. Buscamos depreender, por exemplo, de que maneira a ação de forças econômicas e o impulso de novas relações interpessoais atuam sobre o elo afetivo entre pessoas e lugares. Além disso, a complexidade e subjetividade dos temas envolvidos e a perspectiva de elucidar as questões propostas através de um tecido interdisciplinar nos motivou pelo seu caráter bastante desafiador e capaz de propiciar novos conhecimentos.

Ademais, consideramos que no atual cenário, em que é cada vez mais crescente e dinâmico o trânsito humano, torna-se relevante ponderar sobre a topoafetividade. Essa relevância se justifica pela tentativa, necessidade e desejo de que existam mais lugares do que espaços, tanto quanto é o desejo de que haja sempre mais topofilia do que topofobia. Pensar o meio ambiente em sua interação com a cultura é pensar o homem na totalidade de suas dimensões.

Dentro de uma realidade mais próxima e no bojo das aceleradas modificações ocorridas em Rio das Ostras, é importante que se considerem as causas, os efeitos e as prospecções deste novo município enquanto um espaço a ser preenchido pela topoafetividade. Também é agudamente necessário pensar os caminhos de construção de um sentimento de pertença e identidade relativas à cidade, através da constatação de que a grande maioria dos seus moradores é oriunda de outros lugares.

Para dar conta das expectativas que circundam o nosso trabalho científico, guiou-nos o pensamento de que a cientificidade não só comporta, mas exige diversidades. Nenhuma consideração excludente nos campos da ciência conduziu o nosso olhar. Não obstante, buscamos na pesquisa social as diretrizes metodológicas que nos acompanharam ao longo do processo.

Em face de buscar a caracterização e interpretação do fenômeno das alterações e permanências de marcadores de identidade em um grupo social a partir de uma nova realidade, realizamos uma pesquisa descritiva que, além disso, é teórica, documental e bibliográfica, porque percorreu acervos dessa natureza em busca de material interpretativo.

Outra importante decisão foi a de optar metodologicamente pela realização de uma pesquisa de campo qualitativa. Essa opção foi crucial à aquisição dos subsídios que nos possibilitaram conhecer diferentes aspectos da realidade estudada. Assim, foi fundamental o reconhecimento da alteridade e da pluralidade de vozes inseridas no trabalho e a prerrogativa de que “não é apenas o investigador que tem capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas dão significado a suas ações e as suas construções” (MINAYO, 2000, p.13).

Uma família típica de pescadores constituiu nossa amostragem por caso único. Nosso modelo teórico de amostragem foi societário porque buscou a interpretação de aspectos sociais a partir da história pessoal dos atores.

Entrevistas semiestruturadas e observações participantes serviram de base ao procedimento de reunir informações originadas na realidade social, uma vez que nossa busca se alinha aos aspectos da interação social e, para tanto, compreendemos como fundamental rodear as diferentes vozes no seio do grupo estudado.

A apresentação dos resultados foi inicialmente feita a partir de uma descrição do quadro de mudanças ocorridas em Rio das Ostras nas últimas décadas e de aspectos da Boca da Barra em seu componente físico. A partir dessa descrição, abordamos o cenário de alterações sociais que envolveram o lugar de nossa pesquisa e, por conseguinte, a vida social dos pescadores, no que se refere à cadeia produtiva, à efetivação da importância do capital, à nova distribuição do tempo de convívio entre os membros do grupo, às mudanças em relação ao meio físico, à indissociabilidade entre natureza e cultura e à Festa do Padroeiro dos pescadores como marcador identitário.

No primeiro bloco apresentamos considerações sobre a reprodução social do trabalho e interpretamos as causas da ausência de continuidade do ofício de pescador entre as gerações mais novas do grupo. No segundo bloco nos atemos à topoafetividade do grupo social em

relação à cidade como um todo, no intuito de compreender de que maneira o crescimento populacional e suas implicações foram ressignificando a construção do afeto por Rio das Ostras. O terceiro e último bloco foi reservado à discussão do tema que constitui o âmago da pesquisa, qual seja: a topoafetividade dos pescadores em relação ao lugar onde se constituíram como um grupo social e escrevem sua história cultural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A topoafetividade

Do ponto de vista conceitual, “afeto” não se restringe neste trabalho às manifestações de carinho, embora se refira ao estado psicológico que permite que os seres humanos demonstrem sentimentos e emoções. Consideramos, por conseguinte, que “afetos” são, de fato, demonstrações de sentimentos e emoções. Contudo, estabelecemos que esses sentimentos e emoções não são exclusivamente demonstrações de carinho, ou, como nos referiremos por diversas vezes adiante, *afetos positivos*. Implica dizer então, que os afetos, uma vez que não são exclusivamente positivos, podem ser também manifestações de despreço, ou como chamaremos noutras vezes, *afetos negativos*.

Embora seja vasta a literatura em diversas áreas de conhecimento, não alinhamos nossa concepção de afeto a nenhuma corrente específica. Não obstante, buscamos em alguns autores oriundos da Psicologia e da Filosofia essa definição. Entre outros, pensadores como Henri Wallon, Yves La Taille e Jean Piaget serão trazidos para referenciar o conceito adotado. Além disso, e em conformidade com o recorte de nossa investigação, nossa concepção de afeto também busca fundamentação na Geografia Cultural, especificamente em Paul Claval. Mais diretamente, é no filósofo Baruch Espinoza que encontramos o conceito de afeto mais específico à concepção adotada em nosso trabalho. Cumpre dizer ainda que a presença dessas referências tem o intuito de ilustrar nosso entendimento de que a afetividade deve ser entendida como algo que reúne afetos positivos e negativos.

De maneira geral, nossa pesquisa se propõe à investigação de afetos manifestados em relação a lugares e, mais especificamente, de um determinado grupo social (o dos pescadores da Colônia Z 22) relacionado à Boca da Barra, o lugar investigado. Daí é que para dar a abrangência esperada ao nosso trabalho, optamos pela construção do neologismo *topoafetividade*, considerando que ele abarca duas expressões afetivas que os grupos sociais podem ter em relação aos lugares: a *topofilia*, que suscita uma relação de carinho com um lugar, e o seu oposto, a *topofobia*, que sugere aversão a um lugar. Assim sendo, embora antônimos, topofilia e topofobia coexistem na abrangência da topoafetividade.

Ao incluirmos a categoria “lugar” como objeto capaz de ser gerador e receptor de afetividade, passamos também a compreender que o afeto tem uma dimensão externa e, portanto, que sua construção é dotada de significados sociais. Maluf (2012, p.19) explica que, no campo da psicologia,

O termo afetividade é utilizado para designar a susceptibilidade que o ser humano experimenta perante determinadas alterações que acontecem no mundo exterior ou em si próprio. Tem por constituinte fundamental um processo cambiante no âmbito das vivências do sujeito, em sua qualidade de experiências agradáveis ou desagradáveis.

Nesse sentido, compreendemos que a relação topoafetiva de um grupo social se estabelece por meio de um conjunto de significados atribuídos pelo grupo ao lugar. Além disso, compreendemos também que essas significações são construídas nas vivências e na dinâmica das relações internas ou intergrupais.

Conforme Meneghetti (2004), a etimologia da palavra afetividade, em uma de suas acepções, recorre à relação com o lugar: é *afficere ad actio*, que vem do latim e pode ser entendido como “onde o sujeito se fixa” ou “onde o sujeito se liga”.

La Taille (1992), ao fazer uma descrição da afetividade sob a ótica de Piaget, atribui ao afeto o papel de regulador das ações humanas, responsável pela escolha e valorização de situações vividas. Se transitássemos essa observação da esfera educacional para o campo das relações com os lugares, o afeto funcionaria como propulsor das ações de um homem e/ou de um grupo social.

Ainda no campo da psicologia, Wallon (apud La Taille, 1992, p. 90) afirma, no livro *Do Ato ao Pensamento*, que “O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação a nós próprios, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento”. O autor realça, portanto, a presença da afetividade em todas as ações. E destaca ainda o espaço como um campo de aproximação ou repulsa. Wallon diferencia emoção e afeto. Para ele, a emoção relaciona-se a um componente biológico. Já a afetividade, de significação mais ampla, engloba desde as manifestações orgânicas até as manifestações ligadas ao social. Nessa significação, há de se destacar o papel exercido pelas vivências dos indivíduos e das formas de expressão essencialmente humanas. Assim, entendemos que a afetividade, ou mais especificamente em nossa pesquisa, a construção da topoafetividade não se restringe ao contato físico, mas que tem na vivência, ou seja, nas interações, nas crenças e nos valores, um papel de grande importância. Entendemos, portanto, que a topoafetividade é uma construção social, considerando o lugar como capaz de suscitar diferentes afetos, desde os mais afáveis até os mais repulsivos. Isso é reafirmado por Claval (2001, p.40), ao observar que

Os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não descobrem neles as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a eles os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem neles os mesmos sentimentos e a mesma afetividade.

Logo, são múltiplos os significados que podem ser estabelecidos na relação entre os sujeitos e o espaço vivido. Essa multiplicidade corresponde ao que Claval (2001) denominou “investimento de afetividades”, o que pode ocorrer de maneira positiva, *topofílica*, ou negativa, *topofóbica*. Como afirmam Maia e Lattanzi (2007, p.75), essa multiplicidade de afetos

[...] pode ser da aproximação carregada de empatia, ou da aversão motivada por sentimentos rancorosos, seguidos pela emergência do distanciamento. São diálogos travados nas espacialidades que compõem e recompõem as ligações dos sujeitos e suas afetividades, que moldam os espaços e que estabelecem significados e tecem as experiências das coletividades.

No campo da Filosofia, encontramos as reflexões sobre os afetos como um dos pontos centrais de Espinosa. No “Glossário dos principais conceitos da ‘Ética’”, que constitui o capítulo IV do livro *Espinosa – Filosofia prática*, Deleuze (2002) observou, acerca das definições de afecção (*affectio*) e afeto (*affectus*), que, enquanto a primeira se referia diretamente ao corpo, a segunda se referia ao espírito. Entretanto, afirma ainda que

[...] a verdadeira diferença não está aí. Ela existe entre a afecção do corpo e sua ideia que envolve a natureza do corpo exterior [...] o afeto implica tanto para o corpo quanto para o espírito um aumento ou uma diminuição da potência de agir (DELEUZE, 2002, p.56).

Desse modo, se – por um lado – o *affectio* pertence ao âmbito das relações entre um corpo afetado e um corpo afetante, por outro, o *affectus* corresponderia à transição de um estado a outro. Há, portanto, uma diferença na gênese entre ambos. Isso corresponde dizer que afecções são imagens ou ideias, ao passo que afetos são sentimentos. Assim é que, para Espinosa, os afetos correspondem às afecções do corpo através das quais respondem à capacidade de aumentar ou diminuir, favorecer ou impedir a potência de agir.

Marques (2012, p.13) compreende que Espinosa parte da produção da natureza em sua totalidade para chegar às relações humanas sem, entretanto, reconhecer uma falta de continuidade ou um maniqueísmo entre o natural e o homem. Assim é que Espinosa percebe

que “a afetividade humana se constitui como uma expressão particular da potência global da natureza”. Conforme Marques (2012, p.13) observa:

No volume dedicado à terceira parte do livro de Espinosa, a teoria dos afetos é o que torna possível a passagem de um ponto de vista teórico para um ponto de vista prático, mudança de perspectiva que se configura como uma passagem do âmbito objetivo para o âmbito (inter)subjetivo da experiência, já que o conhecimento só é alcançado por meio dos afetos.

Não haveria, pois, uma díade sujeito-objeto, mas a constituição de algo que emerge da relação e das experiências. Razão e afetividade são inerentes, sem que uma exista sem a outra. De acordo com Barin (2011, p. 1):

A singularidade da filosofia de Espinosa aparece pelo olhar cuidadoso que ele lança ao campo da experiência. Este campo não é estudado por ele a partir de uma perspectiva pautada na díade sujeito-objeto, mas diferente disso, trata-se de uma atenção ao jogo das relações que constitui a ambos na experiência.

Assim é que, no jogo das relações, são as experiências afetivas que constroem nossa maneira de pensar. Retomamos, portanto, agora pelo viés da filosofia de Espinosa, a nossa concepção da externalidade dos afetos, o que significa que é a partir das experiências que são construídos os significados que darão contorno às afetividades das pessoas e dos grupos sociais. Com efeito, na filosofia de Espinosa não há oposição entre “razão” e “afeto”, mas entre “atividade” e “passividade”, uma vez que “Agimos quando somos causa interna dos efeitos que produzimos dentro e fora de nós, da mesma forma que padecemos quando a causa dos efeitos que produzimos nos é exterior” (MARQUES, 2012, p. 14).

Marilena Chauí (2011) esclarece que o ser se define em acordo com a intensidade de agir, ou seja, da força que o ser humano tem para afetar ou ser afetado. Em suas próprias palavras: “a variação da intensidade da potência para existir depende da qualidade do nosso desejo e, portanto, da maneira como nos relacionamos com as forças externas, que são sempre muito mais numerosas e mais poderosas que a nossa.” (CHAUÍ, 2011, p.87). Para explicar a variação dessa intensidade, Chauí (2011) assinala que Espinosa formula os conceitos dos “afetos primários”, a partir dos quais se estabelecem todos os outros. São eles: a alegria, a tristeza e o desejo. A alegria é a representação do sentimento que aumenta nossa forma de agir, ao passo que a tristeza diminui. Por sua vez, o desejo corresponde ao sentimento de agir de forma determinada. Sendo a alegria a passagem do homem de uma perfeição menor a uma perfeição maior e a tristeza a passagem de uma perfeição maior a uma perfeição menor, Chauí (2011, p.87) observa que, para Espinoza, “o desejo que nasce da alegria, em igualdade de

circunstâncias, é mais forte do que o desejo que nasce da tristeza”. Com base nisso, poderíamos pressupor que a força da ação topofílica é mais forte do que a força da ação topofóbica. Entendemos, nesse sentido, que a topofilia é uma correspondência mais natural ao grupo social porque corrobora um desejo de harmonia com o lugar dos afetos. Inversamente proporcional, a topofobia é uma ruptura a essa naturalidade, ou seja, representa a quebra da harmonia esperada na íntima relação entre o grupo social e o lugar.

Assim, Espinosa estabelece um jogo de relações como propulsores da afetividade, na medida em que observa a existência de composição e agenciamentos com elementos da natureza como uma tentativa de não sermos dominados por afetos passivos, ao mesmo tempo em que os afetos positivos são produto da complexidade do jogo, representado pelas relações entre os corpos. A potência de agir define a capacidade de afetarmos e sermos afetados. Assim, o aumento da potência representa o aumento dessas capacidades.

Nesse sistema, o termo “afeto” liga-se analogicamente à ideia de trânsito (*transitio*) e passa a exprimir a transição de um lado para outro, ou seja, do corpo afetante ao corpo afetado. Marques (2012, p. 15) explica que

Os afetos são, portanto, potência em processo de variação; ser afetado é passar a uma perfeição maior (alegria) ou menor (tristeza) do que a do estado anterior. Essa transição, [...] exprime a variação da potência de agir do corpo. [...] Os afetos podem ser ativos, quando exprimem a passagem a uma perfeição maior (alegria), ou passivos, quando exprimem o movimento oposto (tristeza).

Entretanto, a origem de inumeráveis afetos está na combinação entre alegria e tristeza, em que se pese o fato de cada um dos afetos formar um sistema com lógica própria. Podemos dizer, portanto, que em um sistema de afetos positivos os elementos que dão forma aos aspectos negativos serão incorporados no sentido de impulsionar a força de agir. Do mesmo modo, em um sistema de afetos negativos haverá incorporações de efeitos contrários. Traduzindo ao nosso objeto, podemos pensar na incorporação de aspectos negativos da construção topofílica, ainda que não visualizemos em relação à topofobia a possibilidade de aspectos positivos. Certo é que há um mosaico de afetos. Como assinala Chauí (2011, p.93):

Espinoza afirma que não possuímos um número suficiente de palavras para exprimir todos os afetos possíveis, pois são combinações infinitas de afetos alegres, triste e desejantes. Para alguns afetos tristes possuímos nomes, e Espinoza os nomeia: ódio, aversão, medo, ciúme, desespero, remorso, arrependimento, comiseração, autocomiseração, autoabjeção, humildade, modéstia, inveja, pudor. [...] E nomeia também

alguns afetos alegres: amor, generosidade, glória, esperança, gratidão, segurança, devoção, estima, benevolência, coragem, força de ânimo. No entanto, paixões e desejos tristes tendem a combinar-se com paixões e desejos alegres, formando a trama cerrada do mundo afetivo imaginário, faltando-nos nomes e palavras para nomear todos os afetos assim produzidos. Essa combinação incessante de alegrias, tristezas, desejos alegres e tristes indica que nosso ser é constituído por um sistema de forças de intensidades distintas, ou seja, nossa potência é perpassada pelo jogo interno de intensidades fortes e fracas, e é exatamente essa multiplicidade de intensidades que nos permite vencer afetos tristes por alegres, mas também oscilar incessantemente entre alegrias e tristezas.

Nesse sentido, podemos pensar a topofilia e a topofobia como a combinação de afetos captados na vivência, na relação com o lugar, ou seja, no externo, ainda que os afetos acompanham o jogo interno sobre o qual nos fala Espinoza.

Retomando a topoafetividade que engloba afeto de amor ou aversão por lugares, podemos dizer que o jogo de relações, cuja essência é executada no externo, ou seja, nas relações sociais, envolve o grupo social em suas relações internas e externas. Não que esse jogo entre o grupo social e a natureza seja composto por elementos de uma incompatibilidade de existência, mas de elementos intrínsecos, em que operam os sujeitos. Se tomarmos por base os pressupostos de nosso trabalho que não polariza afeto e lugar, assemelhando-se à ideia da indissociabilidade de Espinoza acerca da simbiose entre afeto e natureza no jogo das relações, é preciso ampliar o conceito de natureza e lugar para além dos marcadores físicos.

De maneira funcional, é importante perceber que em nosso entendimento, os afetos não são nem de longe reservadamente ligados aos amores, em que pese que tal associação ser bastante recorrente. Afeto, portanto, é amar ou odiar. Daí criarmos um termo específico que expresse toda afetividade de um grupo social com os lugares – seja o lugar onde vive ou um lugar de memória. Trata-se da “topoafetividade”, que inclui a topofilia e a topofobia, dois temas que também tentaremos esclarecer adiante.

2.2 O conceito de lugar

A afirmação do geógrafo humanista Yi Fu Tuan (1980, p. 130) de que “as pessoas sonham com lugares ideais” guarda parte bastante significativa do tema a ser analisado em nossa pesquisa. O imaginário do lugar ideal acompanha a própria trajetória do homem, diversificando-se, evidentemente, porque a acepção do “ideal” é circunstancial aos tempos e espaços e resultante da construção cultural dos que lhe definem. O próprio Tuan, em *The good life* (1986), destaca que o entendimento do que seja “viver bem” varia de acordo com as

culturas, afirmando ainda que essa concepção não pode ser limitada a uma experiência individual, mas como sendo uma ideia construída em conjunto.

Da mesma maneira, a noção de lugar é abordada por diversos enfoques e por diferentes áreas de conhecimento: desde o *tópos* aristotélico, conforme o qual “o lugar seria o limite que circunda o corpo” (LEITE, 1998, P.9), à ampliação desse conceito por Descartes, na obra *Princípios Filosóficos*, na qual afirma que o lugar deveria ser também definido em relação à posição de outros corpos (RIBEIRO, 1996), passando pelo lugar arquitetonicamente projetado, pelos lugares de memória da história (NORA, 1993) ou, até mesmo, os não-lugares da antropologia (AUGÉ, 2007). Cada enfoque aplica interpretações particulares sobre o conceito de lugar. Isso fica ainda mais evidente se tomarmos por base a própria Geografia – ciência que considera o lugar como uma categoria analítica fundamental – que apresenta significativas diferenças ao definir uma epistemologia do lugar em suas linhas de pensamento.

Ainda a título de elucidação à grande quantidade de abordagens em torno da categoria “lugar”, citamos as pesquisas “etnogeográficas” de Joël Bonnemaïson (2005), que sinalizavam novos caminhos para a Geografia Cultural ao estudarem a mitologia dos lugares a partir da investigação das características simbólicas e identitárias do espaço nas sociedades tradicionais. Bonnemaïson confere à ideia de lugar como uma categoria fundamental na compreensão da cultura e *modus vivendi* dos melanésios, que se reconhecem como “homens-lugares”, dada sua grande integração com os domínios geográficos e conexão com a natureza. É a constituição de um único ser composto pelo homem e pelo lugar nas práticas da realidade.

Considerando questões voltadas ao mundo globalizado, Doreen Massey (2000) entende que a análise de um lugar deve ter como princípio a relação com outros lugares. Nessa perspectiva o lugar deve ser pensado por um viés progressista, cujo objetivo é sua adaptação aos novos desenhos das configurações contemporâneas. O autor propõe uma “interpretação alternativa do lugar” (MASSEY, 2000, p.184), segundo a qual as especificidades locais são garantidas no conjunto das relações sociais presentes nas constituições dos lugares. Para Massey, o lugar deve ser pensado a partir de um sentido “não fechado” e não defensivo, mas voltado para fora. “Um sentido de lugar que se adapte a essa era de compressão de tempo-espaço.” (MASSEY, 2000). Para ele, é insuficiente a interpretação de que as mudanças nos lugares é fruto exclusivo das ações do capital. O autor também considera insuficiente a compreensão de que o capitalismo e seu desenvolvimento é que determinam nossa compreensão e experiência dos espaços. “Há muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência” (MASSEY, 2000). Não se trata de negar que a aceleração atual seja significativamente determinada pelas forças econômicas, mas de não

atribuir *apenas* à economia a determinação da experiência de espaço e lugar nos tempos atuais.

Ao contrário da visão positiva de Massey sobre a integração, Milton Santos, através de suas críticas aos espaços de globalização, aparta o global e o local. Para Santos (2012), o cerne dessa separação é que, ao contrário da razão global que é alheia ao cotidiano, a razão local é orgânica e, por isso, abarca parâmetros de colaboração, vizinhança, relações sociais, etc. Em linhas gerais, Santos (2012, p.259) entende que o lugar, sede das experiências cotidianas, é a base das resistências sociais:

Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as novas formas de estender essa resistência às escalas mais altas. [...] A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte [...] Mas os lugares também podem unir-se horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais.

O geógrafo entrelaça os conceitos de horizontalidade e verticalidade. Os lugares contíguos correspondem ao que ele chama de horizontalidade, isto é, acontecimentos no espaço cotidiano que dizem respeito, por exemplo, às relações de solidariedade e resistência. Por sua vez, a verticalidade associa-se à ideia de lugares em rede, em que processos em escala mundial na formação ou reformulação de diferentes lugares se dão através de processos de industrialização, desindustrialização, fluxo de capitais e mercadorias, entre outros. Em suas palavras: “As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.” (SANTOS, 2012, p.137).

Para Santos, por força da organização da rede, o lugar agrega relações internas e externas ao mesmo tempo. Assim, pode-se falar em dois planos: o da contiguidade e o da nodosidade. O primeiro integra as relações internas e o segundo integra as relações externas a essas relações contíguas. Por sua vez, as relações internas é que vão dar unidade a um determinado espaço e torná-lo lugar.

Ana Fani Carlos (2007) também centra sua análise a partir da comparação entre lugar *x* mundo. Segundo a autora, “o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (CARLOS, 2007, p.22). A autora

salienta a validade de se refletir acerca da identidade dos lugares à luz da compreensão do lugar como espaço vivido e de sua dimensão histórica. Em seus termos:

O lugar é a porção do espaço apropriada para a vida – apropriado através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole, ou mesmo a cidade *latu sensu*, a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p.12-18).

É importante notar que essa acepção está estritamente relacionada aos limites do corpo e aos domínios de apropriação da vida. É possível, inclusive, remontar à concepção aristotélica que associa lugar à circulação do corpo.

Acordando com o pensamento de Milton Santos e dialogando com a Geografia Cultural, Hissa e Corgosinho (2006, p.17) afirmam que:

A vida cotidiana dos lugares é uma fábrica de aproximações, estranhamentos, emoções, afetividades, subjetividades. A vida cotidiana nos lugares, por sua vez, faz emergir o que é comum, desenvolvido pela comunicação entre os sujeitos da vida, fortalecidos pelos laços de identidade.

É notável que essas concepções, que têm passado por um crivo na tentativa de definir o que é lugar, atêm-se nele ao mesmo tempo em que se alongam para fora dele. O lugar tanto tem sido compreendido em sua essência, com suas especificidades e significados próprios, quanto a partir de outros espaços externos a ele. Nessa direção, o lugar deixa de ser um mero continente e passa a ser conteúdo. É algo vivido com importância e significado. É o que faz com que, para Merleau-Ponty (1999, p.328), um “espaço especializado” se transforme em um “espaço espacializante”. Para esse autor, em relação ao espaço:

Ou eu não reflito, vivo nas coisas e considero vagamente o espaço ora como o ambiente das coisas, ora como seu atributo comum, ou então reflito, retomo o espaço em sua fonte, penso atualmente as relações que estão sob essa palavra, e percebo então que elas só vivem por um sujeito que as trace e as suporte, passo do espaço especializado para o espaço espacializante (MERLEAU-PONTY, 1999, p.328).

Essa distinção de Merleau-Ponty entre espaço especializado e espaço espacializante será marcada por Yi Fu Tuan pela diferença entre espaço e lugar. Entretanto, ambos os autores reconhecem que essas diferenças são estabelecidas pela construção de um “espaço vivido”, um receptáculo de vivências e experiências no qual os grupos sociais gerenciam a

organização, estabelecem marcas e definem seu lugar/espço espacializante. Essa experiência construída no lugar possibilita a existência de um saber local com base na familiaridade, na memória e na imaginação.

A geografia humanística, que tem em Yi Fu Tuan um de seus pilares, propõe que o estudo do espaço seja feito através da noção de espaço vivido, cujos referenciais remetem a valores subjetivos baseados na vivência e na experiência. Na visão de Tuan e da Geografia Humanística, os interesses distintamente humanos são responsáveis pela transformação de um espaço em lugar. Nesse sentido, a experiência, a ligação emocional aos objetos físicos, além dos símbolos e conceitos que foram criados como marcas identitárias do lugar, são exemplos de interesses humanos.

Contraopondo-se a uma noção antropológica de lugar, fixada tradicionalmente na noção de totalidade, Marc Augé (1994), à luz de uma interpretação sobre a contemporaneidade, traz ao cenário os “não-lugares”, que – ao contrário do lugar definido pela Antropologia como identitário por ser o espaço de celebração de existência, residência, trabalho e demarcação de fronteiras dos nativos – não se definem como identitários, relacionais ou históricos. Os não-lugares revelam um tempo caracterizado por uma superabundância espacial que não permite historização, dada a sua efemeridade e “tensão solitária” (AUGÉ, 1994, p.34). Todos os espaços estão virtualmente abertos através das comunicações instantâneas. Não é a negação ou desaparecimento dos lugares das referências culturais, mas a relativização do espaço em um mundo que se tornou pequeno e apressado no bojo da supermodernidade. Assim, paradoxalmente, o mundo é pequeno, mas superabundante em espaço.

Se, em linhas gerais, na Antropologia, o lugar é representado pela construção concreta e simbólica do espaço, servindo de referência a todos aqueles que nele inscrevem marcas identitárias, os não-lugares não garantem identidade, relações e história. Para Augé (1994), a supermodernidade produz não-lugares e estes são desintegrados dos lugares antropológicos criados pelo passado. A diferença entre lugares e não-lugares é estabelecida por Augé (1994) a partir de uma oposição das noções de espaço e lugar. Se o espaço é funcional e sem simbolização, o que não permite a constituição de identidades, o lugar é estabelecido e simbolizado, envolvendo, inclusive, os discursos que nele circulam e a linguagem que o caracteriza. Ao contrário disso, os não-lugares são espaços onde se estabelecem contratos solitários, cuja mediação é feita por palavras e signos instrucionais. “São diametralmente opostos ao lar, à residência, ao espaço personalizado.” (Augé, 1994, p.73).

Nossa pesquisa, por sua vez, fixa-se no lugar antropológico, criador do que é socialmente orgânico, humanizado e identitário, através das marcas de uma coletividade.

Compreendemos o lugar como a soma do meio ambiente (físico, natural e humanizado) aos significados nele constituídos. Mais especificamente, pesquisamos a construção de um meio ambiente por meio dos significados a ele atribuídos por um grupo social, o dos pescadores da Boca da Barra.

O que torna, pois, um espaço como lugar e um lugar diferente do outro não são apenas os elementos da natureza, como vegetação, clima e relevo, mas o *modus vivendi* das pessoas que o habitam. A relação dessas pessoas com a natureza, a língua e seus registros, as crenças, ou seja, a cultura que se diferencia de lugar para lugar.

A despeito da multiplicidade de considerações em torno do que se entende por lugar, pode-se ainda apresentá-lo sobre uma visão em que a essencialidade sobrepõe-se à materialidade, ou vice-versa; pode-se também discorrer sobre a não menos múltipla interpretação do que seja “estar no mundo”, já que “mundo está um pouco no interior de todos os lugares” (HISSA; CORGOSINHO, 2006, p.8). Contudo, exposta essa multiplicidade, é no pensamento de Yi Fu Tuan (1983) que se encontra o conceito de lugar que norteia nosso trabalho que, de modo geral, tem por objetivo discorrer sobre os sentimentos humanos acerca dos lugares.

Pela proximidade de Tuan com a abordagem desenvolvida pela Geografia Humanista, retomemos a seguinte questão, formulada por Rodrigues (2007, p.23):

Teóricos da linha humanista [...] observam que o lugar difere do espaço geográfico cartesiano, sendo eivado de significados e valores inseparáveis da experiência daqueles que o habitam, assim como dos seus pensamentos e sentimentos. O lugar é pleno de significados, condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto das nossas ações e fonte da nossa identidade.

Essa concepção de lugar rompe com as diretrizes de uma ciência positivista e quantificadora e volta-se àquele que vive o mundo através de um olhar existencial. Gonçalves (2010, p. 17) afirma que “assim como Tuan, muitos teóricos viram no humanismo uma forma de lutar contra o encarceramento da imaginação, a desvalorização das aspirações criativas e anulação dos sentimentos na ciência geográfica”.

Consolidado na Geografia Humanista no início da década de 70, o conceito de lugar é caracterizado por valorizar as relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos e grupos sociais ao seu ambiente. Assim é que se apelou às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica – que em essência encontram na subjetividade humana as interpretações para suas atitudes perante o mundo (MELLO, 1990; HOLZER,

1997). Consoante essa corrente, o lugar é produto da experiência humana. Para Relph (1979, p.156), “Lugar significa muito mais do que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança”. Analogamente, Tuan (1983, p.14) afirma que “lugar é um centro de significados construídos pela experiência”. Aborda-se, pois, os referenciais afetivos desenvolvidos ao longo da convivência com o lugar e com o outro. Para Buttner (1985, p.228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

2.3 O lugar de nossa pesquisa

Considerando que espaço e lugar são categorias diferentes, mas complementares, Tuan (1980) aponta que não se pode compreender uma categoria sem a outra. Para ele, o que começa como um espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151). Assim é que a definição de lugar, incluída como aporte à definição do geógrafo, precisa ser entendida a partir de uma relação de diferença e contiguidade entre os conceitos de espaço. Isso se aplica porque, ao contrário do espaço, o lugar denota uma relação de afeto.

Nessa linha, também podemos recorrer à diferença entre local e lugar estabelecida por Santos (2002, p.314), que relaciona “local” a uma noção cartográfica, usada para apontar onde está alguém ou algo; o “lugar”, por sua vez, possui uma localização no espaço e é onde o local está contido, mas é algo além disso. O lugar é definido culturalmente. Assim, o lugar é originado na tensão entre a objetividade da sua dimensão material e a subjetividade de sua dimensão abstrata composta pelos símbolos e pelos significados atribuídos pelas pessoas que nele vivem. Mas a própria significação responde à organização material do lugar e isso nos exige refletir sobre a coadunabilidade dessas dimensões.

No entanto, em um mundo plenamente marcado pela globalização e pela constante dinâmica entre o global e o local, é complexo entender o lugar como um pedaço menor do espaço. Contudo, nossa tradução de lugar não se restringe a uma escala de abrangência ao espaço vivido das pessoas. Não é uma delimitação escalar dos sentimentos e identidades das pessoas, mas a investigação desses aspectos em referência a um lugar através dos símbolos e marcas coletivas de um grupo social específico.

O espaço, então, torna-se lugar quando se traduz em intimidade e, conseqüentemente, em um produtor de afeto para alguém ou um grupo social. Tuan (1983, p.83) explica que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Assim, os referenciais, a vivência e a experiência do grupo é que vão estruturar a porção do espaço que, ao ser significada, será concebida como um lugar. Nas palavras de Bartoly (2011, p. 73):

O lugar é produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas nessa porção do espaço geográfico.

Esse entendimento encarna um conceito de lugar atrelado mais diretamente à topofilia e define a transformação de um espaço em lugar através de um sentimento de pertença, inserido no que Bachelard (1989, p. 19) definiu como um espaço de posse, a ser defendido contra forças adversas e compreendido como o lugar amado. Além disso, como salientou Bartoly (2011, p. 73), “em um mesmo local podem ser construídos diversos lugares, já que as dimensões da subjetividade e dos significados atribuídos, que vão prover uma lógica própria para a organização e vivência desse local, são distintas entre os indivíduos”.

Analisando nosso objeto de pesquisa sob esta perspectiva, podemos afirmar que este trabalho consiste numa tentativa de compreender o afeto através das significações dadas à Boca da Barra pelos seus mais antigos habitantes, os pescadores, e, não obstante, também por outros grupos e indivíduos que têm com esse lugar uma relação de significação, podendo ressignificá-lo de outro modo. Compartilhamos assim a concepção da Geografia Humanística e, mais especificamente, de Tuan (1983, p. 6), segundo a qual lugar é “o espaço dotado de valor”. Apesar da dinâmica de um mundo globalizado e preenchido por tantos aparatos tecnológicos, não entendemos que os “espaços modernos” inviabilizem o desenvolvimento afetivo para com e nos lugares, a ponto de não se permitir a criação de particularidades. É fato que a exigência da funcionalidade e da eficiência dos lugares podem embaçar a expressão de um grupo social e que as alterações impostas pelo interesse financeiro podem preponderar sobre a visibilidade das significações, mas não entendemos esses acontecimentos como dissipadores dos lugares o que, em tese, geraria maior produção dos não lugares. Em outras palavras, acreditar na impossibilidade de dotação de valores que transformam espaços em lugares seria aprisionar ao passado a conceituação de lugar que foi estabelecida pela geografia humanística. Do mesmo modo, todas as atuais experiências dos grupos sociais seriam tomadas por um conjunto de ações induzidas pelo mundo moderno. Em nosso entendimento,

a própria organização da dimensão objetiva de um lugar “ainda” se dá consideravelmente pelos movimentos coletivos envoltos nas experiências no lugar. É possível e coerente pensar em ressignificações, ou novas significações a partir das dinâmicas tecnológicas, mas o que não é possível é conceber a “não significação”. Retomamos, a propósito, a percepção de Geertz (1989) de que não há limites que imponham um único conceito de cultura e que determinem uma única possibilidade de atribuição de significados.

Sob o aspecto do dinamismo, ao invés de visualizarmos a dissipação dos lugares, parece-nos mais apropriado crer na proliferação dessa categoria, uma vez que as novas situações geradas pelo mundo técnico e globalizado ampliam as possibilidades das pessoas e dos grupos sociais de interpretar ou darem novos sentidos aos seus lugares. A geografia humanística considera, contudo, que há uma impossibilidade de transformação dos lugares, compreendendo-os como uma realidade definitiva, desprezando a realidade mutável do cotidiano. Mas embora não estejamos, nesse tópico, de acordo com essa corrente, essa não é, contudo, uma discussão adequada ao nosso trabalho. Em linhas gerais, é importante esclarecer que tomamos lugar por um espaço dotado de valor (apreciativo ou negativo), significado pelas pessoas e pelo(s) grupo(s) social(is) que nele vivem, dotados de uma dimensão física e subjetiva e cujas experiências e dinâmicas internas e externas contribuem para a construção de novos significados, para a ressignificação do que já existe e para a afirmação de significados como reafirmação de marcas identitárias. O lugar é, portanto, a construção social de um espaço prévio. Nessa perspectiva, ao contrário de aprisionarmos o conceito de lugar a uma pretensa singularidade pitoresca, vamos defini-lo a partir de suas características e especificidades sem, contudo, desconectá-lo dos fluxos globais.

Assim é que o lugar dos pescadores, por exemplo, será compreendido pelos símbolos e rituais tradicionais e pela cultura que dão o caráter específico desse grupo social, mas isso não restringe nossa interpretação, estabelecendo um isolamento com as facetas de um mundo permeado por constantes alterações e, sobretudo, num quadro de grande aumento das fricções intergrupais e de novos contornos de um mundo tecnológico.

Todavia, a despeito de suas fricções, o lugar é um centro de significados construído pela experiência. A Geografia Humanística, diferenciando-se de outras correntes, entende o lugar como um “mundo de significado organizado” (Tuan, 1983, p. 198). A respeito disso, Christofolletti (1982, P.24), afirma que

As noções de espaço e lugar surgem como muito importantes para esta tendência geográfica. O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra

ambientado, no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o “centro de significância ou um foco de ação emocional do homem”. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.

Localizado no espaço, o lugar se constitui na medida em que nele são construídos significados que, por sua vez, são gerados pelas experiências e vivências. Por esse motivo é que, embora não negue a relevância da organização do espaço, a Geografia Humanística se atém mais ao conceito de lugar “a partir das experiências vividas, do sentimento e do entendimento dos indivíduos e grupos sociais, apontando a sua multidimensão e as diversas vias para sua compreensão” (Tuan apud Mello, 2002). Para Tuan (1983, p.198)

[...] o lugar deixa de ter uma conotação espacial e agrega a experiência vivida dos sujeitos como forma de configuração da realidade. O lugar é, então, um espaço fechado e humanizado; é uma classe especial de objeto; é uma concreção de valor; é um objeto no qual se pode morar.

O espaço é, portanto, transformado em lugar, quando o homem, na experiência cotidiana, estabelece uma relação íntima e orgânica com o espaço, ultrapassando uma relação funcional e lógica para estabelecer uma relação subjetiva, permeada de emotividade e imaginários. Para Dardel (apud Relph, 1979), o lugar “é onde as bases de nossa existência mundana e da nossa condição humana se estabelecem.” Tuan (1983, p. 199) afirma que “todo lugar foi espaço indiferenciado, transformado à medida que lhe atribuímos valor”.

Mas o que compõe o lugar ou qual a dimensão do lugar em nossa investigação? É importante frisarmos que a vasta discussão em torno da expressão “meio ambiente” não se encontra no alvo de nossa problematização. Não nos atemos no propósito de conceituar ou estabelecer diferenças entre terminologias como “meio ambiente”, “ambiente”, “ambiente físico”, “ambiente natural” e tantas outras definições. O nosso lugar integra tudo aquilo que nele ou dele é capaz de criar um laço afetivo e desencadear atitudes para com ele. A discussão em torno da sobreposição de um sobre o outro na interação entre homem e a natureza não se constitui como questão fundamental em nosso trabalho. Mormente, natureza e cultura são compreendidas como dois aspectos indissolúveis na construção de um lugar.

Nesta perspectiva, a respeito do papel do ambiente físico, não nos deteremos no debate sobre o determinismo geográfico que, segundo Laraia (1994,p.21), “considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural”. Consideraremos tanto a importância quanto a limitação dessa influência. Nosso conceito de interação entre homem e meio se desdobra nas interações humanas e nas interações do grupo com o ambiente natural.

O termo (meio) ambiente, em nossa investigação, refere-se à integralização e à compreensão conjunta de elementos naturais e sociais. O afeto, pois, se constitui nessa inter-relação.

Para Yi Fu Tuan (1980, p.68), entender as atitudes e as preferências de um grupo social exige o conhecimento da história cultural e das experiências desse grupo no contexto de seu ambiente físico: “Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos cultura e meio ambiente se superpõem do mesmo modo que os conceitos homem e natureza”.

O lugar é o campo de construção dos afetos e nessa construção entram todos os seus componentes. Toda construção será entendida como resultado de uma integralidade. Recorremos outra vez a Tuan (1980, p.4), que afirma: “O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas”. Cumpre, entretanto, esclarecermos que tanto o social e o natural, o homem e a natureza, têm, evidentemente muita importância em nossa investigação. O que deixaremos de lado é a dicotomia sobre a importância em maior ou menor grau de um ou outro, uma vez que entendemos o lugar como a totalidade de ambos.

Entendemos assim que o lugar, que é onde os afetos são construídos, é composto pela imbricação das interações humanas e o/ no/ com o ambiente físico. Isso implica que nossa compreensão de lugar e de espaço fundamenta-se na perspectiva humanista e fixa seu olhar na relação homem-natureza. Circundada pela subjetividade, essa relação torna o lugar base da experiência entre as pessoas e tem como mediadores os símbolos e os significados que darão expressividade ao lado subjetivo dos acontecimentos sociais. Conforme Lopes (2012, p.27) observa, com base em Tuan (1980),

[...] espaço e lugar são expressões interligadas. Para eles os espaços estão dados e na medida em que conhecemos e atribuímos alguma importância, algum valor para o mesmo, o lugar se engendra. É como se os lugares formassem a teia, as articulações do espaço. O lugar para essa corrente geográfica de pensamento advém do espaço na medida em que agimos intencionalmente, quando focalizamos o espaço em torno das experiências, sejam casuais, simples, banais ou aquelas que causam impactos, isto é, as que chamamos de experiências.

Enfim, o lugar, um antes espaço, é o centro dos acontecimentos mais expressivos da existência de um grupo social, uma vez que é produzido a partir da vivência e reflexo de uma cultura.

2.4 O lugar como legitimador da identidade cultural e das marcas identitárias de um grupo social

Entendemos por identidade cultural um processo temporal e espacial construído por meio de uma diversidade de interações sociais. Ela é coletiva à medida que caracteriza um grupo social e se constitui em um sistema que possibilita que os membros compartilhem atitudes, comportamentos e crenças. A base da identidade cultural está ligada à ideia de “pertencimento” e à abrangência do modo de vida de um grupo. Por esse viés, é necessário compreender cultura como uma relação de marcas identificadoras e diferenciadoras entre coletividades. Para Andrade (2007, p.2), a cultura pode ser considerada

[...] como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma comunidade ou grupo social. Além das artes e das letras, esse conjunto abrange o modo de vida, a maneira de conviver dos membros dessa sociedade, os sistemas de valores, as crenças e tradições.

E é na ação realizadora desses traços distintivos que cada indivíduo de um grupo social, ao mesmo tempo, precisa se identificar como um membro único e assegurar-se de que é mantenedor das marcas caracterizadoras desse grupo. Preferências, valores e necessidades individuais são autenticadas ao passo que também corroboram a construção de uma coletividade representativa dos elementos distintivos de um grupo social.

Meneses (apud Bosi, 2006, p.182) problematiza o conceito de identidade cultural a partir de uma ambiguidade entre a ideia de reconhecimento e a ideia de legitimação social. Assim, no primeiro caso, “o conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social.” O reconhecimento sobrepõe-se, portanto, ao conhecimento e o novo é visto como ameaça. No segundo caso, associado pelo autor à concepção da Sociologia e da Antropologia, a identidade cultural pessoal ou social, *é sempre socialmente atribuída, socialmente mantida e também só se transforma socialmente*. Dessa maneira, os valores e significações precisam de legitimidade social.

Partindo do pensamento de Hall (1999, p. 50), entendemos que a identidade cultural é a representação de um conjunto de sentidos construídos e que estão em constante reconstrução, ou seja, não são estáticos, sendo, por isso, temporais e espaciais. Não obstante à temporalidade e à espacialidade, esses sentidos influenciam e organizam as ações dos membros dos grupos sociais. Assim é que compreendemos a identidade cultural como algo que se modifica na medida em que os sujeitos de uma coletividade são interpelados pelo

social e respondem com suas marcas de reconhecimento. Nesse processo, há uma tensão responsável pela reescrita das marcas identitárias.

De modo mais amplo, identidade cultural em nosso trabalho atrela-se à concepção de pertencimento a um grupo. Nessa mesma direção, marcas identitárias dizem respeito aos traços que dão o teor de singularidade a um grupo social em relação a outros.

2.5 Topofilia

O neologismo “topofilia” foi criado pelo geógrafo humanista YI Fu Tuan (1980, p.5) que o definiu como sendo “o elo afetivo entre a pessoa, ou um grupo social, com um lugar ou ambiente físico”. Uma orientação é extremamente importante no entendimento que Tuan deu ao termo: a de que a existência de um elo afetivo entre alguém ou um grupo social com um ambiente físico não dispensa a existência de uma gama de significados atribuídos ao lugar onde o ambiente físico está inserido, ou seja, não são as imagens do ambiente físico que determinam a construção afetiva, embora essas imagens, como um estímulo sensorial, deem formas ao afeto. Consequência da significação dada pelo indivíduo ou pelo grupo social ao lugar, o afeto é a resposta a essa significação. Quando esse afeto é positivo, é topofilia.

Quando se fixa na relação humana apenas com o meio ambiente, não se deve confundir apreciação estética com topofilia. Tuan (1980, p.5) denomina “apreciação estética” a direta relação com o ambiente físico, isto é, uma relação que não denota um entrelaçamento afetivo com o lugar onde esse ambiente físico está inserido. Sobre “apreciação estética” ele afirma ainda que

As mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com o aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou, o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem.

Compreendemos, portanto, que a topofilia é constituída a partir de diversos aspectos que ultrapassam a factual admiração estética por um ambiente físico. O que a torna uma antítese da simples “apreciação estética” é que ela acresce a essa apreciação o elemento afetivo. Tuan (1980) afirma que o entendimento do neologismo “topofilia” só será útil quando considerado em sentido amplo e aí devem ser considerados todos os laços afetivos com o meio ambiente material. Ele explica que esses laços diferem profundamente em intensidade e modo de expressão. Ainda em relação ao contato com o ambiente físico, afirma também a

existência de variações que podem revelar uma resposta basicamente estética tal como o efêmero prazer que se tem de uma vista, ou a sensação de beleza. Contudo, nenhuma dessas respostas por si só traduz topofilia. Comparando essas respostas ao ambiente físico com a topofilia, Tuan (1980, p.5) explica que “mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”. Diferente da efêmera apreciação estética, a topofilia só se concretiza quando traduz as fortes emoções de acontecimentos e faz com que o lugar ou o meio ambiente seja percebido como um símbolo. Em suma, é clara a diferença entre “respostas ao meio ambiente” e “topofilia”. As respostas se limitam ao efêmero prazer de uma vista, pode ser a sensação de beleza, pode ser tátil, como, por exemplo, no prazer do contato com a água, o ar, a terra. Mais do que esse efêmero prazer, a topofilia traz em sua essência o sentimento.

Em seu livro *Topofilia* (1980), Tuan recorre a diversas narrativas, presentes em diários de exploradores, para realçar a diferença entre o contato superficial com a natureza (apreciação estética, respostas ao meio ambiente) e a relação afetiva que se constitui com um lugar (topofilia). Além disso, chama a atenção para o fato de que o prazer visual pela natureza não vai muito além da aceitação de uma convenção social. O geógrafo critica a motivação dos atuais circuitos turísticos atrelada ao desejo de colecionar etiquetas sobre parques nacionais. Também faz crítica à sociedade da imagem ao afirmar que ao turista

[...] é indispensável a máquina fotográfica, porque com ela pode provar a si mesmo e aos vizinhos que realmente esteve no Lago Crater. O fracasso de uma foto é lamentado como se o próprio lago tivesse deixado de existir.

Estendendo sua observação sobre a efemeridade da apreciação estética, o geógrafo afirma também que “o turismo tem uma utilidade social benéfica a economia, porém não une o homem à natureza” (TUAN, 1980, p. 110).

Se recorrermos à literatura quinhentista brasileira, especificamente à chamada literatura de viagens, ou literatura de informação, será possível observar a mera apreciação estética dos cronistas que por aqui passaram no período das Grandes Navegações. Hábeis descrições da flora e da fauna brasileiras revelavam, por trás do que era exótico aos viajantes, profunda apreciação estética. Se nos ativermos, por exemplo, à famosa Carta de Caminha, será notória a presença da convenção social que circunda o que vem expresso em uma apreciação estética. Isso explica, por exemplo, a crença de Caminha de ter chegado a uma ilha, uma vez que os antigos mapas desconheciam a existência de terras contínuas além da Europa, Ásia e África. A carta do Achamento revela, por meio de seus elogios à terra, uma

apreciação estética que não se pode confundir com topofilia. O documento refletia uma forma de organização de espaço agregado a uma concepção cultural. Ainda prevalecia a concepção medieval de um cosmo vertical que, entre 1500 e 1700, foi sendo lentamente substituído por uma dimensão horizontal, a paisagem.

A topofilia está ligada à atribuição de um valor cultural e seu denso significado entrelaça elementos como vivências, memória, simbologia e ambiente físico. As manifestações de um indivíduo ou de um grupo frente às ações do meio são diferentes porque consideram fatores culturais e emotivos. Para Tuan (1980, p. 130), as imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. “As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram assombro ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas”. Para ele, a Topofilia é enriquecida pela e na realidade. Dessa maneira, o mundo vivido, em seus aspectos objetivos e subjetivos, é o que dá contorno às imagens. Além disso, o real e o imaginário formam a realidade através da criação de um sistema simbólico impresso com marcas de racionalidade e afetividade. E são exatamente essas marcas que vão diferenciar em gênese e identidade os lugares onde a topofilia será construída.

A existência da topofilia indica que o lugar é o veículo de acontecimentos fortes e é percebido como um símbolo. A consciência do passado é um elemento muito importante no amor pelo lugar. Para exemplificar essa afirmativa, Tuan (1980, p.151) assinala que para os aranda, uma das etnias dos aborígenes australianos, as montanhas, os riachos, fontes e poços não são apenas aspectos cênicos, mas a obra de antepassados dos quais eles descendem.

Ele vê gravada na paisagem circundante a história antiga das vidas e as realizações dos seres imortais que ele venera; seres que por um curto tempo podem, uma vez mais, assumir forma humana.

Assim é que em um sentido mais amplo podemos afirmar que a topofilia é a atribuição de um significado afetivo a um lugar e que sua constituição é composta por elementos do meio ambiente, da memória e da cultura.

Yi Fu Tuan não chega a falar em um ciclo ou um sistema topofílico, mas podemos compreender a topofilia como sendo, a um só tempo, resultado e mola propulsora de elementos que estão em seu redor. Da “experiência e da cultura” do grupo social a topofilia aparece como resultado, enquanto que da “atitude” e da “postura cultural” ela é mola propulsora. É cíclico, ou seja, os valores do grupo fornecem os elementos para a construção

da topofilia; por sua vez, a topofilia desencadeia atitudes que vão reafirmar os valores da ligação afetiva do grupo social com o lugar.

A topofilia, portanto, é o amálgama de diversos elementos: percepção, valor, visão de mundo e atitude. Tais elementos se superpõem e cada termo se torna claro em seu contexto. Na “percepção”, os sentidos respondem aos estímulos externos num “jogo” de registrar certos fenômenos ao mesmo tempo em que se rejeitam outros. A percepção, extremamente impulsionada por elementos enraizados na cultura, atribui ou não atribui valor ao que foi percebido. Essa valoração pode levar em conta o fator da sobrevivência biológica, mas, sobretudo, as convenções do grupo social. Ferrara (1996, p.130) afirma que “o ambiente percebido assume diferentes formas, construídas a partir do que usualmente chamamos de pontos de vista, ou ainda de repertório cultural de grupos sociais”. Isso nos leva ao entendimento de que a percepção de um grupo sobre as coisas varia porque leva em conta a experiência no espaço cotidiano, transformando, pela vivência e significação, esse espaço em lugar.

Por sua vez, a “atitude” é formada por uma sucessão de percepções, ou, melhor dizendo, por experiências. As atitudes são resultado da soma das experiências, e as experiências são carregadas de valor. “Atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo” (TUAN, 1980, p.4). Essa experiência conceitualizada configura-se na “visão de mundo” que, para Tuan, é social. Sobre a visão de mundo, o geógrafo afirma que “Ela é uma atitude ou um sistema de crenças” (TUAN, 1980, p.4). Fica evidente que há uma estruturação entre atitudes e crenças, ainda que possam parecer arbitrárias numa perspectiva objetiva. As atitudes são reações ao lugar que, dotado de significado, foi percebido e guardado na memória.

Para relevar a importância da experiência e da vivência na construção da topofilia recorreremos à comparação feita por Tuan (1980) entre o visitante e o nativo e essa comparação também corrobora a ratificação da diferença entre um contato direto e não afetivo e a topofilia. O visitante julga o meio por um critério de beleza, enquanto o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade do lugar. Seus conceitos foram contornados pela experiência e pelas relações pessoais vividas naquele lugar. Seu ponto de vista é indiretamente expresso através do seu comportamento, da visão do seu grupo social e de todo simbolismo existente. Em nossa pesquisa, a distinção de pertencimento e de participante do grupo social estudado não é feita pelo binômio visitante x nativo, mas pelo armazenamento de significados que distinguem o grupo.

Também é importante dizer que a concepção de “vivido” considera a imaginação como mediadora entre a experiência concreta e o que é pensado, entre o objeto real e todas as representações. Consideramos, portanto, que “a imaginação alarga o campo do real percebido, preenchendo-o de outros sentidos” (ARANHA; MARTINS, 1992, p.387). Acerca disso, Tuan (1980, p.70) explica que “A verdade não é dada através de nenhuma consideração objetiva da evidência. A verdade é subjetivamente admitida como parte da experiência e da perspectiva geral da pessoa”.

Desse modo, interpretamos que a topofilia é construída na realidade da prática do dia-a-dia onde são criados os fios invisíveis que constituem a teia que permite a realização dos lugares. São atos, ações, práticas e atitudes realizadas em um meio ambiente físico. Tudo isso revela e constrói significados – os fios imaginários – entrelaçados na subjetividade do grupo social. Por isso é que para a Geografia Humanística o lugar é a conjugação dos arranjos materiais e simbólicos. Nesse sentido, o conceito de topofilia, ou seja, a afetividade humana com os lugares, aparece como oposição ou alargamento de um cientificismo geográfico. A topofilia é, por assim dizer, a extensão humana do espaço geográfico.

Nossa pesquisa entende a topofilia, no sentido da coletividade, como o afeto positivo de um grupo social por um lugar, a partir da ligação desse grupo ao tempo de vivência nesse lugar, considerando que a carga emotiva, componente desse afeto, é o que dá sentido à própria identidade do grupo.

2.5.1 O papel do meio ambiente e da cultura na constituição da topofilia

Em primeiro plano cumpre dizer que em nossa pesquisa a expressão “meio ambiente físico” refere-se à parte concreta de um lugar e que essa parte é formada pelo seu ambiente físico, natural e humanizado. Todos esses ambientes compõem o todo “meio ambiente” de um lugar. Por sua vez, a constituição de lugar é feita, além do meio ambiente, da cultura desse lugar, ou seja, dos significados nele construídos através da vivência e da história do grupo social que ali constituiu sua identidade. Não adotamos aqui a expressão ambiente social porque preferimos abrigá-la no termo “cultura” – o qual entendemos que não está presente na definição de meio ambiente estabelecida pela Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (BRASIL, 1981), em cujos termos “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Preferimos o conceito de lugar, um composto de uma parte física (meio ambiente físico) e uma parte simbólica (cultura). Assim é que em nosso entendimento,

a cultura é um sistema simbólico, cujos símbolos e significados são partilhados entre os membros desse sistema, ou seja, aqueles que constituem um grupo social. Aportamo-nos em Scheneider (apud LARAIA, 1994 p.63), para quem “Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento”. Nesse entendimento, reforçamos, a propósito, a existência dos “fios imaginários” com os quais as coisas são construídas. São as “teias de significados tecidas pelo homem”, sobre as quais Clifford Geertz (1989, p. 316) afirmou:

O que a briga de galo diz que diz, em um vocabulário de sentimentos – é a emoção do risco, o desespero da perda, o prazer do triunfo. Assim, o que diz não é apenas que o risco é excitante, a perda é deprimente, ou o triunfo gratificante, tautologias banais de afeto, mas que é destas emoções, assim exemplificadas, que a sociedade é construída e indivíduos são colocados juntos. Ir às brigas de galos e participar delas é, para o balinês, uma espécie de educação sentimental.

Nosso trabalho, portanto, mais do que comparar expressões, conceitos e terminologias, é interpretar as teias de significado que determinam a (não) construção da topofilia. Com isso, acreditamos combater o minimalismo de se tentar compreender o meio ambiente e/ou os lugares pela sua dimensão física, desprezando-se equivocadamente o componente humano e cultural desses termos. Se o conceito de cultura para Geertz (1989) é semiótico e, se para Max Weber (apud GEERTZ, 1989, p.15), “o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu”, para nós, o meio ambiente também é semiótico e só pode ser interpretado à guisa dos significados construídos pelo homem. Em uma explicação mais superficial, podemos dizer que uma árvore, uma praia, uma lagoa, só constituem alguma coisa de fato, quando um grupo humano lhes atribui algum significado.

De modo que a topofilia é, antes de tudo, um significado. Lembremos que nossa concepção de lugar enquadra uma dimensão física e uma dimensão cultural e que lugar se diferencia do espaço por ser significado e que significar é pôr afeto – topofílico ou não. Contudo, o meio ambiente como cenário de vivências pode, imbricado à cultura, desencadear sentimentos.

Para Tuan (1980), não é o meio ambiente quem determina o sentimento topofílico, pois sobre a interpretação acerca do meio ambiente existem as forças culturais. Também não há um meio ambiente ideal para todas as pessoas ou grupos sociais. Esses conceitos são delineados pelas forças culturais que, por sua vez, não são estáticas. Tuan (1980) considera que o conhecimento da preferência ambiental de um grupo só é possível a partir do

conhecimento da história cultural e da experiência desse grupo no contexto de seu ambiente físico. Ampliando essa afirmativa, acreditamos que esse conhecimento, de fato, só será possível, a partir do conhecimento do grupo, não apenas no ambiente físico, mas no lugar, uma vez que o lugar é um espaço que conjuga meio ambiente (ambiente físico, natural e humanizado) e forças culturais.

Por esse motivo, Tuan (1980, p. 68) afirma que na construção da topofilia “não é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente”. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”. A cultura é o aporte da visão de mundo e está estreitamente ligada ao meio ambiente. A visão de mundo é, pois, uma visão cultural.

Embora não determine a topofilia, na opinião de Tuan, o meio ambiente e a visão de mundo estão estreitamente ligados. Para ele, como vimos, a visão de mundo é constituída de elementos advindos do ambiente físico e, do que chama, de ambiente social (1980). Para esclarecer essa relação, em *Topofilia* (TUAN, 1980), o autor recorre a diversos exemplos. Compara a visão do mundo dos pigmeus do Congo à dos índios puebla, do sudoeste americano. Ele explica que a natureza envolvente da floresta equatorial do Congo, *habitat* dos pigmeus *bambuti*, “não está diferenciada em céu e terra; não há horizonte; carece de marcos visuais; não tem nenhuma colina importante que possa ser reconhecida e não há árvore nitidamente isolada, [...] não há vistas longínquas.” (p.91-93). Para o geógrafo, isso explica o fato de os pigmeus viverem sem a ideia de uma terra com um céu em cima e inferno embaixo. “As estrelas não desempenham nenhum papel na sua cosmografia. O próprio sol não é um disco brilhante com uma trajetória do céu, mas antes, manchas de luz tremulantes no chão da floresta” (p.94). Ele expõe também que, das aproximadamente duzentas lendas reunidas dos pigmeus, apenas três estão relacionadas com a criação do mundo, com as estrelas e o céu. Assim, explica que um efeito do meio ambiente da floresta equatorial na percepção é a diminuição da perspectiva. “Tudo que é visto, é visto à curta distância”.(p.94) Ressalta ainda que o sentido do tempo para os pigmeus é restrito e que, além disso, o conhecimento detalhado e útil da fauna e da flora não inclui atividades cíclicas.

Em sentido oposto, Tuan (1980) considera que, sob muitos aspectos, a visão do mundo dos índios puebla é a antítese da dos pigmeus da floresta equatorial. Ele salienta que o cosmo dos puebla é bem definido espacialmente, estratificado e rotatório e isso é produto da correlação entre o platô semiárido, meio ambiente desse grupo, e a visão de mundo. Cabe dizer que nesse tipo de meio ambiente, aparecem diante dos olhos amplas vistas e elevados marcos visuais. “O azul do céu, os solos amarelo claro avermelhados, o verde escuro das

coníferas dispersas e o azul dos mananciais e pequenos lagos estão justapostos, mas não fundidos na paleta brilhante do sudoeste” (TUAN, 1980, p.94). Disso decorre que o sol, o céu e a terra, contrariamente aos pigmeus, desempenham importantes papéis na mitologia dos índios puebla. Também o milho, o feijão e a abóbora são de grande relevância para eles. Tuan (1980) observa que, para sobreviver, esse grupo social fazia cultivo agrícola e que os ritmos agrícolas e os rituais permanecem essencialmente iguais ao longo de centenas de anos. Em contraposição aos pigmeus, localização e direção desempenham um papel importante na visão do mundo dos puebla. Nessa comparação, é notória a imbricação sobre a qual nos fala Tuan em relação ao papel do meio ambiente e da cultura nos traços de um grupo social. Reforça, portanto, sua ideia de uma simbiose em que a separação seria impossível.

De outro modo, para elucidar a influência do ambiente físico no componente cultural de um grupo social, o antropólogo Roque Laraia (2001) compreende essa questão como um dilema. Em seu livro *Cultura: um conceito Antropológico*, afirma que tanto o determinismo geográfico como o determinismo biológico foi incapaz de resolver essa questão. Para o autor, as teorias que atribuem capacidades específicas e inatas a certos grupos são velhas e persistentes. Assim, o comportamento dos indivíduos depende de um processo que denomina de “endoculturação”, um tipo de aprendizagem permanente de uma cultura, iniciado pela assimilação de valores e pelas experiências. Mais veementemente ainda, Laraia (2001) repreende o determinismo geográfico ao ressaltar a comum possibilidade da grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico. Nesse sentido, refuta a ideia de uma “ação mecânica das forças naturais sobre uma humanidade puramente receptiva” (LARAIA, 2001, p.24). Ele entende que a cultura age de forma seletiva e não de forma casual sobre seu meio ambiente e “explora determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura” (LARAIA, 2001,p.71).

Assim como fez Tuan (1980), Laraia (2001) também faz referência aos mesmos índios puebla do sudoeste americano para reafirmar que um mesmo ambiente natural pode abrigar culturas diferentes. Numa comparação entre os pueblos e os navajos – que ocupam o mesmo *habitat* – ele aponta significativas diferenças culturais em relação ao “espírito criador” e as alternativas culturais desses grupos. Por esse prisma, não se pode tentar entender a diferença entre os grupos sociais a partir de limitações impostas pelo aparato biológico ou pelo meio ambiente. Ao contrário, pois “a grande qualidade humana foi romper com suas próprias limitações” (LARAIA, 2001, p.25).

Mais estreita, para Laraia, é a relação entre a cultura e a visão de mundo. Para o antropólogo, a cultura condiciona a visão de mundo e naturaliza o modo de vida de um grupo social. Essa é, pois, a essência do etnocentrismo, ou seja, a dicotomia “nós” e os “outros”.

Cabe-nos, contudo, a difícil consideração do pensamento de Tuan (1980) e Laraia (2001) sobre o papel da cultura e do meio ambiente na construção da topofilia. Não é, entretanto, essa a discussão que trazem à tona. Essencialmente discutem o papel do meio ambiente na cultura e vice-versa. O que nos importa, porém, é o quanto esses elementos se imbricam ou incidem separadamente no sentimento afetivo e positivo sobre o lugar.

Partindo da ideia de que a cultura forma a visão de mundo, ou até mesmo, a percepção, compreendemos que o próprio entendimento sobre o meio ambiente é decorrente daquilo que está estratificado pela cultura do grupo social. Embora exemplifique como grupos sociais que vivem em meios físicos diferentes incorporam marcas distintas entre si, Tuan (1980) não nos parece contraditório nessa afirmativa e também não parece querer afirmar a lógica de um determinismo geográfico. O que tentou fazer foi mostrar que cultura e meio ambiente se superpõem de tal modo que este último parece incorporado e contínuo à própria visão de mundo do grupo social. O próprio Tuan (1980) demonstra como, no setor noroeste do Novo México, cinco culturas mantêm os seus costumes singulares a despeito da proximidade geográfica, dos contatos sociais frequentes e da mistura de influências dos meios de comunicação de massa. Como se vê, ele descarta a ideia de que um determinado meio ambiente vai desencadear um determinado tipo de cultura e propõe que cultura e meio ambiente sejam entendidos mutuamente.

Analogicamente podemos pensar, em termos da análise científica (não) moderna, na “Contra Revolução Copernicana” sobre a qual nos falou Bruno Latour (1994, p.75), propondo a fusão entre os polos sociedade e natureza, a partir da redistribuição desses dois conceitos, uma vez que foram definidos em torno da separação. Para esse antropólogo, entre natureza e sociedade, ao invés de duas, nós temos somente uma transcendência. Esse entendimento deve produzir o “fim dos dois esclarecimentos”: o primeiro, que usava a natureza – as ciências naturais – para atacar a subjetividade social, e o segundo, em que as ciências sociais consideravam falsos os argumentos do naturalismo e do cientificismo.

Nessa mesma direção, o antropólogo Phillipe Descola (2000), nos fala em “sociedades coexistentes” que nos impedem de distinguir a cultura de um lado, a natureza de outro. Assim como Latour (1994), Descola (2000), remontando ao nascimento da antropologia, na Europa, na segunda metade do século XIX, acredita que o pensamento ocidental foi estabelecido pela distinção entre natureza e sociedade, esse “escândalo lógico”, cuja tentativa de entendimento

se fez papel da antropologia. Essa distinção favoreceu, assim, a percepção de que a natureza é exterior ao homem. Para ele, “chamar atenção sobre outras formas de concepção da relação entre humano e não humano – que se dá não apenas nos ameríndios, mas no budismo e em outras formas de organização –, é mostrar que os humanos são uma prolongação do ambiente.” (DESCOLA, 2012).

Em suma, Latour e Descola compartilham a defesa de que compreendamos o “híbrido”, construindo epistemologicamente uma prática capaz de suplantar a polarização do mundo – que divide e rotula o que é humano como subjetivo e o não humano como natural e objetivo. Na reflexão de Latour (1994), o “híbrido” seria uma espécie de entidade com o específico propósito de desconstruir “a ilusão moderna de que é possível isolar o domínio da natureza, das coisas inatas, do domínio da política, da ação humana” (SZTUTMAN; MARRAS, 200, p.397).

Latour considera que entre os “*modernos*” há um trabalho de purificação que tentou se livrar desses híbridos entre natureza e cultura, estabelecendo um abismo entre natureza e sociedade, humanos e não humanos. Esse abismo foi construído ao longo dos tempos, iniciando-se no século XVII pela separação entre a política dos homens e a política da natureza; passando pelo kantismo no século XVIII, conforme o qual “as coisas em si tornaram-se inacessíveis enquanto que, simetricamente, o sujeito transcendental distancia-se infinitamente do mundo” (LATOURE, 1994, p.56); chegando, enfim, ao século XX, quando os pós-modernos limitam a apreensão de natureza, sociedade e discurso com base na separação.

A antropologia moderna seria, por conseguinte, um exemplo desse distanciamento entre natureza e sociedade. “Formada pelos modernos para compreender aqueles que não o eram [a antropologia] evita estudar os objetos da natureza e limita a extensão de suas pesquisas apenas às culturas” (LATOURE, 1994, p.56). Sobre isso, a autor ainda assinala que “a própria noção de cultura é um artefato criado por nosso afastamento da natureza. Ora, não existem nem culturas nem uma natureza universal. Existem apenas naturezas-cultura, as quais constituem a única base possível para comparações.” (LATOURE, 1994, p.56).

Antonio Candido (1997), em *Os Parceiros do Rio Bonito*, ao analisar a caracterização da cultura de um grupo social através dos meios de subsistência e das formas de organização, explica que para um grupo social, a natureza não é externa e oposta ao social, mas parte componente da vida social. Nesse mesmo trabalho, o sociólogo aponta que as relações de um grupo social não são estáticas, mas modificada a partir das alterações no conhecimento e no aproveitamento dos recursos naturais existentes. Assim, cultura e meio ambiente vão se interagindo e “esta familiaridade do homem com a natureza vai sendo atenuada, à medida

que os recursos técnicos se interpõem entre ambos” (CANDIDO, 1977, p. 176). O meio ambiente é, portanto, um componente da cultura.

Lévi-Strauss (1993), em *A gesta de Asdiwal*, evidencia o papel do meio ambiente físico na composição do mito, observando que este se desenvolve na relação do herói com elementos da natureza, numa aproximação dos ouvintes com a estrutura social inconsciente. Assim, e pelo fato de que o mito é referência às ações humanas, fica estabelecida nessa relação entre grupo social e meio ambiente a ideia de ciclo, uma vez que o mito surge do meio natural para influenciar ações sobre esse meio. Remonta-nos isso ao “jogo duplo” da topofilia que nasce de uma relação de vivência com o lugar e emerge na forma de sentimento de afeto positivo a esse lugar – composto de meio ambiente físico e cultura. Mircea Eliade (1992, p.26) entende que “os mitos transmitem e fixam paradigmas diretrizes de atitudes, estejam elas em que planos estiverem”.

Sahlins (1979) aponta que Lévi-Strauss, em seu capítulo sobre Natureza e Cultura de *As estruturas elementares do parentesco*, segue a mesma abordagem de Boas, ao afirmar que a cultura é o molde de todos os processos de percepção do mundo. Nesse entendimento, a cultura é o canal do conhecimento e orientação das práticas.

Fredrik Barth (2000) considera os fatores ecológico e demográfico como condicionantes de identidade. “Na perspectiva barthiana, os fatores ecológicos e demográficos são fundamentais no êxito ou fracasso na manutenção de uma identidade étnica” (VILLAR, 2004, p.168). A exemplo disso, Barth relata seus estudos sobre o caso dos *basseri*, tradicionais nômades pastorais que habitam a província iraniana de Fãrs e migraram ao longo das estepes e montanhas perto da cidade de Shiraz. Para o autor, segundo Villar (2004), a adaptação ao meio, marcada pela atividade pastoril e pelo nomadismo, é vista como definidora da identidade étnica desse grupo.

Utilizando-se do conceito de “ecologia animal” e da ideia de “nicho”, Barth corrobora, primeiro com Tuan, dando uma certificação ao conceito de lugar, diferenciando-o de outros espaços – o lugar, ou nicho, são dotados de significação simbólica e específica. Posteriormente, corrobora a argumentação de outros autores que não entendem cultura e meio ambiente como categorias que mutuamente se excluem, mas que, ao contrário, se complementam. Assim, para Barth (1976, apud VILLAR, 2004, p. 115) “a compreensão da natureza étnica não se dá somente pela relação com o meio natural, mas pela relação com outros grupos co-residentes do mesmo espaço e que poderão ser eventuais competidores”.

Nessa linha de pensamento, Barth desenvolveu alguns pontos fundamentais: os grupos não são controlados pelo ambiente físico, mas pela organização política e econômica no

interior dos nichos; grupos distintos podem ocupar uma mesma área do ponto de vista do meio ambiente, mas em nichos diferentes, sendo o nicho um especificador de significados. É possível ainda pensar numa relação simbiótica, na qual grupos distintos explorem a parte física de um mesmo nicho e, nesse caso, pode ainda haver uma disputa, cujo final será determinado pelo poderio militar de cada grupo. Contudo, se na exploração do nicho for estabelecida uma hierarquia entre os grupos, eles coexistirão na mesma área sem grandes problemas.

Fica evidente que na perspectiva ecológica de Barth, a construção da identidade não ocorre somente pela relação do grupo com o meio ambiente, mas na interação com o todo. Confluindo ao pressuposto adotado em nossa pesquisa, esse “todo” corresponde ao que chamamos de “lugar”: um meio ambiente preenchido por relações humanas construtoras de significados.

Muitas são, portanto, as abordagens sobre o processo interativo entre o homem e o meio ambiente. Basicamente, duas interpretações dominam essas abordagens: uma enfatiza o papel da cultura sobre o meio ambiente; a outra credita ao meio ambiente o papel de determinante da cultura. Para Sahlins (1979, p.139) “há uma superposição de forças, um diálogo que se prolonga desde o século passado no interior da antropologia, se empenhando em descobrir se a prática determina a cultura ou ao contrário, a cultura codifica a prática”.

Não obstante a essa tensão entre ambas as correntes, nosso pressuposto é o de que não é possível fazer essa distinção, ao mesmo tempo em que não se pode determinar ou excluir o papel do meio ambiente sobre a cultura. Por sua vez, a cultura de um grupo social é indivisível, ou seja, ela é como um todo – “a cultura de um grupo” – porque confluem nela seus elementos constitutivos. Se por um lado é possível que grupos sociais, que vivem sobre um mesmo ambiente físico, tenham culturas diferentes, também é possível que em determinado grupo os traços culturais tenham sido estreitamente constituídos a partir do meio ambiente físico. Assim, a cultura de um grupo social é a cultura que, como já abordamos, concebe uma visão de mundo coletiva responsável pelo contorno das atitudes do grupo sobre e com o meio ambiente. O papel do meio ambiente sobre a formação da cultura é que pode ser mais discutido. Entendemos esse papel relativizando-o, acreditando que os traços culturais se dão pelas relações *no* e *do* grupo social em suas fricções com outros grupos. Também a tradição, a história e a memória dão contornos à formação cultural que, como vimos, não é estática. Enfim, o meio ambiente é, em maior ou menor intensidade, um elemento da composição da cultura de um grupo social. Não a determina, mas também não acreditamos na sua isenção em torno do que compõe os traços culturais. Tomando por base um grupo social

constituído em torno da pesca, por exemplo, é difícil acreditar que a visão de mundo, as atitudes, enfim, a cultura desse grupo social não tenha em seus traços marcas do ambiente físico de onde vivem seus integrantes.

Uma simples dicotomia não extingue a questão e tampouco ordena as fronteiras, a presença e a influência, mútuas ou não, envolvidas no binômio meio ambiente e cultura. Nossa posição, portanto, é a de que não há autoritarismo de dois princípios ontológicos entre sociedade e meio ambiente. Compreendemos o que é denominado natureza como parte do componente social, conforme Eagleton (2000, p.14):

Os seres humanos não são meros produtos de seus ambientes, mas tampouco são esses ambientes pura argila para automoldagem arbitrária daqueles. Se a cultura transfigura a natureza, esse é um projeto para o qual a natureza coloca limites rigorosos. A própria palavra cultura compreende uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que censura o intelecto desencarnado do iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de grande parte do pensamento contemporâneo.

Para esse autor, no próprio termo “cultura” há uma dialética implícita entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. Há, pois, uma natureza além de nós. A natureza enquanto matéria-prima “precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa.” (EAGLETON, 2000, p. 11).

Reiteramos assim o pensamento de Bruno Latour (1997), que considera falha a tentativa das sociedades modernas de buscar separar, em um processo de *purificação*, natureza e cultura, pois esses dois domínios sempre estiveram associados por uma mediação que designa um conjunto de práticas que permite a mistura de seres de gêneros bem diferentes, enquanto a purificação constitui um conjunto de práticas que gera uma separação entre humanos e não humanos pela aproximação de ontologias diferentes. Dessa maneira, em maior ou menor intensidade, o meio ambiente, como elemento encorpado pela cultura do grupo social, será um dos desencadeadores da topofilia. A natureza é, pois, um constructo de um elemento físico com algo histórico, social e antropológico.

Afastamo-nos, portanto, do olhar eurocêntrico – burguês e ocidental – em que a natureza é externa ao homem que, por sua vez, é um elemento inverso à natureza. Assim, entendida como algo meramente físico e geográfico, a natureza serviria “apenas” como um grande laboratório técnico à busca dos objetivos de uma sociedade racionalista e cientificista. Sob outro viés, Castro (2002) nos fala em “qualidade perspectiva” e no relativismo crítico para romper com os limites entre o natural e o cultural, de modo que, a partir dessa ruptura,

natureza e cultura constituiriam um amálgama de sentido. Para esse autor, “[...] os predicados subsumidos nas duas séries paradigmáticas que tradicionalmente se opõem sob os rótulos de Natureza e Cultura” (CASTRO, 2002, p.348) expressam nossa forma ocidental de estruturar nossa racionalidade.

2.5.2 Topofilia e etnocentrismo

Em sua abordagem sobre topofilia, Tuan (1980) também trouxe à discussão o tema do etnocentrismo, que considera “um traço humano comum” (p.54), ainda que também considere a variação de intensidade etnocêntrica entre os grupos sociais:

[...] os indivíduos são membros de grupos e todos aprenderam – embora em graus variados – a diferenciar entre “nós” e “eles”, entre as pessoas reais e as pessoas menos reais, entre o lugar familiar e o território estranho. “Nós” estamos no centro (TUAN, 1980 p.53).

Com essa argumentação, Tuan coloca o etnocentrismo como elemento basilar da cultura de um grupo social, dando-lhe, em nosso entendimento, certa relativização. Ao relativizar o etnocentrismo, o geógrafo entende-o de maneira mais natural do que outros autores que tendem a alinhar o conceito de etnocentrismo à ideia de perseguição do poder e da dominação. Carvalho (1997, p. 181), por exemplo, entende que

O etnocentrismo consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas “diferentes”. De fato, trata-se de uma violência que, historicamente, não só se concretizou por meio da violência física contida nas diversas formas de colonialismo, mas, sobretudo, disfarçadamente por meio daquilo que Pierre Bourdieu chama “violência simbólica”, que é o colonialismo cognitivo na antropologia de De Martino. Privilegia-se um referencial teórico prático que segue o padrão da racionalidade técnica” (Lévi-Strauss), escolhendo-se, assim, o único tipo de cultura e educação com ele compatíveis (cultura hegemônica e culturas subalternas), declarando-se “outras” as culturas diferentes com orientações incompatíveis com o referencial escolhido.

O etnocentrismo de que nos fala Tuan recorre a uma compreensão menos consciente de “superioridade” de um grupo sobre outros. Para ele, o etnocentrismo em derredor dessa crença de superioridade é elemento substancial para a manutenção de elementos culturais dos grupos sociais: “A ilusão de superioridade e centralidade provavelmente é necessária para a

manutenção da cultura. Quando a crua realidade despedaça essa ilusão, é possível que a própria cultura decline.” (TUAN, 1980, p.36).

Tuan (1980, p.35) enumera casos em que diversos povos se achavam no centro do mundo: “Os egípcios antigos, separados pelo deserto e pelo mar, dos seus pares na Mesopotâmia, estavam certos que eram superiores aos povos que encontraram além das bordas do vale do Nilo.” Além disso, entende que o poderoso etnocentrismo é uma importante defesa contra forças culturais homogeneizadoras. Cita, como exemplo, cinco culturas diferentes que vivem no setor noroeste do Novo México e que mantêm seus costumes singulares, independente da ocupação de espaços geográficos tão próximos, dos constantes contatos sociais e da influência dos meios de comunicação de massa. Ele observa que os cinco grupos referem-se a si mesmo como povos, subentendendo que os demais grupos não são totalmente humanos.

Tuan (1980, p. 36) atenta ainda para o viés dos políticos na tentativa de se manter o sentido de centralidade:

Os vereadores e assessores corajosamente tentam manter um sentido de centralidade proclamando que sua cidade é, por exemplo, a ‘Capital Mundial da Salsicha’ (Sheboygan-Wisconsin) ou até desesperadamente a ‘Maior Cidade do seu tamanho’ (Taunton- Massachussets).

Embora Tuan reconheça que o etnocentrismo possa ser o viés de um objetivo de dominação, interpreta-o como uma espécie de acordo identitário e, por que não, imaginário entre o grupo e suas marcas, referenciadas pelo lugar. Não se trata também de uma visão ingênua da visão de mundo de grupos sociais acerca de outros e isso é inferido na ressalva que Tuan (1980, P.36) faz sobre o papel da crença de superioridade dos pequenos grupos sociais em um mundo mais tecnológico ao afirmar que “no mundo moderno de comunicações rápidas é difícil para as pequenas comunidades acreditarem que estejam, em qualquer sentido literal, no centro das coisas, embora algo dessa fê seja necessário”. É uma visão diferente de etnocentrismo, pois o identifica como um traço comum e necessário à manutenção cultural de todos os grupos sociais, diferentemente do sentido puramente hegemônico, pelo qual o etnocentrismo implica privilégio de certos grupos com maior aparato técnico do que outros.

Ainda sobre o tipo de etnocentrismo ao qual se refere Carvalho (1996), nossa concepção sobre as diferenças entre o “nós” de um grupo social e o “eles”, em referência aos demais grupos, não é, por si só, um pensamento nuclearmente hegemônico. Ao contrário disso, apoiamo-nos em Barth (2000) para explicitar que o conceito de grupo social que

permeia nossa pesquisa está pautado nas fricções e diferenças entre grupos sociais. Ao nos pautarmos nas fricções, contraditamos o pensamento de que o isolamento (social e geográfico) é o principal fator de manutenção cultural de um grupo social. Também refutamos a ideia de que o fluxo de pessoas extingue as fronteiras de um grupo. Contrariamente, “implicam efetivamente em processos de exclusão e incorporação através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida, estas distinções são mantidas” (BARTH, 2000, p.26). Fica claro que os marcadores de um grupo continuam existindo, ainda que se reconfigurem.

Sobre o “nós” e o “eles” de que nos falou Carvalho (1996), entendemos essas orientações não como um atributo necessariamente de dominação, uma vez que partimos do princípio de que, tal como afirmou Barth (2000) sobre grupos étnicos, os grupos sociais são categorias atributivas e identificadores empregadas pelos próprios atores. Portanto, os grupos sociais são constituídos exatamente pelas marcas com as quais os próprios grupos categorizam a si mesmos e aos outros. Não que o estabelecimento da diferença seja objetiva e conscientemente feito pelos grupos para se estabelecerem, mas as diferenças vão se constituindo à medida que os próprios atores vão dando significado a certas características em detrimento de outras.

A propósito dessas características ou formas culturais de um grupo social, e retomando de certa maneira o debate sobre a influência do meio ambiente nos traços de um grupo social, salientamos a seguinte reflexão de Barth (2000, p.30):

Não me refiro aqui ao fato de que elas [as formas culturais] refletem uma história de adaptação ao meio ambiente; em um sentido mais imediato, elas também refletem as circunstâncias externas às quais os atores têm que se acomodar.

Contudo, ainda que tênue, topofilia e etnocentrismo são atitudes distintas de um mesmo campo semântico, qual seja a relação entre um grupo social e um lugar. Uma primeira distinção é a que nos fala Tuan (1980) ao contrapor egocentrismo e etnocentrismo, quanto às suas respectivas possibilidades de realização. Sob o seu ponto de vista, ao contrário do egocentrismo, o etnocentrismo pode ser, pelo menos ilusoriamente, totalmente realizado. Já a interdependência do ser humano para a sobrevivência biológica e conforto psicológico é um fator impeditivo para uma totalização egocêntrica. O egocentrismo centra-se no indivíduo, enquanto o etnocentrismo ressoa a forma coletiva de diferenciação entre “nós” e “eles. A

essência etnocêntrica está em “nós”: “-Nós- estamos no centro. Os seres humanos perdem atributos humanos na proporção em que se distanciam do centro.” (TUAN, 1980, p.53).

Ao fazer analogia do etnocentrismo com uma ilusão de superioridade e centralidade, Tuan abarca a ideia da utopia e do lugar mítico. E é exatamente por essas circunstâncias dos grupos sociais de entenderem que habitam o centro do mundo que emerge a utopia do lugar mítico. Para Baptista (2005, p.4), “a consciência criativa e o fantástico formam o lugar mítico [...] o homem, não podendo repetir na terra o paraíso que as religiões propagam procuram empreender cópias dos lugares míticos”. Para esse autor, a utopia refere-se ao lugar imaginário, campo de coexistência de sonhos e projetos irrealizáveis.

O lugar imaginário, resultado do etnocentrismo dos grupos, é revelado na cosmografia. Cada grupo descreverá o universo conforme suas aspirações. Por esse motivo, conforme descreve Tuan (1980, p.54-69), é que, por exemplo, a cosmografia dos *Ostiak*, um pequeno grupo de caçadores e pescadores da Sibéria Ocidental, está baseada na realidade geográfica que foi transformada para dar uma dimensão vertical.

Por sua vez, a topofilia é produto da experiência construída nas vivências do lugar. A topofilia não se centra na comparação entre um “nós” e um “eles”. É uma relação positiva de afeto entre uma pessoa ou um grupo social com um lugar. Sua gênese está na construção de significados ao longo da vivência, mas não se apoia na crença da superioridade.

Tuan (1980, p.55) lembra ainda que a perspectiva etnocêntrica de um grupo tende a desaparecer no enfrentamento com outros grupos mais numerosos e poderosos. Para ele, o etnocentrismo é hoje uma ilusão, mas que no passado fora uma crença apoiada na experiência: “Pode não nos parecer estranho que a China, por um longo tempo, se considerasse como o Império Central, tal como a Grã-Bretanha no século XIX e, atualmente, os Estados Unidos, que se veem como o centro do mundo”. Portanto, essa efemeridade não cabe na topofilia, que desenha na memória um laço afetivo construído na vivência. Da mesma forma, a centralidade, tão arraigada ao etnocentrismo, não se faz exigência na relação topofílica. Nas exceções etnocêntricas, ou seja, nos grupos que não são etnocêntricos, a crença era depositada na espera de uma raça superior e semidivina que vivia para além dos seus lugares. Para Tuan (1980, p.70),

[...] a capitulação dos astecas a Cortez e seu pequeno grupo poderia ter sido facilitada pela crença asteca em um povo divino de cor branca. A facilidade com que os europeus colonizaram a África, não foi somente questão de superioridade militar e tecnológica: também desfrutaram de uma vantagem psicológica em alguns contatos com os nativos como, por exemplo, em

Madagascar, onde as lendas dos nativos pressagiavam a chegada de uma raça poderosa.

O etnocentrismo, portanto, é imaginativo. A topofilia é construção concreta de significados, ainda que advinda de códigos e simbologias. O etnocentrismo é tão imaginativo quanto foram, por exemplo, os astrônomos da escola de Pitágoras, no início da ciência ocidental, ao conceberem que o fogo, e não a água, ocupava o centro do universo porque se atribuía ao fogo o caráter da essencialidade; tão imaginativo quanto a concepção medieval de colocar a Terra na ocupação central do universo.

A topofilia não tem essencialmente um caráter de defesa e tampouco exige um imaginário de centralidade física como o faz o etnocentrismo. É um afeto apreciativo entre o grupo e o lugar e estabelece uma relação de centralidade subjetiva que não é física, mas sentimental.

2.5.3 Topofilia e cosmografia

As representações cosmológicas são sínteses do imaginário onde a identidade e a memória são marcas etnográficas próprias do grupo social. Tuan (1980), ao relacionar etnocentrismo e diagramas cósmicos entre os povos analfabetos, observa que cada grupo social tende a ampliar e centralizar o lugar onde vive na sua descrição cosmográfica.

Segundo Paul Little (2002, p.4), a cosmografia representa a interação entre um grupo social e o meio ambiente em que vive. Representa a junção entre os saberes ambientais, ideologias e identidades e ainda “[...] inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. Mais uma vez observamos a imbricação e endossamos a concepção de que ambiente físico e cultura são estritamente ligados. E é a complexidade dessa ligação que constrói uma cosmologia própria aos grupos sociais.

Ao estudar a rítmica interna dos processos envolvidos na delimitação da cosmografia dos *Kyikatêje*, povo indígena de origem *Jê-Timbira* que habita a aldeia *Amtati*, localizada no interior da Reserva Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará, Cardoso (2009) relata que as representações cosmológicas desse grupo exprimem marcas etnográficas próprias, referenciadas no desenho socioambiental que, por sua vez, é permeado pela vivência e pela experiência de “um ser-estar-fazer acontecer no mundo” (p.2).

Em sua pesquisa de campo, realizada de 2007 a 2009, o pesquisador observou que entrar na aldeia dos *Kyikatêje* não significa apenas entrar numa área garantida e reservada pelo direito dos “brancos”, mas sim entrar numa jurisdição por costumes e leis estabelecidos pela cultura do próprio grupo. Assim, a cosmologia deles é particularizada por marcas identitárias no horizonte da organização de práticas, saberes e valores através dos quais se expressam. Cardoso (2009, p.7) salienta que

Entrar na kri (aldeia) *Kyikatêje Amtati* é, pois, submeter-se a outra cosmologia, na qual se pode vislumbrar a existência de normas específicas de uma realidade consignada em uma outra concepção de tempo e de pessoa. Entendo por cosmologia o conjunto das representações simbólicas, tais como mitos, narrativas, princípios e valores que tanto explicam, quanto justificam os modos de agir e pensar dos grupos socialmente organizados. No caso dos *Kyikatêje*, a cosmologia decorre de uma cosmografia que descreve a poética de um espaço onde a floresta está no centro das preocupações com o território, ensejando a defesa do habitat necessário à reprodução física e cultural *Kyikatêje*.

Também a cosmografia e a cosmologia se expressam sem uma distinção entre o meio ambiente físico e cultura. Se a floresta (ambiente físico) está no centro da cosmografia dos *Kyikatêje* é pelo peso que ela tem na constituição cultural desse grupo. A cosmografia dos *Kyikatêje* tem a *Amtati* (aldeia) como a referência mais imediata da *Airon* (floresta), que por sua vez, encontra-se inserida no *Pyka* (território), que, na cosmologia *Kyikatêje*, nada mais é que *Aikre* (morada). No solo “sagrado” da morada, as mães guardam o umbigo dos filhos e os velhos enterram os guerreiros e os mortos. Tudo isso sob o entendimento de que *Pyt* (sol) foi o criador de todas as coisas, o bem supremo que ilumina a vida. Cardoso (2009, p. 8) observou que

Neste sentido, o poder gerador de *Pyt* (sol) é a base não só da religião, mas também da moralidade e da própria justiça. [...] para a cosmologia indígena a dimensão espiritual está ligada à dimensão físico-material, incidindo no cotidiano das práticas culturais.

Como se pode depreender, a maneira como um grupo social desenha seu mundo é orientada pelos elementos culturais sobre os quais são interpenetradas as características do que é vivido e da experiência no lugar. Retomemos, pois, nossa concepção de lugar como um espaço físico dotado de significados. No caso dos *Kyikatêje*, a floresta, mais do que um espaço físico tem uma dimensão cultural advinda das experiências do grupo e das significações construídas a partir dessa experiência. Não é possível compreender os traços

culturais sem o espaço físico de vivência, mas tampouco significar um ambiente físico sem dotá-lo de um significado cultural. Nesse caso, a floresta sem o significado atribuído pelos *Kyikatêje* seria um amontoado de coisas sem sentido. Também, por si só, os processos naturais da floresta não seriam capazes de construir sentidos. A cosmografia do mundo é feita a partir da visão que o grupo social tem do seu lugar. “Os mongóis [por exemplo] acham que a Mongólia é um grande monte e o centro do mundo, em vez de um planalto circundado por montanhas mais altas.” (TUAN, 1980. p.56). Na cosmografia desse grupo social, eles vivem no monte central, enquanto os outros grupos vivem abaixo. Em comparação com os índios *pueblo* e os índios *zuni*, os *navajos*, que também vivem no noroeste do México, têm a representação de zonas concêntricas em sua cosmografia, ao invés da centralidade como os dois outros grupos sociais. Para os *navajos*, quanto mais distantes de suas casas, as zonas concêntricas se tornam mais estranhas.

A água também pode ter papel central na cosmografia de muitos povos e, muitas vezes, a terra é descrita como um disco plano, cercado por água. Mas se o ambiente físico influencia no diagrama cósmico, a experiência e a cultura são ainda mais representativas na cosmografia do grupo social. Vejamos a descrição de Tuan (1980, p. 60) sobre os índios *Yurok*, da Califórnia Setentrional, que

Parecem conceitualizar o seu mundo bidimensionalmente, como um disco circular, apesar da rugosidade do seu território natal. Os *Yurok* são pescadores do rio Klamath e coletam bolotas em seus arredores. Eles dependem do rio para o seu principal alimento, o salmão, e para o transporte. Tendem a evitar a região da montanha; o grande número de trilhas que atravessam não são tão importantes como o rio, para viajar e para o comércio. Falta aos *Yurok* a ideia de direções cardeais. Eles se orientam pelo seu principal aspecto geográfico, o Klamath, e falam de direções como montante e jusante.

É interessante observar que a construção cosmográfica dos *Yurok* foi influenciada pelo aspecto cultural, incluindo-se aí a experiência da busca de comida e movimentação. Nesse aspecto, cultura e ambiente físico estão fundidos. Contudo, não todo o ambiente físico que os rodeia, mas apenas o que representa vivência e relação para o grupo, ou seja, o que é significado pela experiência. A região montanhosa, embora próxima, não está representada na cosmografia dos *Yurok* porque não faz parte do seu campo de significação.

Mas, a exemplo do etnocentrismo, a cosmografia e a cosmologia também não podem ser tomadas por topofilia, embora, como vimos, os vínculos afetivos de um grupo social possam estar nelas representados. A cosmografia é subscrita pelo etnocentrismo, ou, para ser

mais preciso, desenha toda imaginação advinda da necessidade de sobrevivência e defesa. Ela traz para si a centralidade do lugar como a leitura de um espaço vivenciado pela cultura construída na sobrevivência e na reprodução social. A topofilia é um afeto para além dessas necessidades. São valores e atitudes desencadeadas pelo amor a um lugar cujo significado foi construído a despeito de todas as circunstâncias como a necessidade de defender, o oferecimento de alimento, trabalho ou condição para a reprodução social. A topofilia é um elo amoroso guardado na memória entre o grupo e o lugar.

2.6 Topofobia

Além da topofilia, outro tipo de afeto que um indivíduo ou um grupo social pode ter em relação a um lugar é a topofobia. Mas, ao contrário da topofilia, que denota um afeto apreciativo, a topofobia representa aversão e medo. O termo, também cunhado por Yi Fu Tuan, vem de *topo* (lugar) + *fobia* (medo) e, ao dividir com a topofilia o universo dos afetos em relação a um lugar, ou seja, àquilo que denominamos “topoafetividade”, explicita que os indivíduos e, mais precisamente em nossa pesquisa, os grupos sociais, têm diferentes formas de sentir e compreender um lugar.

Sentir e compreender nos conecta diretamente às ideias de experiências vividas e construção de significado. Isso posto, percebemos que, tal como a topofilia, a topofobia é produto de uma relação de vivência com o lugar ao qual é atribuída. Pura e simplesmente, o ambiente físico não é capaz de produzir afeto – seja ele topofóbico ou topofílico. O mesmo se aplica à natureza, ainda que em seu estado mais natural. Sem a produção de significados, ou seja, sem uma essência cultural, a natureza seria como um signo improdutivo e incompleto formado apenas por um significante, mas vazio de significado.

Nessa compreensão aportamos na fenomenologia, compreendendo-a como a reflexão sobre um fenômeno visível a nós, a partir da interação social, ou, melhor dizendo, sob a interpretação do que afirmaram Japiassu e Marcondes (1993, p.83): “a fenomenologia é uma tentativa de descrição da subjetividade transcendental dos modos de operar a consciência”. Ou ainda, conforme Muchail in Martins (1984, p.11) a fenomenologia “é um constante desvelamento entre o manifesto e o não manifesto”.

Portanto, o homem vê o mundo e seus fenômenos sob a égide de sua cultura. A propósito, lembramos que o conceito de cultura adotado em nossa pesquisa apoia-se em Geertz (1989) que, partindo de um pressuposto de Max Weber, compreendeu a cultura como

uma “teia de significados” em que o homem, ao mesmo tempo, tece-a e enreda-se na constante busca de significados.

Nessa direção, o homem efetiva-se nos lugares a partir de sua experiência no tempo e no próprio lugar (um espaço significado). Por sua vez, os lugares são habitados pelo “corpo” e o “corpo” a representação analógica da experiência. Por fim, a experiência torna-se uma condição essencial para o conhecimento e para a elaboração simbólica do homem em seu meio.

A elaboração simbólica que denota uma aversão ao lugar é a topofobia. O legado de Tuan deu origem a outros termos que denotam a relação com um lugar. Douglas Porteous (1998) cunhou o termo “topocídio”, referindo-se à destruição que o homem efetua sobre o meio ambiente (físico – natural e humanizado). O topocídio é, portanto, a destruição da paisagem de um lugar. Cumpre dizer que nossa compreensão de paisagem também agrega um corpo físico com seus aspectos culturais.

Diante de um quadro de topofobia, um grupo social tende a ressignificar o lugar e, parte de seus membros, a destruí-lo, praticando assim o topocídio. Ressaltamos, a propósito, nosso entendimento de que para além da topofobia e do topocídio físico, o afeto de aversão está carregado de significados implícitos, cercados de um simbolismo e de elementos ocultos nas relações de vivência entre o grupo e o espaço físico e entre os membros do próprio grupo social.

É evidente que, como afirma Dayrrel (2001, p. 147), “[...] a arquitetura e a ocupação do espaço físico não são neutras [...] o espaço arquitetônico expressa uma determinada concepção”. Essa afirmativa corrobora com as cosmografias que revelavam, através de descrições físicas, toda uma concepção de mundo.

Novamente atentamos ao fato de que o meio ambiente é circundado pela cultura e sua interpretação só é possível mediante um componente cultural. Não há natureza sem cultura, embora se reconheça que a natureza se faz presente na formação da cultura dos grupos sociais. Recorremos novamente a Tuan (1980, p. 98) ao discorrer sobre duas civilizações antigas – Egito e Mesopotâmia – que se desenvolveram em meios ambientes semelhantes (de beira de rio) e próximos, mas cujas visões de mundo diferem, refletindo experiências desiguais. Isso reforça o papel da experiência na construção das relações afetivas entre os grupos sociais e os lugares. Além disso, reforça a afirmativa de que o papel da natureza na construção cultural de um grupo não é estático, uma vez que um mesmo ambiente físico pode denotar culturas diferentes.

Não se trata, contudo, de entender os espaços físicos como meros cenários estáticos às experiências. Como ora dissemos, com base em Tuan, não se pode fazer uma nítida distinção entre o papel do meio ambiente e da cultura na relação afetiva com os lugares. Mas fica claro que entre os dois percorre a experiência que vai possibilitando a construção de significados na teia-lugar. A respeito disso, Guimarães (2002, p. 126) salienta que:

O espaço vivido é experienciado como uma forma viva, onde fica clara a percepção dos lugares como “*capsuladores do tempo e detonadores da memória*”. Mediante as experiências codificamos nossa realidade, e o espaço vai servindo de âncora aos fatos ocorridos durante o histórico de cada vida: território fincado de imagens que mesmo fragmentadas, descontínuas, serão como marcos resistentes nos processos de memória e lembrança.

“Ler”, portanto, um lugar não é, conforme Bueno (1994, p.36), outra coisa senão um desdobramento dos verbos conhecer e viver, cuja semântica pode percorrer ações como “padecer, esperar, amar, discutir, negar, em síntese, experienciar...”

A negação de que nos fala Bueno é a topofobia. Uma aversão estendida para além de um espaço físico, isto é, dos elementos tangíveis de um lugar. É a construção subjetiva e negativa do lugar, inscrita na experiência do vivido. De um lugar não material, mas percebido como parte da realidade vivenciada pelo grupo social. Assim é que as experiências é que unem os seres humanos aos seus lugares.

São múltiplas as formas e níveis de interpretação que podem ser desencadeadas pela experiência. Ao refletirem sobre o conceito de “espaço vivido”, Rougerie e Beroutchachvili (apud GUIMARÃES, 2002, p.107) atentam ao fato de que na relação homem/grupo social e lugar,

[...] não é apenas a materialidade do espaço correspondente a uma região ou um território a ser resgatada, mas “*o que*” este espaço “*representa*” para os homens ligados ao seu território. Esta situação define, sobretudo, campos de relações subjetivas concernentes à percepção de suas representações, sejam estas, segundo os autores, geométricas, topológicas, projetivas, temporais e simbólicas.

Experienciar, viver, sentir um lugar é atribuir valores que podem assumir a forma topofílica, ou a forma topofóbica, que são derivadas da realidade. Essas formas, também diferenciadas em amplitude e intensidade de suas cargas emocionais, são moldadas pelas combinações dos aspectos concretos e simbólicos, presentes em um dado contexto. Mas, segundo Tuan (1980, p.137), as imagens (topofílicas ou topofóbicas), “mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder”.

Guimarães (2002, p. 134) ao escrever sobre as correlações entre a percepção ambiental e a paisagem vivida afirma que:

A realidade ambiental ao fornecer o estímulo sensorial, nos induz à percepção de imagens intrinsecamente ligadas aos temperamentos individuais e às forças culturais atuantes em determinados períodos históricos, e, em consequência, temos a geração de sentimentos e valores, aos quais voltamos nossa atenção, consideradas as causas de nosso experienciar, tendo em mira que os lugares *transformam-se, transmutam-se* em símbolos receptáculos de significados de parte ou de toda as nossas vidas.

Ainda segundo a autora, transitar, viver um lugar é construir um arquivo de lembranças, é fazer do lugar um ancoradouro de imagens produzidas nessa vivência e, ainda, transformar os elementos dessa experiência em geossímbolos. Os símbolos são representações da experiência cultural sobre um ambiente físico, ou seja, de um lugar, cuja compreensão em nosso trabalho conjuga ambiente físico e cultura. O lugar é dotado de significados. Os símbolos a expressão desses.

Expressões simbólicas de sentimentos bons são topofílicas; de sentimentos maus, topofóbicas. A título de exemplificação, superficialmente podemos citar as paisagens da infância, o lar, a terra natal, como lugares que despertam a topofilia; enquanto prisões e campos de concentração como desencadeadores da topofobia. Mas as “paisagens do medo” nem sempre são tão diretamente indexadas a uma vivência tão explícita de violência e é possível pensar no sentimento topofílico em relação a lugares que naturalmente poderíamos supor como ancoradouros de topofilia. Assim, inferimos que a carga social negativa, que as prisões e os campos de concentração possuem, não define a existência da topofobia, uma vez que a significação difere de pessoa para pessoa e, em nossa pesquisa, a partir da experiência de cada grupo social.

Lembremos que para Tuan o espaço deve ser estudado a partir da experiência humana. Nessa perspectiva, Guimarães (2003, p.54) explica que

Através da mente mundos são criados, povoados, conhecidos, temidos, odiados ou amados, e a imaginação, muitas vezes, desenvolve emoções que não encontram nenhum tipo de solução, a exemplo do terror metafísico, cuja mitigação só é alcançada em Deus. Além desses e dos casos considerados patológicos, a gênese do medo está associada, de modo geral, às circunstâncias exteriores, ambientais, englobando diferentes modos de ameaças.

Entendemos assim, que os lugares despertam afetos variados, conforme a experiência que se tem sobre eles. Se o etnocentrismo leva a uma simbologia do cosmos, poderíamos pensar na topofobia como uma simbologia do caos. Os grupos sociais transformam suas experiências coletivas em termos de sua simbologia a partir dos significados construídos no processo relacional com o lugar. Assim emergem a subjetividade e o afeto – positivo ou negativo.

Os lugares, como receptáculos da identidade dos componentes de um grupo social, intensificam e interiorizam as relações, potencializando processos de preservação ou destruição. Esses processos dão dinamicidade aos lugares, transformando-os ao longo dos tempos, sem, entretanto, deixá-los guardados na memória.

As diferentes formas de compreensão de um lugar de um grupo social a outro se devem à ausência ou intensidade de uma significação construída na interação com e entre elementos físicos e culturais. Desse modo é que tanto a topofilia quanto a topofobia só existem a partir da existência de uma significação dada ao lugar.

Cabe aqui fazer uma ressalva: a destruição física de um lugar não representa necessariamente a existência de topofobia. Esse tipo de agressão, muitas vezes marcada pela falta de significado, pode estar associado ao complexo *estar-no mundo* de quem a pratica, quase sempre por uma atitude intempestiva. O topocídio é um processo que, segundo Sturza (2008, p. 1), “é implantado suavemente sem que a população o perceba, ou pode ocorrer de forma rápida, quando as pessoas têm o cotidiano e o modo de vida interrompidos”. Corroborando essa ideia, Douglas Porteous (1998) alerta que a implantação de grandes projetos tem servido para o aniquilamento ou até mesmo o desaparecimento de certos lugares.

Amorim (1996, p.142) chama atenção ao fato de que

Técnicos e (ou) planejadores responsáveis por projetos urbanísticos, ao darem prosseguimento a planos traçados sem a participação da população residente em áreas de intervenção, provocam danos muitas vezes irreversíveis aos lugares, às paisagens, aos espaços vividos e às porções significativas da natureza.

Não obstante, também cumpre ressaltar que topocídio e topofobia são processos que têm diferentes origens. A topofobia é gerada a partir da familiaridade com o lugar e é, ao contrário da afeição caracterizadora da topofilia, um desprezo, uma repulsa e uma aversão pelo lugar que é considerado feio ou desagradável e provocador de um “sentimento de repugnância, medo e desconforto”.

Em *Paisagens do Medo*, Yi Fu Tuan (2006, p.12) observa, ressaltando os casos patológicos, que o medo é resultado de uma construção cultural e as paisagens do medo são “as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas”. Tuan (2006) aponta como refúgios construídos pela mente e nos quais os homens podem descansar temporariamente, os contos de fada, as lendas dos adultos, os mitos cosmológicos e os sistemas filosóficos. Ele explica que “todas as fronteiras construídas pelo homem na superfície terrestre são uma tentativa de manter controladas as forças hostis.” (p.12). Tuan sugere ainda (à página 15) que as *paisagens do medo* sejam abordadas também pela perspectiva dos grupos sociais e colocadas, sempre que possível, em um marco histórico. Nesse sentido, consideremos os revezamentos da relação homem x natureza, como proposto por Tuan (2006, p. 113):

Os seres humanos não suportam viver em permanente estado de ansiedade. Necessitam manter uma sensação de controle, não importa quão ilusória possa ser. Celeiros, poços e açudes proporcionavam um certo grau de segurança no passado, mas somente um certo grau: nada podia proteger o populacho dos grandes desastres. Até que a tecnologia moderna deu aos seres humanos a sensação de domínio sobre a natureza, eles não podiam confiar nos seus próprios artefatos; estes tinham que ser complementados com rituais mágicos e cerimônias.

Acerca dessa relação, Tuan (à página 117) lembra que uma das principais causas de medo e insegurança no homem pré-histórico, tanto nas civilizações arcaicas quanto nas sociedades tribais e tradicionais, era a ideia de uma natureza externa, compreendida como poderosa e difícil de prever. Esse medo passado é comparado pelo autor ao medo moderno através da “crise ecológica”, “catástrofe ecológica” e “aquecimento global”, que trazem implícita a mesma ideia de natureza. A diferença, entretanto, está na gênese das ameaças. Para o homem moderno esses medos resultam da tentativa de controle sobre a natureza, e não da falta de controle da natureza pelos humanos. Contudo, afirma Tuan (2006, p.12) que, se as forças produtoras do caos são onipresentes, as tentativas humanas de controlá-las também o são. Qualquer que seja o medo há uma significação que lhe é dada pelas forças culturais.

A topofobia é um medo associado a um lugar que, por uma dada perspectiva, tornou-se uma paisagem do medo. Augé (1998) afirma que o lugar possui três concepções: identitário, relacional e histórico. Assim, a identidade através da relação entre uns e outros, constitui o lugar “por meio das convivências, da linguagem, dos sinais da paisagem, das regras não formuladas do bem viver.” (AUGÉ, 1998, p.93).

A aversão por um lugar não se dá simplesmente por uma ameaça externa ou por ameaças físicas. A topofobia é circundada por significados atrelados a um lugar. É um afeto e como tal foi concebido através de um processo extraído da vivência e da experiência no lugar. Se o medo da natureza consiste em topofobia é pela incidência que esse medo tem sobre a cultura do grupo social. Não é um medo desapegado de um coletivo cultural. Ao afirmar que “o medo não é apenas uma circunstância objetiva, mas também uma resposta subjetiva”, Tuan (2006, p. 334) quer dizer que a imaginação e os medos são fortes delineadores de nossa construção afetiva. Isso corrobora o que Tuan (1986) afirma em *The good life*, sobre a ideia de que a concepção de viver (bem ou mal) é uma postura cultural. Mais ainda: essa postura é uma construção conjunta que perpassa a cultura e as experiências de um grupo social.

2.7 Sociedades sem medo

Segundo Tuan (2006, p.57), o medo está presente em todos os grupos humanos, e, embora seja conhecido de todas as sociedades, “sua prevalência varia grandemente de uma para outra: algumas parecem incrivelmente destemidas, outras parecem viver sob sua égide”. Para exemplificar essa diferença, o autor nos remete à antiga Esparta, que tinha em seu centro um templo dedicado ao medo. Lembra também que, no século XVIII, os sábios europeus reagiram à destruição e tirania das suas próprias culturas afirmando ver sociedades edênicas e utópicas nas ilhas do Pacífico Sul; e que, no século XIX, reagindo à brutalidade da Revolução Industrial, houve exaltação da vida na aldeia e da vida rural.

No capítulo intitulado “Sociedades sem medo”, Tuan (2006), apoiado nas pesquisas de Colin Turnbull, refere-se aos pigmeus *Mbuti*, que habitam o lado nordeste da floresta úmida do Congo, para dar exemplo de uma sociedade despreocupada e harmoniosa. Fato notável acerca dos pigmeus *Mbuti* é que eles não conhecem o conceito de “mal”: “Sem esse conceito, ainda pode existir alarme, mas os componentes peculiares do medo humano – ameaça, suspeita, ansiedade – estão bastante diminuídos.” (TUAN, 2006, p.59).

A floresta onde vivem os *Mbuti* é um meio físico muito fácil de ser lidado, porque o solo está livre de vegetação rasteira, as elevadas árvores formam uma cobertura que filtra a intensidade da luz solar, deixando o interior bastante sombreado, sem ser escuro, mas fresco, com temperaturas abaixo de 27°C mesmo nos dias mais quentes. A flora e a fauna fornecem comida o ano inteiro. “Em uma caçada normal, no início da tarde, já caçaram o suficiente para um ou dois dias” (TUAN, 2006, p.59). Essas circunstâncias permitem que boa parte do tempo

dos *Mbuti* seja livre para consertar as redes de caça, conversar, brincar com as crianças, cantar e dançar.

A sociedade é igualitária. Homens e mulheres ajudam-se mutuamente para criar as crianças, construir suas simples choças cônicas, num terreno desbravado ao acaso, e caçar. A caça com rede é realmente uma atividade comunitária: homens e moços reúnem suas redes para formar um meio círculo e as mulheres e moças, a outra metade; eles convergem, pegando o animal no meio da rede (TUAN, 2006).

São poucas as mudanças na rotina dos *Mbuti* ao longo do ano. Contudo, embora afáveis, os pigmeus vivem uma crescente sensação de tensão derivada do fato de se fazer quase sempre a mesma coisa. Emergem discussões triviais que logo são dissipadas pela figura de um elemento indispensável ao grupo: o palhaço, um homem solteiro e respeitável, caçador, que, por sua condição, atua como uma espécie de bode expiatório designado a fazer troça, cantando e dançando a fim de acalmar os ânimos entre os grupos discordantes.

Mas as tensões são de fato dissipadas nos dois meses em que as famílias vivem separadas. Isso acontece durante a época do mel em abundância. Na chamada “estação do mel”, cantam e dançam dia e noite em seus acampamentos na floresta. A retomada da convivência com o grupo é feita sempre com boa vontade e espírito de expectativa.

A floresta é o lugar dos pigmeus, o espaço significativo de sua topoafetividade. Às vezes, chamam-na de “pai”, outras vezes de “mãe”. Tuan (2006, p. 60) explica que

Eles não sentem necessidade de lugares sagrados porque a totalidade de seu mundo selvagem é sagrada. Eles vivem no meio de um poder que provê todo sustento, ao qual se ligam emocionalmente através de mitos simbólicos.

Banhar as crianças com água misturada ao cipó da floresta, fazer amor ao luar, ou ainda dançar sozinho para cortejar a floresta são simbologias dos pigmeus para expressar o significado físico tem em sua cultura. Nos casos de morte, os *Mbuti* não alimentam o sentimento de injúria ou suspeitam a existência de bruxaria. Eles organizam um festival no intuito de acordar os espíritos da floresta e chamar a atenção sobre o fato. Os adultos reunidos dançam e cantam canções de louvor: “A floresta é bondosa, a floresta é boa. A escuridão (morte) nos envolve... mas se a escuridão é (se a floresta permite que ela exista), então a escuridão é boa” (TUAN, 2006, p.308).

Chamamos a atenção para a representatividade do ambiente físico na cultura dos *Mbuti* e, mais propriamente, como os elementos natureza e cultura parecem entremeados. A

aparente ausência total de uma topofobia parece explicitar uma relação harmoniosa entre o grupo social e o seu lugar. Mas é importante retomarmos que a topoafetividade implica uma relação com o lugar e que o lugar é a soma dos significados de uma cultura sobre um espaço físico. Por outro lado, parece imprudente afirmar que um espaço físico que garanta sustento em abundância ao grupo social que lhe ocupa é gerador “automático” da construção de um afeto apreciativo.

Há elementos culturais que norteiam essa relação harmoniosa. No caso dos *Mbuti*, por exemplo, o pouco desenvolvimento do sentido de tempo faz com que cada dia tenha suas próprias tarefas e que passado e futuro sejam insignificantes para eles quando comparados à realidade presente. E isso difere bastante para a maioria dos grupos ocidentais contemporâneos “criados com o peso e o desafio de um objetivo pessoal, que se fundamenta na ideia de tempo como uma seta que aponta em direção aos sucessivos prazos absolutos do futuro” (TUAN, 2006, p. 62).

Há uma lacuna na compreensão temporal da vida para os pigmeus *Mbuti*. Embora tenham um conhecimento detalhado do aproveitamento de animais e plantas, eles não fazem planos a longo prazo. Por esse aspecto fica evidente que a cultura, embora enraizada na relação de vivência desse grupo social com o espaço físico, é quem delinea a harmonia dessa “sociedade sem medo” e, se houver, sua topoafetividade. Isso, a despeito dos medos e aversão, se aplica a todos os grupos sociais.

Também em *Paisagens do medo*, para fazer referência a grupos que guardam grande distância da presença do medo em relação à maioria dos grupos contemporâneos ocidentais, Tuan (2006, p.62-65) descreve os “mergulhadores de felicidade”, nome dado pelos jornalistas ocidentais aos *Tasadai*, um pequeno grupo que vive na floresta úmida de Mindanau, nas Filipinas. Os *Tasadai* são coletores, e não caçadores. “Antes que os descobrissem (1971) eles não sabiam como usar a armadilha e a rã era o maior animal que matavam.” A alimentação do grupo consiste basicamente de plantas. O tempo médio gasto por um *Tasadai* em busca de alimento é de três horas nas proximidades da caverna em que vive. Portanto, também sobra bastante tempo livre aos *Tasadai*. Tuan (2006, p. 63) chama atenção para o fato de que “a floresta não é, de forma alguma, uma cornucópia para os *Tasadai*”. Em comparação aos *Mbuti*, Tuan acredita que a existência de ideias como tabu e castigo, sugere que os *Tasadai* são menos preocupados em sua floresta.

Porém, os *Tasadai* são muito apegados ao seu pequeno território-moradia e não mostram desejos de explorar além do que conhecem bem. A falta de curiosidade é tal que eles

não têm palavras para “mar” ou “lago”, embora esses dois elementos estejam a menos de 60 quilômetros de distância.

Contrariamente, o mundo boxímane não é fácil. Para esse grupo que habita a borda do deserto do Calaári, no Sul da África, o meio físico é hostil e os recursos naturais são escassos. Diferente da floresta úmida, o clima no deserto e na estepe é muito variável. Nos meses de intenso calor, os *Boxímanes* adotam medidas heroicas na intenção de conservar a umidade do corpo e obter água de bolsões de areia molhada; não obstante, no mês de julho, há queda brusca na temperatura, o que faz com que a água das poças possa congelar. Além disso, nesse mesmo período, os ventos frios da Antártida são congelantes. Os primeiros relatos sobre os *Boxímanes* descreviam um grupo social que, em intensa luta pela sobrevivência, vivia em um estado permanente de semi-inanição. Em média, os *Boxímanes* passam 32 horas por semana coletando plantas comestíveis (TUAN, 2006, p.69). Mas o cenário descrito não emana aversão ou medo em relação ao ambiente físico e tampouco minimiza a construção de significados que remetam a laços afetivos com o lugar. Em um ambiente físico hostil, apesar da consciência da existência de animais perigosos, os *Boxímanes* não têm medo do mato, ou seja, não têm uma relação de fobia ou fuga do lugar onde vivem e constroem seus significados e exercem suas marcas identitárias.

Os *Boxímanes* vivem na mesma parte do deserto do Calaári por mais ou menos 10 mil anos. Como afirma Tuan (2006, p. 70), “o que chama atenção sobre os Boxímanes não são suas falhas humanas, mas, ao contrário, suas boas maneiras, gentileza, alegria e uma intrínseca falta de temor em um cenário natural que é rigoroso e instável”. A sociedade dos *Boxímanes* é igualitária. Homens e mulheres têm papéis semelhantes na busca de alimentos, ao mesmo tempo em que se revezam no cuidado com as crianças. Não há traços agressivos. “As doenças neurológicas são raras, parecem não conhecer o suicídio, e não há roubos. As crianças são muito amadas” (TUAN, 2006, p.70).

Apreendemos, pois, que a natureza, ainda que hostil, não determina a relação afetiva de um grupo social com o lugar onde vive. As sociedades sem medo existem, a despeito das condições naturais que lhes cercam. Ambiente natural adverso e topofobia não são pares de uma relação obrigatória.

2.8 O medo urbano

Se as fronteiras entre o etnocentrismo e a topofilia parecem mais sólidas, a relação entre a anomia da cidade e a topofobia é mais tênue. O que talvez estabeleça essa distinção é o

fato de que a anomia se dá em relação a um modo de vida, enquanto a topofobia é a aversão a um lugar. Mas lugar é espaço acrescido das relações nele estabelecidas e essas relações são reciprocidades construídas no modo de vida de seus habitantes. Park (1979, p.45) afirma que “Tentar compreender a cidade é lançar o olhar sobre as inter-relações que ela abriga. E, no centro dessas relações, olhar o conjunto de fatores que estabelecem uma dinâmica que altera constantemente os modos de vida”.

Para Wirth (1987, p. 102),

[...] o fato de que a comunidade urbana se distingue por um grande agregado e uma concentração de população relativamente densa, dificilmente poderá ser ignorado ao se definir cidade. [...] são sociologicamente relevantes até o ponto em que operam como fatores condicionantes da vida social.

Não há, portanto, como se desvencilhar das relações sociais na compreensão dos processos subjetivos (anomia, topofobia, cosmologia, topofilia, etc.) gerados nos espaços urbanos. O próprio Wirth (1987, p.102), ao diferenciar urbanismo de urbanização, afirma que “a cidade não é apenas uma entidade física, mas um modo de vida.” Nesse sentido, o urbanismo corresponde ao modo vida, enquanto a urbanização à parte física da cidade. Do mesmo modo, corroborando afirmação de Park (1987, p.51), evidencia-se a existência de uma dialética entre a estrutura física e a estrutura social das cidades, onde predominam as relações secundárias em detrimento das primárias.

Ao pensarmos numa relação topofóbica, consideramos que a aversão a um lugar não se dá pela repulsa a um espaço físico. Ao contrário, ainda que sem desconsiderar a participação da estrutura física dos lugares nas relações afetivas, entendemos que a topofobia é produto dos significados extraídos das relações sociais. Assim, é que na tela urbana descrita por relações secundárias e pelo direcionamento monetário sobre o curso da vida das pessoas, a cidade, com suas zonas concêntricas e sendo uma concentração de atividades e instituições, é um campo fértil à propulsão do sentimento topofóbico.

Contudo, ao atarmos as pontas, recordaremos que também os *Mbuti* têm suas tensões, originadas, como vimos, nas poucas mudanças de sua rotina. Ao enxergarmos a cidade como um campo fértil para a existência da topofobia, ratificamos que *a priori* não o é devido às dificuldades estabelecidas por sua estrutura física aos grupos sociais que nela vivem, mas pelas tensões geradas no cerne das práticas culturais nela praticadas. E isso vale tanto para Los Angeles, quanto para a aprazível floresta dos *Mbuti*.

Não é factível, portanto, associar a existência da topofobia exclusivamente a um modelo de vida urbana. Da mesma maneira, o viver rural não garante às pessoas e aos grupos sociais a construção de uma topofilia. Muitas vezes a própria tensão e arquitetura das grandes cidades promovem uma relação de afeto positivo com o lugar. Não raramente observamos a ação de grupos específicos que se mobilizam em defesa e declaração de amor às cidades.

Em resumo, as manifestações de topoafetividade consideram aspectos do ambiente físico, mas não são determinadas por eles. É na junção do meio ambiente físico com as formas sociais e através do vivido que os grupos sociais desenvolvem amor ou aversão pelos lugares que habitam.

3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 O conhecimento científico e as questões da pesquisa

A produção de conhecimento é um processo originado na busca de respostas às questões que emergem na realidade social. Como Barros e Leheld (2005, p.13) consideram, “o conhecimento científico surge do desejo humano de resposta às suas dúvidas e questionamentos. [...] O conhecimento científico é o aperfeiçoamento do conhecimento comum e ordinário, sendo obtido através de um procedimento metódico.” Ainda segundo essas autoras, a pesquisa científica “é a exploração, é a inquisição e é o procedimento sistemático e intensivo que têm por objetivo descobrir, explicar e compreender os fatos que estão inseridos ou que compõem uma determinada realidade” (p.30).

Corroboramos a ideia de Minayo (2008, p.16) de que “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. A partir disso é compreensível que sob o viés antropológico, o homem sempre tenha buscado compreender a realidade. Isso explicita, por exemplo, os mitos, as religiões, as filosofias e a arte como instrumentos de explicação da realidade humana – solitária ou em grupo. Contudo, sem desprezarmos a crítica de que na sociedade ocidental moderna a ciência tenha se tornado um novo mito, reconhecemos que nessa mesma sociedade, a ciência seja entendida como a forma hegemônica de compreensão da realidade, embora sua pretensa validação como portadora única da verdade seja absolutamente equivocada.

Dentre as reflexões iniciais acerca da cientificidade desse trabalho, não passaram ao largo considerações como as de Pierre Bourdieu (1976) ao considerar o campo científico como um espaço de concorrência, “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas” (p.122). Do mesmo modo, e retomando o sentido da palavra “mito” no parágrafo anterior, foram bastante significativas para a compreensão do “fazer científico” que norteou nossa pesquisa as considerações de Adorno e Horkheimer (1985), elaboradas em *Dialética do esclarecimento*, sobre o tema da “deusificação” da ciência que, por meio da crença absoluta na técnica, levou o homem à criação do mito da ciência moderna.

Sendo assim, ao fazermos uma pesquisa de cunho científico, não temos a pretensão de estabelecer uma verdade única, nem de realizar um esgotamento das questões que ora nos propusemos a estudar. Ademais, reconhecemos que o próprio campo científico, a despeito de seu caráter normativo, é recheado de conflitos e contradições. Um deles é a oposição que

muitas vezes se estabelece na busca pela aproximação ou pelo afastamento metodológico entre as ciências sociais e as ciências da natureza. Para Barros e Lehfeld (2005 p.33), por exemplo,

Ao tratarmos das ciências sociais não podemos adotar o mesmo modelo de investigação das ciências naturais, pois o seu objeto é histórico e possui uma consciência histórico-social. Isto significa que tanto o pesquisador como os sujeitos participantes dos grupos sociais e da sociedade darão significados e intencionalidade às ações e às suas construções. Pois bem, aquele que pesquisa e o que é pesquisado são da mesma natureza e estabelecem uma relação social entre si.

Nesse sentido, corroboramos o pensamento de que a cientificidade comporta unidades e diversidades entre os campos do saber. Da mesma forma, como fora colocado em citações anteriores, corroboramos também o pensamento de que método e vida prática devem coexistir no trabalho científico em busca da compreensão da realidade.

Ao longo da trajetória de nossa pesquisa foram extremamente importantes as discussões em que pudemos conhecer com clarividência as especificidades da pesquisa social e, para além dessa clarividência, aprendermos a correlacionar as características de nossa proposta investigativa ao método adequado. Nessa correlação entre o caráter de nossa pesquisa e a adequação aos métodos e, reconhecendo a existência de particularidades nas pesquisas sociais e nas e ciências naturais, entendemos – como proposto por Löwy (1994, p.202) – que o método das ciências sociais se distingue do método das ciências naturais,

Não somente ao nível dos modelos teóricos (compreensão ou explicação), técnicas de pesquisa (experimentação ou observação) ou procedimentos de análise, mas também e sobretudo no domínio da relação com as classes sociais. As visões sociais de mundo, as ideologias e as utopias das classes sociais conformam de maneira decisiva – direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente – o processo de conhecimento da sociedade, constituindo assim o problema de sua objetividade em termos radicalmente distintos dos termos das ciências da natureza.

Em semelhante processo, nossa pesquisa surgiu do desejo de compreender diversas questões ligadas a um grupo de pescadores em relação ao lugar denominado Boca da Barra, situado no município do Rio de das Ostras – RJ. Em primeiro plano, investigamos a topoafetividade do grupo em relação ao lugar onde se constituiu como um grupo social. Cumpre lembrar que o conceito de topoafetividade, por nós desenvolvido através deste trabalho, abrange dois outros conceitos, ambos criados pelo geógrafo Yi Fu Tuan: o de

topofilia, que representa um afeto de apreço ao lugar; e o de topofobia que representa um afeto de aversão ao lugar.

Outras questões e o anseio de buscar suas respostas encorparam nossa pesquisa. Algumas aparecem como desdobramentos de interrogações originais do projeto. Outras, despertadas ao longo de nossa convivência com os pescadores, com a troca permanente com os orientadores e com o acervo teórico. Assim, instigamo-nos a investigar o sentimento de pertença dos pescadores em relação à totalidade da cidade de Rio das Ostras, frente ao grande crescimento populacional; a existência ou não de uma crise acerca da reprodução social do trabalho de pescador; os fatos de persistência e os de alteração no equipamento cultural e nas formas sociais no grupo; as alterações no ritmo do trabalho; as mudanças na relação entre os pescadores e o meio, além das marcas próprias do léxico.

3.2 A pesquisa social

Partindo das questões propostas, entendemos nossa investigação como uma pesquisa social, uma vez que ela, grosso modo, busca respostas às problematizações referentes a um grupo social. Do ponto de vista metodológico entendemos que nossa pesquisa se caracteriza como *descritiva* por ter buscado a caracterização de um fenômeno em determinado grupo social no intuito de interpretá-lo. Ainda como considerações basilares em torno da cientificidade de nossa proposta investigativa, compreendemos que ela é: *teórica* – porque se possibilitou reconstruir teorias, conceitos, pressupostos, ideologias e fundamentos teóricos; *documental e bibliográfica* – porque buscou o acervo do/sobre o grupo estudado no sentido de angariar material interpretativo. Compreendemos também o caráter *exploratório* da pesquisa, dado que ela busca aspectos subjetivos dos sujeitos pesquisados, através do que nem sempre é explícito ou mesmo consciente. Por isso, ao refletir sobre as estratégias que poderiam nos levar às informações que subsidiassem a interpretação das questões investigadas, entendemos como indispensável a realização de uma *pesquisa de campo*. Essa opção pode ser traduzida em nossa opinião de que desse modo há maior possibilidade de compreensão dos fenômenos estudados. Em síntese, partimos do entendimento que as respostas às questões da pesquisa deviam ser buscadas *in loco* e pelo pesquisador, como descreve Duarte (2002, p.44):

[Uma] pesquisa de campo é uma busca feita por um pesquisador, cujo olhar dirige-se para locais já conhecidos por muitos, mas, sempre, com uma maneira diferente de olhar e de pensar determinada realidade a partir da experiência e da apropriação do conhecimento, que são muito pessoais.

De acordo com Minayo (2008, p. 53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Já Ruiz (1976, p.50) acrescenta que “a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”; enquanto Suertegaray (2002) afirma que como instrumento de análise, o trabalho de campo permite o reconhecimento do objeto porque possibilita a inserção do pesquisador no espaço estudado. Sobre isso, Minayo (2008, p.61) esclarece:

[...] o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

Uma vez estabelecidas as bases tipológicas da pesquisa, buscamos em diversos autores as definições que pudessem ajudar no direcionamento do nosso trabalho. Conforme Souza (2004, p.1), “Nas Ciências Humanas e Sociais, a pesquisa científica pode ser caracterizada como um processo de investigação da realidade social, que pressupõe formas de perceber essa realidade através de uma abordagem analítica”.

Minayo (2008, p.12) esclarece que “o objeto das Ciências Sociais é histórico”. Nesse sentido, é importante considerar a particularidade das sociedades humanas em suas espacialidades e suas formas próprias de organização. Igualmente importante é compreender a temporalidade como construtora de traços comuns e, além disso, que as sociedades têm seu presente construído pelas marcas do passado. A partir desse entendimento, Minayo (2008, p. 13) afirma que

[...] não é apenas o investigador que tem capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedade específicas dão significado a suas ações e a suas construções, são capazes de explicitar as intenções de seus atos e projetam e planejam seu futuro, dentro de um nível de racionalidade sempre presente nas ações humanas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referido ao nível da consciência histórica da sociedade de seu tempo, embora essas criações humanas não se confundam.

Outra consideração importante em nosso percurso foi a adoção do pensamento de que não existe uma ciência neutra. Isso posto, compreendemos o caráter intrinsecamente ideológico do nosso trabalho, visto que o homem é sujeito e objeto da pesquisa. Assim é que a

adoção de um método baseado na experimentação não responderia nossas questões porque nossa busca atrela-se, como vimos, a aspectos humanos e sociais, além de sua indispensável compreensão das subjetividades. Portanto, foi fundamental que buscássemos um paradigma que nos permitisse interpretar o homem dentro do seu contexto histórico, social, político e econômico, possibilitando a interpretação de subjetividades. Daí advém nosso entendimento de que, ao realizarmos o estudo com o grupo social em suas relações internas e com o mundo, tínhamos consciência da impossibilidade de uma análise epistemológica isenta de juízo de valor, uma vez que, como um produto humano, o “fazer ciência” tem pressupostos ideológicos e políticos.

3.3 A pesquisa qualitativa

Nossa abordagem foi qualitativa e buscou significados através do trabalho de campo, com o objetivo de compreender o quadro referencial no qual as pessoas constroem e mantêm seus sentimentos, suas ações e pensamentos. Nossa perspectiva de pesquisa qualitativa reflete a definição de Minayo (2008, p.20) ao considerar que

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Ao tomarmos a interpretação como ação fundamental à nossa busca, realçamos a linguagem como o elemento de construção de significados sociais. Assim é que em nosso estudo, as entrevistas foram compreendidas como vozes do mundo social, representativas de questões ideológicas e históricas a elas relacionadas. Assim, estabelecendo um diálogo com a análise de conteúdo, tentamos compreender, através dos enunciados, a racionalização das marcas que evidenciam questões que nos ajudassem na compreensão do nosso objeto de estudo.

Consideramos ainda que, em consonância às questões propostas, a pesquisa qualitativa favorece a interação entre o pesquisador e o objeto, sobretudo, diante de uma busca reflexiva e subjetiva. Sendo assim, corroboramos o pensamento de Pacheco (1995, p.17), conforme o qual “a investigação qualitativa proporciona aos investigadores um conhecimento intrínseco

aos próprios acontecimentos, possibilitando melhor compreensão do real, com a subjetividade que estará sempre presente”.

É relevante tornar claro que nossa opção pela abordagem qualitativa, em vez de uma abordagem quantitativa, explica-se pela necessidade de aprofundamento no mundo de significados, ou seja, pela busca de uma realidade que só pode ser interpretada nas entrelinhas e que, em primeiro momento, deve ser exposta pelos próprios pesquisados. Desse modo, o contato direto e interativo com nosso objeto de estudo é de fundamental importância e, na pesquisa qualitativa, é possível ao pesquisador o entendimento dos fenômenos a partir da perspectiva dos pesquisados.

Godoy (1995, p. 62) caracteriza essencialmente a pesquisa qualitativa a partir dos seguintes aspectos: o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; o enfoque indutivo. Pires (2010, p.154) entende que “é próprio da pesquisa qualitativa ser flexível e descobrir-construir seus objetos à medida que a pesquisa progride”.

Tomando, pois, como um posicionamento a escolha da pesquisa qualitativa como capaz de responder mais profundamente as questões propostas em nossa investigação, entendemos que o ser humano não é um elemento passivo na interpretação do mundo, mas sim o próprio intérprete do mundo em que vive. Sob esse aspecto, também estabelecemos claramente uma distinção entre os homens e os objetos e isso requer uma metodologia que considere essa diferença. Sendo, pois, a vivência humana uma atividade interativa através do contato entre as pessoas e, a partir disso, interpretativa, entendemos a pesquisa qualitativa como tipologia adequada à nossa busca.

3.4 A modalidade de amostra

Uma vez no cenário da pesquisa qualitativa, optamos pela amostragem por caso único e por uma família específica como o tipo de amostra estabelecido. A concepção de amostra que norteia nosso trabalho vem de Pires (2010, p.154), para quem amostra “é o resultado de qualquer operação visando constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa”.

Compreendida a possibilidade de que a amostragem por caso único poderia servir de caminho de nossa trajetória, ou seja, de via de alcance para as questões sociais, as quais nos propusemos a investigar, a escolha da família como o caso da pesquisa seguiu os seguintes critérios: a pertinência teórica com os objetivos iniciais estabelecidos na proposta de

investigação; as características e a qualidade intrínseca do caso; a exemplaridade; a possibilidade de aprender com o caso escolhido; o interesse social e a acessibilidade da investigação. Ao longo do processo, percebemos uma relação de complementaridade entre esses critérios e, mais ainda, a necessidade permanente de analisar a analogia entre o caso escolhido e o problema da pesquisa. Sobre a exemplaridade, que para Pires (2010, p.183) “significa tanto tipicidade (‘caso típico’), quanto possibilidade empírica de aprender, descobrir ou demonstrar”, observamos o amálgama constituído nos critérios afins.

Pires (2010, p.180) ainda esclarece que

Em um estudo de caso, não nos interessamos unicamente pelas especificidades do caso em questão (ainda que elas possam ser valorizadas e importantes), mas também por sua capacidade de servir de via de acesso a outros fenômenos ou a outros aspectos da realidade.

Como nossa microunidade sociológica é uma família, cujos pais são pescadores, podemos dizer que nosso modelo teórico de amostragem por caso único (uma família) é societário, uma vez que nosso olhar enquanto pesquisador partiu da história pessoal de atores sociais para interpretar aspectos da organização social e da cultura do grupo estudado. Não buscamos, portanto, explicar, por exemplo, um comportamento específico ou variável dentro do grupo social, mas compreender mecanismos da vida social dos pescadores. Através da mediação dos atores, buscamos compreender os modos de vida e o funcionamento de todo o grupo. Dessa forma, a tipicidade do caso da família estudada só foi se tornando importante à medida que possibilitava esclarecer questões da vida social de todo o grupo ao qual pertencem. É uma família típica dentro do grupo estudado.

3.5 A família

Pires (2010, p.180-81) salienta duas estruturas-tipo de pesquisa empírica, conforme a necessidade de amostra. Uma delas é a variante não convencional e a outra, como é o caso de nossa pesquisa, chama-se estrutura convencional ou fechada. Oposta à variante não convencional, a estrutura aberta tira uma amostra da população estudada diante da impossibilidade de se estudar a população por inteiro. Traduzindo ao nosso trabalho, na impossibilidade de uma abordagem integral às famílias de pescadores da Boca da Barra, escolhemos uma que consideramos representativa. Assim, essa família é uma amostra da população.

A família escolhida como amostra de nossa pesquisa é composta por três gerações do grupo social dos pescadores da Boca da Barra. A primeira geração reúne quatro irmãos e suas esposas. Três deles são moradores da Boca da Barra e um é morador do Bairro Nova Esperança, que é próximo à Boca da Barra. São filhos do falecido Chico Campos, que foi pescador durante toda a vida e “empresta” seu nome ao píer da Boca da Barra. Os quatro irmãos, também netos de pescadores, exerceram ou exercem durante toda a vida a mesma profissão do pai e avô e são ou foram casados com filhas de pescadores do lugar. Atualmente, um deles se divide entre a pesca e pequenos serviços esporádicos em terra. Outro não pesca mais por razões de saúde. Um terceiro pesca com menos frequência do que antes e o último é pescador ativo. Logo, trata-se de uma família típica de pescadores da Boca da Barra porque herdaram o ofício de gerações anteriores e gozam de bastante respeito no lugar. Doravante chamaremos de *primeira geração* ou de *pais pescadores (M, A, R, É)* ou ainda de *mãe da primeira geração* (codificadas conforme a notação dos respectivos maridos), os quatro irmãos e suas esposas. Esses atores têm entre 61 e 66 anos e vivem, em média, há 55 anos na Boca da Barra.

A segunda geração é composta pelos filhos dos pais pescadores. São seis Homens e cinco mulheres que têm entre 35 e 45 anos. Dessa geração, apenas um é pescador de ofício. Dos cinco casados, três são com pessoas que nasceram na Boca da Barra e têm a história familiar ligada à pesca. Doravante serão identificados da seguinte maneira: *filho pescador*, ou ainda *filho(a) da segunda geração* e serão codificados conforme a notação dos pais (M, A, R, É).

A terceira geração, num total de seis, é composta por netos e netas da primeira geração e têm entre sete e 22 anos. Nenhum deles é pescador e nenhum dos dois casados mora na Boca da Barra, ou casou-se com pessoas com histórico familiar ligado à pesca.

Nosso recorte de entrevista foi de pessoas que tinham pelo menos 11 anos em 1992, ano de emancipação do município de Rio das Ostras. Portanto, a terceira geração não foi entrevistada.

3.6 Procedimentos da coleta de dados

Como técnica de coleta de dados optamos pela entrevista semiestruturada e pela observação participante. Em linhas gerais, a escolha da entrevista foi centrada na possibilidade de interação com os atores sociais estudados, e a escolha do tipo entrevista semiestruturada foi baseado no seu caráter flexivo, além da possibilidade de utilização de

recursos visuais. A entrevista semiestruturada é guiada por um roteiro composto por questões abertas que permite a ampliação dos dados coletados à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. A escolha levou em consideração aspectos a respeito da entrevista como técnica de coleta de dados apontados como positivos e negativos por diversos autores. Uma reflexão importante que foi levada a cabo em nossas considerações é a de que não há “neutralidade” em pesquisa. Assim, avigoramos o pensamento de Minayo (2008, p.57) ao afirmar que

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores [...] Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico.

Outro fator relevante à nossa escolha foi o caráter subjetivo das questões que motivaram a pesquisa e a aplicação de uma perspectiva interpretativa em que a linguagem pudesse ser um ponto fundamental na compreensão do nosso objeto de estudo. Cumpre dizer que essa motivação emerge de um novo significado que obtivemos acerca de “produzir conhecimento científico”, já que a perspectiva verificacionista nos parecia única no “fazer ciência”. Nesse processo de ressignificação, a ausência de neutralidade na busca dos dados a serem analisados deixou de nos parecer um obstáculo intransponível à realização de nosso trabalho. Assim é que ao invés de buscarmos a neutralidade, compreendemos a subjetividade como um recurso a mais que poderíamos utilizar. A esse respeito, reforçamos Sá (2001, p. 40), que entende “o conhecimento não como algo a ser possuído, mas como algo que se constrói coletivamente”.

Não obstante, a subjetividade de nossas questões não foi entendida como uma oposição aos cânones do método científico. Sobre isso, referenciamos em parte Haguette (1997, p. 86) em sua compreensão de que “enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca da objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real”. Nosso apontamento na afirmativa de Haguette vem da observação feita por essa mesma autora (Idem, p.87) ao enunciar que “assume a postura relativista, de cunho weberiano, de que fazemos leituras do real”.

Do ponto de vista do alargamento interpretativo, a entrevista foi compreendida no bojo dessa pesquisa como uma técnica de interação social e meio de pluralização de vozes. “Uma interpenetração coletiva capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais” (Miguel, 2010, p. 2). Além disso, entre os fatores que influenciaram nossa escolha está também a compreensão de que a entrevista é o instrumento mais adequado para revelar assuntos complexos e obtenção de dados subjetivos (valores, aspectos afetivos e atitudes através das opiniões expressas).

Por último, a observação participante fundamenta-se pela possibilidade de um contato mais direto do pesquisador com a realidade e pela possibilidade de interpretação daquilo que muitas vezes os próprios sujeitos não têm consciência. É importante lembrar que a aproximação com a pesquisa de William Foote Whyte (2005), *Street corner society*, realizada nos anos de 1930, nos deu bastante substância acerca dessa utilização, uma vez que possibilitou nossa aproximação com a *anthropology at home*. Entendemos, pois, a observação participante como uma técnica importante de coleta de dados e ao mesmo tempo como um processo capaz de propiciar uma interação entre as teorias que sustentam nossa investigação e os métodos utilizados na busca de nossas respostas.

3.7 Histórico das observações participantes e das entrevistas

As entrevistas foram realizadas em maior parte na Boca da Barra, em dias diferentes e alternando-se entre individuais e conjuntas. Nosso primeiro contato foi com o presidente da Colônia de Pescadores Z 22, que é a instituição representativa dos pescadores em Rio das Ostras. Muito solícito, o presidente nos recebeu em sua casa para uma conversa informal e se colocou à disposição para ajudar no que fosse necessário. Além disso, mostrando domínio sobre a proposta de nossa investigação, se disse orgulhoso com nossa intenção.

Durante essa conversa, obtivemos um amplo painel de questões de ordem institucional e de ordem prática acerca do trabalho dos pescadores. Os temas, em geral ligados ao exercício da profissão, versaram sobre o papel da colônia e a adesão dos pescadores a ela através da contribuição anual; sobre a ausência de um entreposto que é um sonho antigo dos pescadores dali; sobre a ausência de uma bomba de óleo diesel marítimo (ODM); sobre a relação com o poder público municipal e ainda sobre o destino do pescado.

Nosso segundo contato foi para acompanhar a Procissão Marítima de São Pedro, tradicional evento da Boca da Barra. Lá estivemos em 29 de junho de 2012, acompanhando toda cerimônia, desde a preparação da missa em louvor ao santo padroeiro (realizada na

capela do lugar, seguindo com a procissão marítima com os barcos contornando a ilha do Abricó, em um percurso de 45 minutos), até o retorno da imagem do santo à capela. Acompanhamos a procissão marítima no barco do *pai pescador R*. Nesse mesmo dia tivemos contato com o *pai pescador É*. Foram tímidas palavras de quem conhecia o lugar com olhos de pesquisador pela primeira vez.

Durante o segundo semestre de 2012, ao mesmo tempo em que buscávamos subsídios teóricos, fomos outras vezes à Boca da Barra para conhecer as delimitações físicas do lugar, bem como ter uma ideia de aspectos como o fluxo de pessoas e de veículos. Nossas idas se alternavam entre dias úteis e finais de semana ou feriados.

Nesse mesmo período, mantivemos contato com o *pai pescador R*. Mesmo sem aparentemente compreender com profundidade os temas conceituais ligados à pesquisa, o pescador não mostrou nenhuma resistência em ajudar. Através dele fizemos um mapeamento da família e isso serviu de subsídio para todo processo.

Entre idas e vindas, as entrevistas foram realizadas de janeiro de 2013 a abril de 2014. Durante esse período tivemos a oportunidade de estar presentes em alguns eventos que nos possibilitaram diversas observações: algumas reuniões na Colônia; procissão marítima de São Pedro, de 2013; lançamento pelo governo estadual do Programa Saúde do Pescador, realizado em um espaço de eventos da Prefeitura de Rio das Ostras, que fica no bairro de Costa Azul, em setembro de 2013; Auto da Paixão de Cristo realizado na Boca da Barra, além do I Encontro da Previdência Social com os pescadores, realizado em abril de 2014, na residência de um pescador da Boca da Barra.

Nossa primeira entrevista foi feita com o *pai pescador R*, em janeiro de 2013, em uma manhã ensolarada, nas areias da praia da Boca da Barra. Não contemplando todas as questões do roteiro da entrevista, marcamos a complementação para outro momento que aconteceu na semana seguinte na casa do nosso entrevistado.

Nesse segundo momento, iniciamos também a entrevista com a esposa do *pai pescador R*. Inicialmente com a presença do casal e, na maior parte, apenas com a mãe da primeira geração *R*. A parte exclusiva de nossa entrevista durou aproximadamente duas horas, durante as quais ainda tivemos o prazer de ouvir poemas de sua autoria, que – na maioria das vezes – expressam o sentimento de quem, durante, anos viveu avistando os pescadores indo para o trabalho. Para citar apenas um: “Quatro horas da madrugada/ o pescador se levantava/ pra ver a estrela/ que lá no alto ela brilhava/ o pescador seguia em frente/ no seu barquinho a motor/ desafiando as águas do mar/ e pensando no seu amor” (informação verbal).

Na semana seguinte entrevistamos conjuntamente, dois dos três filhos do *pai pescador R*. A entrevista foi realizada em um quiosque na Praia do Cemitério, que fica próxima à Praia da Boca da Barra. O terceiro filho foi entrevistado dois meses depois em Cabo Frio.

No mês seguinte, tentamos uma entrevista com o *pai pescador É*, mas a atividade não se concretizou porque, sendo véspera de feriado, havia grande movimento na peixaria do nosso ator. A essa altura já tínhamos conhecimento de que o *pai pescador É* passava por problemas de saúde. Não tendo realizado a entrevista, tratei com ele para a semana seguinte. Contudo, bastante recluso e entristecido, o pescador evitava contatos naquele momento.

Assim, nossa entrevista só aconteceu quatro meses depois, à calçada da casa do entrevistado. Conversamos por quase duas horas. No mesmo dia e local entrevistamos sua esposa. Nossa conversa exclusiva com a esposa do *pai pescador É* durou cerca de uma hora. Associando constantemente o estado de saúde do marido com as lembranças do passado, nossa entrevistada mostrou-se bastante emocionada.

A entrevista do *filho pescador*, o único da segunda geração a viver da pesca, foi realizada em dois dias diferentes com espaçamento de duas semanas. Em ambas as ocasiões, a conversa ocorreu na peixaria do *pai pescador É*. Ao todo conversamos cerca de cinco horas. Suas irmãs foram entrevistadas conjuntamente, na residência do pai.

Nosso entrevistado seguinte foi o *pai pescador A* e nossa entrevista, realizada no barco do próprio pescador, ancorado na Boca da Barra, durou cerca de três horas e meia. A entrevista ocorreu numa terceira tentativa, uma vez que, das outras duas, o pescador estava no mar. Não nos conhecíamos e nossa entrevista foi feita sem agendamento.

A filha do *pai pescador A* foi entrevistada individualmente em seu local de trabalho. O filho, morador da Boca da Barra, mas prestes a se mudar por conta do casamento já marcado, foi entrevistado na peixaria do tio.

Entre os pais pescadores, o último a ser entrevistado foi o *pai pescador M*, que é o único dos *pais pescadores* que não mora na Boca da Barra. Contudo, passa boa parte do seu dia no lugar onde cresceu. A entrevista aconteceu em duas ocasiões diferentes. A primeira em sua residência, em Nova Esperança, bairro próximo à Boca da Barra e a segunda, na praia da Boca da Barra. A realização da entrevista em sua segunda ocasião foi sugerida pelo entrevistado. Ao todo foram duas horas e meia de entrevista.

Os filhos, a filha e a esposa do *pescador M* foram entrevistados conjuntamente na residência do pai e a entrevista durou cerca de duas horas.

Ao longo desse período tentamos, sem sucesso, reunir todas as gerações da família. Quase sempre esbarramos na dinâmica dos que não trabalham ou não moram na Boca da

Barra. Reunimos, entretanto, para uma entrevista de duas horas, o *pai pescador R*, sua esposa e seus filhos. O mesmo aconteceu com o *pai pescador É*, esposa e filhos. Com o *pai pescador A* e o *pai pescador M* isso não foi possível. Entre pessoas da segunda geração de pais diferentes, reunimos uma vez o filho do *pai pescador É* (filho pescador) e o filho do *pai pescador A*. Reunimos também por uma vez a filhas do *pai pescador É* com a filha do *pai pescador R*. Esses encontros aconteceram na Boca da Barra.

Tivemos também a oportunidade de acompanhar o *pai pescador R* em uma pescaria de quatro horas e o *filho pescador* numa pescaria de aproximadamente seis horas. Nessas ocasiões não tínhamos propriamente a intenção de realizar entrevistas, mas, sobretudo, de fazer observações participantes.

Uma rápida reflexão posterior ao processo de realização das entrevistas nos permite analisar como bastante satisfatório esse momento de nossa investigação. Interpretamos que quase que na totalidade das entrevistas nossa presença não provocou alterações no comportamento dos atores. É fato que muitas vezes os objetivos pertinentes à nossa investigação propiciaram divagações por parte dos entrevistados. Entretanto, creditamos à solicitude do grupo social o fato de termos atingido material capaz de responder nossas questões.

3.8 Procedimentos das análises das amostras

As transformações de dados brutos, coletados no campo, em resultados de pesquisa exigem a utilização de procedimentos que permitam sistematizar, categorizar e viabilizar a análise do pesquisador. Necessitávamos, portanto, de buscar mecanismos adequados para o encontro de informações que descortinassem os fenômenos investigados por meio das entrevistas, mensagens e documentos em geral. A proposta teórico-metodológica escolhida para buscar as respostas de nossas questões foi a análise de conteúdo, definida por Bardin (2011, p. 42) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Para Minayo (2008),

[...] a grande importância da análise de conteúdo consiste, justamente, em sua tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que encaminham para interpretações mais definitivas, sem, contudo, se afastar das exigências atribuídas a um trabalho científico.

Contudo, o procedimento de busca dos resultados às questões da pesquisa não ocorreu sem antes exigir um amadurecimento em que pudéssemos construir algumas reflexões importantes acerca do nosso entendimento sobre o que é efetivamente tirar conclusões nos contornos de nossa investigação. Dentre elas, a compreensão de que

[...] a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor (Mynayo, 2008, p. 79).

A partir dessa reflexão, fortalecemos nossa compreensão de que tanto a homogeneidade quanto a heterogeneidade deviam ser consideradas em nosso trabalho.

Não menos importante foi estabelecer diferenças conceituais entre “descrição”, “análise” e “interpretação”. Para tanto, nos apoiamos nas observações de Wolcott (apud MYNAYO, 2008, p.80) para quem, na descrição, a opinião dos informantes deve ser a mais fiel possível, “como se os dados falassem por si próprios”; na análise deve haver uma decomposição das informações que vá além do descrito, inter-relacionando as partes decompostas; por fim, a interpretação é a busca semântica do que foi dito, ou seja, é a busca pelo sentido das falas e das ações, é o que leva à compreensão ou explicação do que foi estudado.

Cumprir dizer, entretanto, que não há limites rígidos e intransponíveis entre esses conceitos. Não há exclusão mútua entre a descrição, a análise e a interpretação. Consideramos, inclusive, que toda análise é, em última instância, uma interpretação. Além disso, nem sempre o caminho segue esses passos. É possível, por exemplo, interpretar algo sem que se tenha passado sistematicamente por um processo de descrição e/ou análise dos dados. Nesse sentido, é importante frisar que a análise e a interpretação dos dados não se constituem em uma fase isolada do processo de investigação. Ao contrário, estiveram presentes o tempo todo. Prova disso é que, por diversas vezes, mesmo na chamada fase de análise/interpretação dos resultados, tivemos que voltar ao campo para buscar informações complementares.

Outra consideração importante é a de que a finalização de nosso trabalho deveria ser norteada pela fundamentação teórica articulada aos interesses da pesquisa. Entretanto, cabe ressaltar que a experiência de campo nos levou por diversas vezes à procura de novas leituras que conduzissem o trabalho de interpretação.

Nossa escolha por essa técnica de análise também se pauta no entendimento de que a análise de conteúdo é capaz de transcender a profundidade subjetiva que envolve nosso trabalho à objetividade requerida nas inferências de um trabalho científico, pois, conforme Mynaio (2008, p. 84), “através da análise de conteúdo podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

Segundo Bardin (2011, p.121), a análise de conteúdo organiza-se em torno de três eixos: (1) a pré-análise, (2) a exploração do material, (3) o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Não obstante, desdobrando esses eixos, nossa pesquisa optou por uma organização constituída em cinco etapas, conforme propõe Moraes (1999, p.28): (1) preparação das informações; (2) unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; (3) categorização ou classificação das unidades em categorias; (4) Descrição; (5) Interpretação.

3.8.1 A trajetória de análise dos dados

Ao definirmos as etapas para o processo de análise do conteúdo coletado ao longo de nossa busca de informações, fizemos uma releitura dos pressupostos de nossa pesquisa, pois era fundamental que tais pressupostos estivessem alinhavados àquelas etapas.

3.8.1.1 Preparação das informações

Na fase de preparação, inicialmente fizemos, a partir da leitura integral, a identificação das diferentes amostras de informação. Além das entrevistas, compuseram o *corpus* inicial para análise: anotações de campo, fotografias, documentos oficiais e outras fontes de depoimento. Assim, a partir da ideia de pertinência aos objetivos, realizamos um processo de seleção das amostras. Posteriormente, fizemos a codificação das amostras selecionadas. Em primeira escala, a partir de suas modalidades através de suas letras iniciais: as anotações de campo (AC) por eventos/datas; as fotografias acompanhavam seus respectivos eventos; os documentos oficiais (DO) pela ordem cronológica de publicação; as entrevistas de campo (EC) foram agrupadas por grupos: pais pescadores, mães da primeira geração, filhos e filhas da segunda geração. Outras fontes de depoimentos (OD) foram codificadas a partir do nosso julgamento de pertinência.

3.8.1.2 Unitarização

Nesse momento foi feita a releitura do material a fim de que definíssemos nossa “unidade de análise”. Cabe lembrar que a unitarização corresponde à transformação do conteúdo em unidades. A “unidade de análise”, também conhecida por “unidade de registro” ou “unidade de significado”. Moraes (1999, p.36) define a unidade de análise como “o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação”. Como unidade de análise optamos pelo tema que, para Bardin (2011, p. 105), é “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Ainda segundo essa autora, o trabalho com a análise temática “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 105).

Assim sendo, na unitarização, as informações empíricas foram codificadas e divididas em unidades temáticas, a fim de serem classificadas em blocos temáticos surgidos a partir da leitura e análise do material empírico. Assim, foram estabelecidos os seguintes blocos temáticos: afetos pela Boca da Barra; afetos por Rio das Ostras; reprodução social do trabalho.

3.8.1.3 Categorização

Na categorização houve um agrupamento das informações levando-se em consideração a parte comum entre elas. Nesta etapa, optamos pelo critério “semântico”, em vez de outros como, por exemplo, o sintático e o lexical. Partindo do critério semântico, criamos as “categorias temáticas” que representam essencialmente uma redução de informações e, nos termos de Moraes (1999, p. 42), “o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando neste processo seus aspectos mais importantes”.

Duas observações são bastante relevantes acerca desse passo da pesquisa. A primeira é a de que nesse momento já havíamos percebido que nossa análise não comporia um processo linear. Ao contrário, os constantes retornos às informações deixaram clara a ideia de circularidade no tratamento das amostras. A segunda é que, de igual maneira, o retorno às bases da pesquisa, ou seja, às suas questões e objetivos, foram imprescindíveis para a continuidade da investigação.

É importante observar ainda que, mesmo antes da análise das amostras propriamente dita, tentamos estabelecer as categorias. Contudo, somente a partir do trabalho de campo chegamos à categorização definitiva. Nesse sentido, somente a partir de várias leituras sobre as amostras é que chegamos a uma etapa mais conclusiva da categorização.

Guiaram-nos as orientações de Moraes (1999, p.56), para quem as categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas. Além disso, para esse autor, a classificação de qualquer elemento de conteúdo deve ser mutuamente exclusiva, além de consistente. A validade diz respeito à pertinência entre os objetivos da análise, à natureza do material analisado e às questões propostas para a investigação. A exaustividade significa que na categorização as categorias devem abranger todo conteúdo significativo definido a partir das questões propostas. A homogeneidade é o uso de um único princípio de classificação, ou seja, todo conjunto é estruturado em uma única dimensão de análise. A exclusão mútua é a organização de cada elemento em uma única categoria. A consistência é a possibilidade de aplicação das regras de classificação ao longo de toda análise.

Ao final do processo de unitarização e categorização optamos pela seguinte organização:

BLOCO TEMÁTICO I: <u>Afetos pela boca da barra</u>
CATEGORIA: afetos ativados pelas relações interpessoais (formas sociais)
SUBCATEGORIAS: afetos ativados pela memória – afetos ativados pelo presente - afetos atrelados aos fatos de persistência – afetos atrelados aos fatos de alteração.
CATEGORIA: afetos ativados pelo espaço físico natural e humanizado
SUBCATEGORIAS: afetos ativados pela memória – afetos ativados pelo presente – afetos atrelados aos fatos de persistência – afetos atrelados aos fatos de alteração – afetos atrelados ao equipamento cultural.

BLOCO TEMÁTICO II: <u>Afetos por Rio das Ostras</u>
CATEGORIA: Afetos em relação ao crescimento populacional
SUBCATEGORIAS: empatia – aversão – indiferença.
CATEGORIA: sentimento de pertença em relação à totalidade da cidade
SUBCATEGORIAS: Fricções interétnicas, alteridade, os modos de expressão como sinais e emblemas da diferença, fronteiras étnicas.

BLOCO TEMÁTICO III: <u>Reprodução social do trabalho de pescador</u>
CATEGORIA: as alterações no ritmo do trabalho
SUBCATEGORIAS: por inserção em nova forma de economia, por aparecimento de novos subsídios técnicos.
CATEGORIA: a transmissão familiar do ofício
SUBCATEGORIAS: Causas de aceitação, causas de repulsa.

3.8.1.4 Descrição

A descrição foi extremamente importante para o conhecimento do conjunto de significados inclusos nas unidades de análises. Não se tratou ainda da “interpretação” propriamente dita, embora observássemos que as descrições se mostravam mais abrangentes. Foi na descrição que percebemos a expressão dos primeiros significados captados e intuídos nas mensagens analisadas.

3.8.1.5 Interpretação

Extrapolando a descrição, a interpretação se configurou com uma compreensão mais profunda do conteúdo das mensagens. Isso não elimina nosso entendimento de que toda leitura de um texto se constitui numa interpretação, contudo na interpretação à qual nos referimos a análise empreendeu maior profundidade, uma vez que se debruçou, não só nos conteúdos manifestos ou explícitos, mas também sobre os latentes, implícitos.

O nível manifesto é a restrição ao que foi dito, correspondendo a uma leitura representacional. Em uma ampliação disso, o nível latente extrapola a dimensão material da linguagem e se aporta numa dimensão mais semântica e remissiva, captando nas entrelinhas o conteúdo implícito das mensagens.

Nesse momento de nossa pesquisa, foi importante a percepção clara de que, embora estabelecendo desde o projeto inicial um diálogo com um arcabouço teórico, a teoria emergiu das informações e das categorias, o que fez com que a própria construção da teoria fosse uma interpretação. Assim, compreensão, interpretação e teorização requereram diversas retomadas entre si, no intuito de aprofundar a análise.

3.9 Abordagens

Quando nos propusemos à interpretação de conteúdos latentes, ou seja, a ultrapassar o que se expressa nos conteúdos manifestos das mensagens que nos serviram como elementos de análise, entendemos que esta opção devia estar relacionada ao caráter subjetivo da exploração proposta em nossa pesquisa. Acreditamos também que enfatizar a subjetividade não representa incompatibilidade com a cientificidade. Buscar a subjetividade que ultrapassa o nível manifesto dos atores é articular os textos destes com o seu contexto cultural.

Nesse bojo, entendemos que nossa análise das amostras deveria ter uma abordagem indutiva, em oposição a uma abordagem dedutiva, uma vez que partindo de especificidades buscamos um entendimento mais geral. Assim, cumpre esclarecer que não buscamos explicações e generalizações probalísticas, mas a compreensão dos fenômenos investigados. Ao invés de partirmos de uma teoria definitiva, buscamos chegar a uma teoria.

Por meio da interlocução com uma abordagem indutivo-construtiva, tomamos as informações como ponto de partida para construir as categorias e destas para a teoria que nos possibilitasse compreender os fenômenos estudados.

Por fim, em consonância com a proposta metodológica da pesquisa, além da análise de conteúdo como base interpretativa, ativamos também nosso conhecimento prévio sobre teoria semântica, a fim de tornar ainda mais disciplinar nossa proposta investigativa. Sob esse aspecto, estabelecemos uma interface da Análise de Conteúdo com a Hermenêutica, a Semiótica e a Linguística Textual.

4 RESULTADOS

4.1 O lugar

4.1.1 A ocupação urbana de Rio das Ostras

Hoje inserido em um contexto que abriga simultaneamente o turismo e a indústria, o município de Rio das Ostras apresentou no último censo demográfico brasileiro um grande aumento de moradores. Entre os anos 2000 e 2010, a cidade teve um crescimento populacional de 190,4% (IBGE, 2010). Esse índice foi ainda maior em comparação aos dez anos anteriores, uma vez que entre 1991 e 2000, o crescimento populacional da cidade foi de 100,16%. (IBGE 2000). Com aproximadamente 28 mil habitantes em 1996, Rio das Ostras chegou, em 2013, a uma população de 122.196, segundo dados do IBGE (2013). Em 1950, a população residente contabilizava apenas 2.488 habitantes na zona rural e 621 na área urbana. (IBGE, 2000).

Um panorama da economia da cidade pode ser observado a partir dos dados referentes ao Produto Interno Bruto (valor adicionado), coletados pelo IBGE (2013):

Quadro 1 – PIB de Rio das Ostras

Variável	Rio das Ostras	Rio de Janeiro	Brasil
Agropecuária	7.716	1.072.848	105.163.000
Indústria	7.059.249	62.966.386	539.315.998
Serviços	1.918.569	144.387.422	1.197.744.001

Fonte: IBGE (2013)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Rio das Ostras registrou 0,445 em 1991; 0,62 em 2000 e 0,773 em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013). O cadastro central de empresas do município registra 3.243 unidades locais, as quais ocupam 27.601 pessoas, sendo 23.304 assalariadas. O salário médio mensal é de 3,8 salários mínimos (IBGE, 2012).

Pela sua proximidade com destinos veranistas, como Búzios e Cabo Frio, e por suas belezas naturais, que mantêm o olhar paradisíaco sobre a região das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro, Rio das Ostras deve o início de sua formação urbana ligada ao fato de ter-se tornado destino de muitos veranistas a partir da década de 1950. Fato significativo para isso

foi a construção da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), nessa mesma década, o que facilitou bastante o acesso de pessoas oriundas da capital.

A partir das últimas décadas do século XX, acompanhando o processo ocorrido em todo o Norte Fluminense, significativas mudanças, decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, incidem sobre Rio das Ostras. Uma delas foi a participação na distribuição dos *royalties*, subsídio responsável pelo dinamismo econômico, pela redistribuição do interior rural do Norte e Noroeste Fluminense, que promoveu grande fluxo migratório das áreas urbanas dos municípios costeiros, e pela formação de novos municípios. A própria Rio das Ostras, então distrito de Casimiro de Abreu, foi emancipada em 1992.

Além disso, outros fatores bastante relevantes ao processo de ocupação da cidade são: a construção da ponte Rio-Niterói; o IV Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, com grande repercussão nacional, chegando a ter 63 mil inscritos; o aumento do fluxo comercial e a especulação imobiliária em Macaé.

Nessa conjuntura, Rio das Ostras sai de um cenário em que cerca de 5.600 dos 6.667 habitantes do município (IBGE, 2010), ou seja, aproximadamente 84% da população, vivia na zona rural, em 1970, para chegar a uma taxa de urbanização de 94,9% em 2000 (CIDE, 2000).

Mas, de fato, o impulso turístico na Região das Baixadas Litorâneas teve como marco definidor a construção da Rodovia Amaral Peixoto, que desencadeou, inclusive, a partir da década de 1950, os primeiros loteamentos em Rio das Ostras. Eram loteamentos voltados para veranistas, uma vez que estavam localizados próximo às praias. A década de 1960 marca um modesto início de demarcação de lotes com características mais populares, com 360 m². Na década de 1970, houve uma expansão significativa com a aprovação de 15 loteamentos. Contudo, somente a partir da década de 1990 houve ocupação efetiva. Partindo de 7.850 domicílios particulares em 1996, Rio das Ostras chegou a registrar 10.571, em 2000, saltando para 24.053, em 2007 (IBGE, 2007).

Essa é, portanto, a delimitação temporal coberta por nossa pesquisa: o período entre a década de 1950 e os dias atuais. Urge esclarecer também que reconhecemos a importância social e cultural dos grupos que viveram nas terras riostrenses em tempos passados, incluindo o reconhecimento da ocupação de lugares próximos à Boca da Barra por um grupo social, cujas atividades de subsistência também eram primordialmente ligadas à atividade de pesca.

4.1.2 A Boca da Barra física

Segundo o Código de zoneamento de Rio das Ostras (PMRO, 1996), a Boca da Barra fica na Zona Residencial 2 (ZR2), área urbana do município. Seu formato é de uma faixa estreita que começa na Ponte de Sales Ferreira, uma ponte de madeira exclusiva para pedestres, e termina na Praia do Cemitério. Essa ponte encontra-se sobre a junção da foz do Rio das Ostras com o mar e o Manguezal da Boca da Barra, uma Área de Proteção Ambiental (APP), criada pela Lei Complementar 005/2008, do Código Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras. A ponte Sales Ferreira tem extensão de 200 metros e faz referência a um falecido tio dos nossos “pais pescadores”.



Figura 1 – fotografia da Ponte Sales Ferreira com o manguezal da Boca da Barra à direita e a foz do Rio das Ostras à esquerda

Após a ponte Sales Ferreira, inicia-se, por um lado, a praia da Boca da Barra e, por outro, a Rua Teresópolis. A praia da Boca da Barra tem cerca de apenas 100 metros de comprimento e termina na Praia do Cemitério. Na Praia da Boca da Barra fica o píer Francisco Lima Campos, o “Chico Campos”, o principal ponto de embarque dos pescadores da Boca da Barra. Relembramos que o falecido pescador Chico Campos, que dá seu nome ao píer, é pai dos nossos “pais pescadores”. Também na Praia da Boca da Barra fica a “amendoeira”, tradicional espaço de encontro dos pescadores, principalmente nos fins de tarde. A 100 metros do final da Ponte Sales Ferreira há uma bifurcação. Somente o lado direito (Rua Teresópolis) continua sendo parte da Boca da Barra, configurando uma extensão de mais 200 metros, que vai até a Capela Nossa Senhora de Lourdes, onde termina o espaço físico do bairro. A vegetação da encosta da colina destaca-se no entorno da Boca da Barra. Da

praia podem ser avistadas as ilhas “Do Coqueiro Só”, “Trinta Réis” e “Quinze Réis”, além do Morro do Limão. Em termos de espaço físico, a Boca da Barra é hoje o menor bairro de Rio das Ostras.



Figura 2 – fotografia da Praia da Boca da Barra



Figura 3 – fotografia do Pier “Chico Campos”, homenagem ao pai de nossos pais pescadores



Figura 4 – Fotografia da praia da Boca da Barra com o centro da cidade ao fundo

Ao longo da Boca da Barra é facilmente perceptível a ligação do lugar com a atividade pesqueira. Redes estão espalhadas pelo chão em quase toda extensão do lugar. É constante a presença de antigos pescadores entalhando redes à beira das calçadas. Além disso, há desenhos de barcos pintados em vários muros. Os próprios barcos ancorados na praia da Boca da Barra marcam essa ligação. Em dias de verão, crianças e adolescentes saltam dos barcos que lhe servem como trampolins. Não por acaso, o bairro concentra, quase que na totalidade, as peixarias da cidade e os restaurantes usam, como principal estratégia de venda, o peixe como especialidade em seus cardápios.



Figura 5 – Fotografia da Rua Teresópolis, Boca da Barra. Pescador entalhando rede na calçada



Figura 6 – Fotografia da Rua Teresópolis – sentido Praia do Cemitério à Praia da Boca da Barra



Figura 7 – Fotografia de Barco pintado no muro, mostrando a ligação do lugar com a pesca



Figura 8 – Fotografia de Redes na calçada e barcos na foz do Rio das Ostras



Figura 9 – Fotografia de Muro pintado em homenagem a antigo pescador



Figura 10 - Bar na Boca da Barra com foto da Praia da Boca da Barra



Figura 11 – Fotografia de Parede de bar na Boca da Barra: desenho da Praia da Boca da Barra

A partir dos anos 1950, expressivas mudanças deram novos contornos à Boca da Barra, a partir do aterramento do mangue e a chegada e fixação de pescadores oriundos de outros lugares, constituindo ali um novo grupo social que seria marcado, sobretudo nas últimas décadas, pela convivência com alterações, persistências e ajustes na sua organização social. Assim, o início de nosso recorte temporal coincide com a formação caracterizadora atual do nosso grupo de estudo.

4.1.2.1 A economia da Boca da Barra

Além das peixarias, a economia da Boca da Barra é aquecida, sobretudo nos finais de semana, pela presença de pessoas de outros bairros e turistas nos bares. A Boca da Barra reúne uma quantidade de bares desproporcional ao seu espaço físico, além de dois restaurantes especializados em peixes e frutos do mar. Há também três quiosques na praia. Alguns bares são sazonais, com funcionamento exclusivo no Verão, fins de semana e em feriados. Nessas épocas, é grande a procura por esses espaços e também é grande o consumo de bebidas alcoólicas. Notadamente as pessoas de fora vêm atraídas pela atmosfera bucólica e pelo tom exótico que veem no lugar. O cheiro de peixe frito é bastante acentuado, uma vez que é o principal prato oferecido. Outra atração forte é a mansidão e a bela paisagem da praia da Boca da Barra.



Figura 12 – Fotografia dos bares e peixarias que movimentam a economia do lugar

4.1.3 O grupo social

Nossos atores integram o grupo social dos pescadores da Boca da Barra. Não obstante, entendemos que esse grupo não se restringe àqueles que diretamente saem ao mar, mas por todos que compõem um sistema de relações sociais que abarca recorrentes interações entre pessoas, configurando relações estáveis, fixadas em interesses comuns, além de identidade grupal e afetos de pertença. Definidos por Rodrigues (2009, p.17) como “um processo orgânico onde as pessoas pertencem ao mesmo acordo porque se reveem nos mesmos princípios, sonhos e objetivos”, os afetos de pertença são construídos através de um acordo mútuo, apoiado na confiança, na honestidade e na coesão.

Nosso grupo especificamente estudado é formado por pescadores artesanais e seus familiares em um lugar que guarda, desde o início de sua atual conjuntura, laços de parentesco e familiaridade. Ademais, tiveram a pesca como principal atividade na vida e, com pouquíssima escolarização, os primeiros pescadores herdaram a profissão e tiveram os primeiros ensinamentos com seus pais.

4.1.3.1 A pesca artesanal

Em geral, a pesca artesanal é caracterizada pelo uso de tecnologias com pouco poder de predação e pelo emprego de força de trabalho familiar ou por grupo de vizinhança. Entretanto, Cardoso (2001, p. 35) aponta que

A questão conceitual sobre pesca artesanal é bem mais ampla. A chamada pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à questão do instrumental tecnológico empregado na captura e sim nas formas de organização social das pescarias.

Não obstante, ainda quanto à instrumentação tecnológica, podemos dizer que a pesca artesanal é, em oposição à pesca industrial, pouco equipada maquinada. Sua definição está quase sempre atrelada a uma atividade exercida por relações de trabalho em parceria com meios de produção simples e utilização de pequenas quantias de capital.

Por muito tempo a pesca artesanal permaneceu sem definição jurídica no Brasil, fato que só ocorreu em 2003, tendo sido, até então, uma prática sem regulamentação legal. Entretanto, Oliveira e Silva (2012) entendem que a atual definição jurídica válida ainda não é um conceito preciso. Para as autoras, há uma dubiedade na definição técnica e jurídica sobre o que seja pesca artesanal, que tem origem em dois equívocos básicos: um deles é a pouca relevância econômica que leva a uma falsa ideia de inexpressividade produtiva; o outro é a

falta de importância e reconhecimento dado ao seu papel de manutenção de vínculos humanos. Pasquotto (2005) afirma que é através do conhecimento do mar, passado de geração a geração, que grupos familiares (como o desses pescadores) ganham identidade e afinidade. Portanto, a pesca artesanal oferece para as comunidades pesqueiras brasileiras mais que condições objetivas de vida. Dada pela interação do homem com o meio ambiente natural, surge também uma subjetividade, variável regionalmente.

Em nosso trabalho, a pesca artesanal é analisada sob essa perspectiva, que a encara como uma atividade tradicional, característica de certos grupos que se identificam como pesqueiros por encontrarem na pesca não só uma fonte de condições objetivas de subsistência, mas todo um modo de viver e se constituir socialmente.

4.1.3.2 Homens ao mar

O grupo de homens adultos pescadores da Boca da Barra gira em torno de 30 e nem todos são proprietários de barcos. Em todo município há cerca de 100 pescadores com Registro Geral de Pesca (RPG) e 52 estão associados à Colônia Z 22, presidida pelo Sr. Abraão Ney. Em geral, esses pescadores usam barcos de nove ou dez metros, com permissão na modalidade interior de posto, usando redes superficiais de 1.200 metros, rede de fundo de 5.000 metros, além de corrico (anzol) e arrasto. A maior parte dos barcos dos pescadores da Boca da Barra não tem UHF, embora, apostando na ineficiência da fiscalização, muitas vezes são navegadas distâncias além das permitidas. Boa parte dos barcos conta com GPS e sonar. Todos contam com guincho. Em geral saem em três e passam até 12 horas no mar, retornando em média com 500 quilos de pescado, envolvendo variados tipos de peixe.

4.2 Um primeiro olhar sobre as mudanças: economia e crescimento populacional

Em primeiro plano, destacamos que há dois fatores preponderantes para o desencadeamento de significativas mudanças na organização social do grupo: a inserção progressiva em uma nova forma de economia e o aumento de pessoas envolvidas nas interações sociais. Por sua vez, esse aumento advém de três fatores básicos: o fluxo de pessoas que passaram a circular na condição de veranistas; o fluxo de pessoas envolvidas nas relações comerciais; e o aumento populacional da cidade.

Ressaltamos que entre os anos de 1950 e 1970 houve a inserção do grupo social dos pescadores, que viviam na pequena aldeia, em um novo contexto de relações comerciais e

sociais. O aumento da presença de veranistas em função do acesso facilitado através da Rodovia Amaral Peixoto ampliou a circulação de capital através da venda direta do pescado. Contudo, ainda não foi esse fato o responsável por mudar um quadro de mais de 80% da população do então distrito vivendo em área rural. Para se ter uma ideia, em 1950, segundo dados do IBGE (2000), 2.488 pessoas viviam na zona rural, enquanto 621 viviam em toda a área urbana. A base dessa população urbana concentrava-se na Boca da Barra em torno do grupo social de pescadores.

Tudo isso aqui era mato puro, não tinha nada, só casinhas de palhas. O antigo daqui era frágil, muito isolado, só casas de pescadores, depois veio a evolução. [...] Naquela época era chamada também de Terra dos Peixes, com as canoas de um pau só, feitas com madeiras pesadas, muito resistentes (LIMA, 1997, p.14).

Em 1970, a população rural já girava em torno de 5.600 habitantes, ao passo que 1.067 viviam na área urbana. Contudo, somente na década de 1990, inicia-se a efetiva ocupação da cidade. Nesse período, parte do mangue, localizado na Boca da Barra, já havia sido aterrada, facilitando a construção de casas.

Observando um cenário de grande inversão entre a ocupação urbana e a ocupação rural, em 1996, a cidade de Rio das Ostras abrigava 7.850 domicílios particulares, dos quais 7.364 pertenciam à zona urbana. Em 2000, o número de domicílios passou para 10.571 e, em 2007, esse número subiu para 24.053, ou seja, houve um acréscimo de quase 13.500 domicílios em sete anos (IBGE, 1996; 2000; 2007).

Esse expressivo e contínuo aumento populacional contribuiu efetivamente à configuração de um novo cenário no lugar dos pescadores. Evidentemente que esse novo cenário resulta em novas formas de organização cultural e social, uma vez que se ampliam as trocas intergrupais, ao mesmo passo em que, acompanhando um processo de profundas alterações econômicas no município, os pescadores também se inscrevem de maneira diferente no “novo mundo” que lhes foi apresentado, ora ajustando-se, ora resistindo às mudanças, empenhando-se na manutenção de características da tradição do grupo, o que chamamos aqui de persistência.

4.3 Alterações sociais

Em linhas gerais, entendemos que as pressões exercidas pelo meio social e pelo grande fluxo de pessoas, provocado pelo crescimento populacional contínuo nos últimos 50 anos,

foram responsáveis pelo estabelecimento de uma crise nas formas de organização do grupo. Além disso, esses fatores trouxeram a incorporação de novas concepções sobre o mundo e impulsionaram mudanças e adaptações nos padrões tradicionais. A chegada da luz elétrica e o contato com pessoas oriundas de espaços urbanos mais envolvidos por um modelo de economia monetária fez com que o grupo de pescadores ampliasse seu olhar e sua imaginação para o lado oposto ao mar. Novas tecnologias e produtos até então pouco conhecidos transformaram-se em objetos de desejo. O dinheiro foi progressivamente ganhando cada vez mais importância para o grupo que, nos últimos 50 anos, deixou de pertencer a uma pequena aldeia de pescadores para ser inserido num bairro urbano, no centro de um município com grande explosão demográfica que trouxe consigo a valorização imobiliária.

O plano econômico é, portanto, o ponto central desse novo contexto de alterações no grupo social dos pescadores. A penetração de novos bens de consumo, além da maior proximidade na relação entre o pescado e o dinheiro, desencadeou uma forma de organização social mais dinâmica. No bojo desse dinamismo, as novas necessidades ampliaram os vínculos com pessoas de outros grupos: veranistas, turistas e residentes de outras áreas, que iam diretamente comprar o peixe e frequentar o comércio de bares que crescia em consonância com o romantismo bucólico do lugar. A cidade deixou progressivamente de ter a Boca da Barra e o seu entorno como centros únicos de povoamento, além de manter uma sazonalidade, por conta do abastecimento dos novos produtos consumidos e do aumento de fluxo de veranistas. Além disso, o intercâmbio foi favorecido através do aumento da oferta de trabalho no setor doméstico e na construção civil.

Tal processo afastou os pescadores de sua cultura de subsistência – na qual o pescado era, na maior parte, para consumo e, em boa parte, para troca por outros tipos de alimentos oriundos da zona rural do distrito. “Quantidade de peixes não podia matar porque não tinha a quem vender. Não tinha fartura de você vender o pescado, mas em peixe, era quantidade, né?” (informação verbal).¹ Com essa mudança, ou seja, com o abandono de um modo de vida com pouca circulação de capital para um modelo comercial voltado à captação do dinheiro que subsidiasse suas recém-adquiridas necessidades de consumo, ocorreu a perda de uma quase totalitária autonomia comercial, o que estreitou a relação desse grupo social com um modelo de economia que foi gradativamente sendo generalizado. Isso não significa, entretanto, imediato e expressivo aumento de dinheiro corrente entre os pescadores. Ao contrário, o que ocorreu foi um desequilíbrio entre o valor do produto de seu trabalho e o valor dos novos

¹ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

produtos que passaram a desejar na esteira das interações sociais – inclusive com os meios de comunicação. Em um primeiro momento, a cena estabelecida era a de um pequeno grupo social (com pouca interatividade com outros grupos e com pouco conhecimento da comercialização através do dinheiro) que passou a vender, e não mais trocar, o produto do seu trabalho – quer seja diretamente a um maior número de veranistas, quer seja às primeiras peixarias ou aos primeiros atravessadores que surgiram no rastro desse contexto.

4.3.1 A cadeia produtiva

A cadeia produtiva do grupo sofreu alterações ao longo desses anos. Segundo os pescadores da primeira geração, até o final dos anos 70 a pesca era basicamente feita de linha e em canoas produzidas na própria Boca da Barra por três artesãos: Seu Alvinho e Seu Chico Campos (pai de nossos pais pescadores), ambos habitantes da Boca da Barra, e Mestre João Machado, que morava próximo de onde hoje se situa o Iate Clube. “Eram canoas feitas de jequitiba, cedro e timbuíba, recolhidas nas matas do Morro São João.” (LIMA, 1997).

Data do final dos anos 70 a inserção de motores e barcos comprados, geralmente usados, de Guaxindiba, em São Francisco de Itabapoana, e Atafona, em São João da Barra – ambos municípios do norte fluminense. Os petrechos de pesca sempre foram adquiridos fora, sobretudo em Macaé, até os anos 70; depois a circulação foi gradativamente ampliada. A rede de barbante tingido de aroeira foi substituída pelo nylon. Nunca houve atravessadores de grande volume, apenas alguns de pequeno porte que, entre os anos 70 e 80, levavam parte do pescado para a Praça XV, na cidade do Rio de Janeiro. Nos anos 90, havia somente dois atravessadores de pequeno porte que distribuía o pescado em Barra de São João e Macaé. Nesse mesmo período surgiram as peixarias do centro e mais adiante as da própria Boca da Barra, que ficavam com parte do pescado. A outra parte era vendida diretamente na praia aos veranistas e à crescente população da cidade. Hoje o pescado é vendido para as peixarias locais.

4.3.2 O crescimento da importância do capital

É preciso salientar que o objetivo final dos pescadores não era transformar totalmente o produto de seu trabalho em moeda. Isso, aliado à valorização da economia moderna dos bens de consumo, que passaram a ser desejados pelos pescadores, representou desigualdade na balança comercial da economia do grupo. Essa disparidade e o concomitante aumento de

casas de veraneio remeteram os pescadores à busca de “biscates”, na tentativa de uma captação maior e mais rápida de dinheiro. Eram, em geral, trabalhos braçais ligados à prática da jardinagem. Isso significou para o grupo uma primeira “abertura de mercado de trabalho”, uma vez que, até então, reconheciam na pesca a única forma, ainda que modesta, de gerar dinheiro: “Era o único meio [a pesca] de ganhar dinheiro aqui era esse, porque obra quase não tinha; loja, nem se pensava. Só para ir a Barra de São João e a Macaé, o ônibus era uma vez por dia.” (informação verbal).²

Todavia, os esporádicos serviços fora do mar estavam longe de representar qualquer inserção dos pescadores em um padrão trabalhista mais formalizado. Tampouco se constituíram na reparação da balança desigual entre a receita de dinheiro e o custo de novos produtos. Mesmo na construção civil, que no rastro de grande crescimento populacional se transformou em significativo mercado de trabalho, os pescadores não estavam confortáveis, porque suas experiências foram concebidas ainda nas casinhas de estuque com barro e folhas de pindoba, tudo isso retirado dos recursos naturais da Boca da Barra.

Não obstante, outras formas de empreendimento no mercado pesqueiro, realizadas externamente, colocavam os pescadores da Boca da Barra em desvantagem. Mesmo em relação às colônias de lugares mais próximos como Macaé, Barra de São João e Cabo Frio, os pescadores da Boca da Barra tinham significativo atraso técnico e comercial. As técnicas ainda rudimentares não possibilitavam um quantitativo de peixes que pudesse atrair o escoamento de investidores com pujança nesse mercado.

Em resumo, o dinheiro para aquisição dos novos bens de consumo apresentados aos pescadores, inicialmente em virtude do aumento dos veranistas e depois pelo crescimento populacional, era basicamente oriundo de uma pesca em pequena quantidade. A necessidade de uma nova concepção financeira instaurou a crise no grupo social dos pescadores porque, em primeira instância, colocou uma geração de pescadores que tinha todo o seu conhecimento voltado para a pesca, sua única possibilidade de trabalho, frente a um novo modelo de economia em que o pescado – não só como produto, mas também pelo seu volume e pelo tamanho do seu mercado consumidor local – tinha bem menos valor do que os bens de consumo necessários a uma nova configuração econômica.

[...] e aí já não dava mesmo pra comprar nada porque aí não era só o feijão, o arroz, roupa, essas coisas – vamos dizer assim – mais urgentes. Aí, já se

² Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

queria um rádio, uma televisão e isso era muito caro pro que se ganhava no mar (informação verbal).³

4.3.2.1 A busca do dinheiro e a diminuição do tempo de convívio

O tempo, ocupado muitas vezes em rodas de conversa, foi sendo tomado pela necessidade de ganhar dinheiro. O ritmo de trabalho foi alterado. Aumentaram o tempo e a distância percorrida no mar. Entre os anos 50 e 60, o espaço de pesca era reduzido ao que eles chamam de “baía da Boca da Barra”, uma pequena reentrância que forma a praia da Boca da Barra. Passavam em média três horas no mar em momentos alternados durante o dia, mas é preciso considerar que boa parte desse tempo representava um hábito de lazer e convivência. Pescavam em canoas de remo e não passavam de três milhas da terra. Esse tempo e distância aumentaram progressivamente, variando de três a sete milhas até meados dos anos 70, quando o tempo de permanência no mar variava de duas a quatro horas. Hoje, a distância mínima para se pescar é de 10 milhas adentro e o tempo médio é de nove horas. “Hoje, se não entrar muito, não puxa nada. Não adianta ter pressa. É calma e não ter hora pra voltar.” (informação verbal).⁴

Com o advento da apreciação de novos produtos e maior necessidade de dinheiro, o tempo livre passou a ser uma constante busca por formas alternativas de recebimento. As necessidades econômicas passaram a estabelecer a frequência de trabalho dos pescadores. Assim, não só a organização grupal, mas também a familiar foi alterada. As mães pescadoras passaram a frequentar o comércio fora da Boca da Barra e as famílias se reorganizaram em busca de comercializar peixes e bebidas na praia. Isso, aliás, explica o fato de que alguns antigos pescadores da Boca da Barra tenham estabelecido comércio lá. Entre nossos pais pescadores, Seu Odilon é proprietário de uma das quatro peixarias do lugar e seu Alfredo tem um quiosque na Praia do Cemitério, ao lado da Boca da Barra. “Com o aumento dos turistas a gente foi buscando ganhar dinheiro por aqui pela beira da praia mesmo.” (informação verbal).⁵

³ Informação fornecida pelo Pai Pescador A, em 2013.

⁴ Informação fornecida por filho pescador, em 2013.

⁵ Informação fornecida pelo Pai pescador M, em 2013.



Figura 13 – Fotografia de peixaria, com destaque para a palavra “pescador” como marca identificadora da pessoa

As relações sentimentais da segunda geração não ficaram mais restritas às pessoas da Boca da Barra e isso representou a inserção de pessoas oriundas de outros grupos, ou seja, sem a vivência no “universo” da pesca e do lugar.

Daí que, com esse tanto de gente que veio, que passou a frequentar aqui a Boca da Barra, os meninos e as moças foram se conhecendo, se enamorando com gente que não era da pesca. Às vezes vinha um também com a namorada que conheceu lá por fora (informação verbal).⁶

Entre as mulheres houve significativa redução do tempo de convivência, porque sua atividade principal, a de salgar o peixe, foi gradativamente desaparecendo. A prática de entalhar redes, bastante ligada a elas, também desapareceu ao longo desses anos. O fornecimento de energia, que a partir do início da década de 1970 passou a acontecer durante 24 horas, contribuiu para essa redução. Até então a chave geral era desligada à meia-noite, dando lugar às lamparinas. Esse mesmo fato contribuiu para que o tempo dedicado pelas mulheres à vida religiosa também diminuísse. “A gente se maravilhava tanto com a televisão que esquecia até de ir à Capelinha!” (informação verbal).⁷ Há alguns anos, a administração da Capela foi atribuída a grupos pastorais ligados à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Rio das Ostras. São pessoas que não moram na Boca da Barra e não pertencem ao grupo de pescadores dali. “Hoje a própria Igreja [Matriz de Rio das Ostras] cuida da Capela, traz o enfeite, marca missa. Antes, a gente cuidava [...] Sei lá, a vida ficou corrida de um jeito

⁶ Informação fornecida pela Mãe da primeira geração É, em 2013.

⁷ Informação fornecida pela Mãe da primeira geração É, em 2013.

que nem pra ir à igreja [Capela da Boca da Barra] dá mais.” (informação verbal).⁸
“Quando eu era pequena, eu lembro de ir todos os anos na novena do padroeiro. Mas agora é só no dia da procissão mesmo.” (informação verbal).⁹

4.3.3 O fim das trocas e o princípio da noção de orçamento

As trocas foram sendo eliminadas ao longo desses 50 anos, uma vez que os bens de consumo passaram a ser obtidos pela compra no comércio cada vez mais crescente na cidade. A noção de orçamento começa a se fazer necessária aos elementos do grupo e o dinheiro, outrora quase ausente na realidade do grupo, passou a integrar o universo da economia doméstica, com grande importância. Isso gerou a mudança de um comportamento econômico intuitivo para a necessidade de previsibilidade e cálculo, ou seja, de racionalidade, para se ajustar à lógica financeira cada vez mais espacialmente ampla.

Antes a gente não se preocupava no que guardar e nem tinha como guardar porque o peixe que ficava era o que salgava. Peixe não se procurava pegar nem muito pra não ter mesmo que guardar. Mais aí, depois, com o tempo, tinha que se juntar mesmo, né? Porque aí era no dinheiro, não era no peixe. Quer dizer, era no peixe, no dinheiro do peixe. Mas era pouco e tinha que juntar se não, não dava pra comprar nada não (informação verbal).¹⁰

A aprendizagem da pesca para seguir a profissão familiar tradicional deixou de ser um hábito natural dos filhos que passaram a fazer seus projetos de futuro para além da Boca da Barra, passando mais tempo fora, em busca de novas oportunidades. As meninas deixaram de acompanhar as mães na atividade de salgar o peixe. Se os homens da primeira geração se casaram com filhas de pescadores, o mesmo não aconteceu com os da segunda geração.

4.3.4 A manutenção do convívio entre a primeira geração

Para a primeira geração de pais pescadores, as práticas de solidariedade permaneceram pelo exercício do mesmo ofício. De igual maneira, isso também colaborou para a manutenção dos encontros em momentos de entalhar a rede e das pausas possibilitadas pela coincidência do horário de trabalho. Além disso, o hábito de ir ao mar à procura dos amigos que tardavam continuou até que novas tecnologias estabelecessem formas mais ágeis de comunicação.

⁸ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

⁹ Informação fornecida por filha da segunda geração R, em 2013.

¹⁰ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

“Quando o tempo passava de 5 horas e não apareciam, a gente ia no rastro buscar esses pescadores” (informação verbal).¹¹

A prática do futebol, como atividade lúdica, permaneceu por longo tempo. Os bares são até hoje frequentados em dias e horários comuns. Frequentar a amendoeira nos fins de tarde dos dias comuns é praticamente um código de obrigação para os pescadores mais antigos.

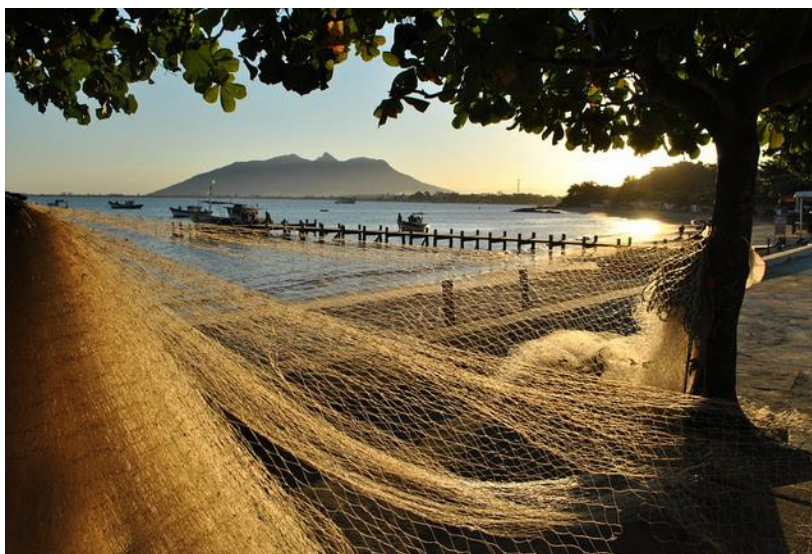


Figura 14 – fotografia da amendoeira, ponto de encontro dos antigos pescadores, tirada por Luiz Montenegro, em 24/05/2011.

A ideia de parentesco permanece entre os pescadores. Visitas aos doentes são “obrigatórias” entre as famílias e quase sempre são realizadas pelos pescadores da primeira geração. Nas palavras do pai pescador A (2013): “Aqui somos todos parentes. Um ajuda o outro sempre que precisar. Se um tá doente o outro não nega socorro nunca” (informação verbal). O que é, em parte, corroborado pelo filho pescador (2013): “Pelo que sei e sempre ouvi dos meus pais, aqui na Boca da Barra todo mundo é parente”.

4.3.5 As mudanças na relação com o meio físico

Também houve mudanças na relação entre o grupo social dos pescadores da Boca da Barra e o meio físico. Para Antônio Cândido (1997, p. 23), “a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos do meio físico”. Contudo, em um cenário de mudanças, provocadas pela maior interatividade com

¹¹ Informação fornecida pelo pai pescador A, em 2013.

outros grupos através do aumento da atividade turística e populacional, e, tendo o grupo social uma nova medida de valor em torno das interações, não é de se estranhar que homem e natureza estabeleçam um novo modelo de correspondência. O mangue da Boca da Barra foi assim sendo cada vez mais aterrado em função de loteamentos. O mesmo aconteceu com o Rio das Ostras que, ao longo desses anos, teve seu curso natural bastante alterado. O mar foi ampliado como espaço de trabalho porque os pescadores precisavam percorrer distâncias cada vez maiores pelo desejo de aumentar o pescado e porque a beira não mostrava mais a fartura de antes. Foram várias as mudanças no espaço físico: desapareceram a pindoba e o barro e as casas deveriam acompanhar a tecnologia dos novos tempos.

As alterações na relação entre o grupo e a natureza reforçaram a crise porque também se deformou a correlação entre as necessidades sociais e a oferta oriunda de sua única provedora. O produto do trabalho dos pescadores passou a ser um produto voltado à inserção na sociedade de consumo. O equilíbrio entre as necessidades do grupo e os recursos foi alterado.

Assim como o mar, a terra também foi ampliada, tanto como espaço de trabalho como de interação. O mundo das relações sociais deixou de ser apenas a Boca da Barra. As novas relações fragmentaram o “mundo”, uma vez que a concepção de um microcosmo provedor de alimentos e delimitador das relações sociais foi alterada.

A Boca da Barra física e o grupo social compunham uma totalidade demarcada pelos limites das atividades de trabalho. Além disso, a Boca da Barra também servia de limite à mobilidade das pessoas. Se tomarmos como referência os pais pescadores, veremos que muito disso se estende até hoje. Eles evitam ao máximo se desprenderem do lugar. Entendemos isso como reflexo de um tempo em que os limites do mundo eram os limites da Boca da Barra. As mulheres ampliaram com menos lentidão esse entendimento de que o “micromundo Boca da Barra” foi conectado a outros mundos. As gerações seguintes não tiveram resistência a essa interconexão.

Eu adoro a Boca da Barra, mas Rio das Ostras cresceu. Se eu pudesse não saía daqui, mas preciso trabalhar. Eu vou trabalho e tudo, gosto dos meus amigos do trabalho, mas é aqui que sinto em casa. Sei lá, parece que minha gente está aqui. É como se fosse sangue mesmo. Segurança, sei lá (informação verbal).¹²

¹² Informação fornecida por filho pescador, em 2013.

Evidencia-se, portanto, que os integrantes do grupo entendem que, apesar da existência e proximidade com outras pessoas e lugares, o grupo social dos pescadores tem suas marcas identitárias e se reconhecem, assim como reconhecem e convivem com outros grupos. Muito desse reconhecimento se faz presente na discursividade referente ao tecido social do grupo. As categorias “aqui” e “fora daqui” revelam modos diferentes de se relacionar com as pessoas e os espaços físicos. A Boca da Barra é representada no discurso do grupo como *locus amoenus*, ao passo que fora de lá são espaços necessários à sobrevivência. A manutenção da identidade aparece no discurso dos pescadores como um objetivo explícito de todos os membros do grupo: “Eu não pesco ali de ir pro mar, mas me sinto como pescador porque tudo que eu tenho veio da pesca. Tenho orgulho de ser filho de pescador da Boca da Barra” (informação verbal).¹³

4.3.6 A comunicação interna

A comunicação dentro do grupo é facilitada pelo pequeno tamanho do lugar, pela relativa pequena quantidade de pessoas que nele residem e por laços de parentesco. Assim, não é difícil a circulação de informações que permitam a manutenção, ao longo do tempo, de um conjunto compartilhado de valores e percepções, entre as quais está a da natureza sob o viés do sincretismo: a natureza como intermediária de Deus na Terra: “A gente pede proteção todo dia. Mas se Deus quer, a natureza leva, né?” – disse-nos (em entrevista realizada em 2013) a mãe da primeira geração É, referindo-se aos pescadores no mar. Outra percepção é a da autoimagem que o grupo tem sobre os homens que vão para o mar: eles são sofridos, mas corretos e respeitadores – e isso se aplica a todo grupo: “Pescador pode não ter instrução porque vive do trabalho bruto, mas tem que ser correto. Pela honestidade se conhece um pescador.” (informação verbal)¹⁴ – “Um tem que ajudar o outro. Se não for assim quem aguenta? Num trabalho duro desse um tem que respeitar ajudando o outro” (informação verbal)¹⁵ – “Se tem uma coisa que meus pais, meus tios sempre me falaram foi ter que ter respeito pelos outros, os mais velhos, todos, né? Porque você pode ser pescador, pobre e sem estudo, mas respeito tem que ter.” (informação verbal).¹⁶

É evidente que entre o grupo há uma teia constitutiva de um campo de comunicação e interação. O trânsito de circulação no lugar e as saudações estão entre os códigos dessa teia.

¹³ Informação fornecida por filho da segunda geração A, em 2013.

¹⁴ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

¹⁵ Informação fornecida por pescador da primeira geração, em 2013.

¹⁶ Informação fornecida por filha da segunda geração A, em 2013.

Significativamente esse campo de comunicação permite o compartilhamento de valores culturais e ajudam a consolidar as formas institucionais. Por sua vez, pressupomos que essas formas foram delimitadas em parte pelo ambiente físico, mas sua manutenção advém da ação dessa teia comunicativa sobre o legado cultural.

4.3.7 A indissociabilidade entre natureza e cultura

A compreensão de “novos mundos” próximos e distantes não significa uma ruptura de nosso pressuposto teórico de que natureza e cultura são indissociáveis. Sequer a inserção do capital e de novos bens de consumo em um grupo tradicional, cuja atividade basilar vem da lida com a natureza, diminui essa imbricação.

Importante retomarmos agora que em nossa concepção “meio ambiente” é a integração de um espaço físico, natural e humanizado. Não menos importante é lembramos que, para nós, “lugar” é um composto formado por meio ambiente e cultura. Por sua vez, cultura refere-se aos significados construídos pelos atores de um grupo social nesse lugar.

A crise instaurada entre os pescadores, embora tenha modificado a relação com o meio ambiente físico, não representou a fragmentação entre natureza e cultura. Ainda que os significados tenham-se alterado ou ajustado, o meio físico continua sendo para eles um composto entre o natural e o social. Mesmo que o aumento do ritmo de trabalho tenha tornado a relação entre o grupo e o meio mais monótona e menos prazerosa, natureza e cultura para eles continuou sendo uma única realidade: “Pescar ficou cada vez mais cansativo porque o peixe cada vez rareava mais. Tá certo que hoje não é mais no braço. Mas isso é recente. Mas o peixe tá cada vez mais longe” (informação verbal)¹⁷ – “Olha, eu vou te contar, hein. A gente pegava peixe brincando aqui nessa baía aqui. Depois o negócio foi ficando cada vez mais difícil. Doído. ” (Pai pescador M) – “Com todo o difícil eu prefiro a liberdade da natureza do que outra coisa” (informação verbal).¹⁸ É fato que as alterações no ritmo do trabalho propiciaram a constituição de uma rotina muito mais exigente, mas através da pesca, a natureza continuou sendo um vínculo entre ambos. Intermediada por novas tensões, essa rotina não tirou dos pescadores a visão da natureza como algo provedor do sustento entrelaçado à sua história e realidade. A agressão à natureza é vista sob dois aspectos: a) degradação do ambiente de trabalho, vista com total sensação de impotência; b) afronta a um elemento entendido como parte integrante da sua cultura. Dessa forma, a admiração do grupo

¹⁷ Informação fornecida pelo pai pescador M, em 2013.

¹⁸ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

social pela natureza não faz uma distinção clara entre o físico e o humano. Esses elementos se confluem no discurso. Praticamente todas as descrições de um elemento natural trazem consigo uma ação humana: “Lugar igual essa beira de praia aqui não existe. Adoro ficar aqui com as pessoas que gosto.” (informação verbal)¹⁹ – “A gente ia da praia pro mangue e brincava muito.” (informação verbal)²⁰ – “A canoa era o trampolim pro mergulho da gente no rio.” (informação verbal).²¹

As manchas de óleo constantemente avistadas no mar são exemplos desse conjunto, pois a um só tempo, denotam a agressão a um espaço de trabalho e sujam um “quadro” pelo qual eles têm grande admiração estética. Além disso, as agressões à natureza, ainda que não cometidas pelos pescadores da Boca da Barra, representam para eles uma quebra de uma solidariedade que foi estabelecida porque a natureza sempre foi vista pelo grupo como provedora. Ao tirarem da natureza o seu sustento, os pescadores veem o cuidado com o ambiente natural como um sinal diacrítico para buscar, exibir e mostrar sua identidade. A propósito, com as alterações no contexto do grupo social, a pesca e, por extensão, a natureza, fortaleceram-se como meio de vida social. “Olhar essa natureza aqui é como lembrar dos tempos em que a gente ficava mais tranquilo. Se via mais, conversava mais...” (informação verbal)²² – “A praia parece que lembra os que já foram e mesmo os que não foram quando ficavam bem ali conversando até noitinha” (informação verbal).²³

Portanto, a fonte de recurso que vem da natureza é também uma forma de sociabilidade. Antes, bem menos atrelada à captação de dinheiro em face de uma estrutura social mais orgânica. Contudo, ainda hoje e também para as gerações seguintes aos pais pescadores, a parte física da Boca da Barra com sua foz do Rio das Ostras, com seu mangue e sua praia é indissociável dos significados construídos pelo grupo, ou seja, da cultura.

Toda vez que eu vejo, escuto que já foi melhor, já foi mais limpo esse lugar aqui, sei lá, parece que estão agredindo todo mundo que mora, vive e ama isso aqui. É como se fosse um pedaço machucado (informação verbal).²⁴

Com efeito, compreendemos nesse grupo social o que Descola (2000) definiu como sociedade coexistiva, para a qual a separação entre natureza e cultura, também condenada por Latour (1994), inexistente. À margem dos “esclarecimentos”, os pescadores não percebem a

¹⁹ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

²⁰ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

²¹ Informação fornecida por filho da segunda geração R, em 2013.

²² Informação fornecida pela mãe da primeira geração M, em 2013.

²³ Informação fornecida pelo pescador da primeira geração M, em 2013.

²⁴ Informação fornecida por filho da geração M, em 2013.

natureza como exteriores a eles, pois na praticidade de suas vidas isso não faria sentido. As pessoas estão na praia, no mar, no rio e no mangue, tal como esses espaços naturais estão nas relações sociais como construtores essenciais de suas vivências.

4.3.8 A festa do padroeiro

A natureza está presente na vida dos pescadores numa largueza que vai do espaço físico ao rito. Acompanhar a procissão marítima de São Pedro, em 29 de junho, é pedir peixe e proteção, mas é também manter a tradição de um evento intimamente ligado à história cultural do grupo. A maior prova disso é que pescadores evangélicos participam das atividades sem o menor distanciamento.

A Festa do Padroeiro funciona como um acontecimento simbólico que serve para expressar sentimentos e características do convívio social. Ao longo da observação participante, que fizemos nos anos de 2012 e 2013, verificamos que o sentimento de pertença se manifesta de várias formas: pelo respeito ao direito dos pescadores mais velhos de carregarem o andor; pelo silêncio no lugar desde o raiar do dia até o fim da parte religiosa, quando se multiplicam os sons e as cantorias que prenunciam o outro lado da festa; pela receptividade dos pescadores para com os visitantes.

Ao longo do ano, a capela da Boca da Barra não fica sob a responsabilidade dos pescadores. Entretanto, no dia do padroeiro, as mulheres dos pescadores desde cedo se envolvem com o evento. Elas cuidam da limpeza e ornamentação da capela, da imagem do santo e do barco-andor em que os pedidos escritos são levados ao mar, após serem depositados em uma cesta. O azul e branco do barco-andor aludem à Iemanjá e encorpam a ideia de sincretismo religioso. Mas não são levadas oferendas, apenas os papéis com os pedidos.



Figura 15 – fotografia da imagem do santo, ornamentada para a procissão.

Enquanto as mulheres cuidam da capela, os homens vão enfeitando os barcos com bandeirolas e verificando os detalhes para a parte marítima do evento. O dia é silencioso na Boca da Barra, embora o fluxo de moradores aumente em função das tarefas de cada um.

A cerimônia na capela reúne crianças e mulheres da Boca da Barra e demais católicos da cidade. A maioria dos pescadores presentes é da primeira geração e assiste à celebração da missa entre a porta da capela e as calçadas em frente. O silêncio é ainda maior durante a celebração. Os homens vão se juntando na calçada. Ao final da cerimônia os pescadores mais velhos do grupo adentram a capela para retirar o andor e dar início à parte terrestre da procissão que levará o santo até o barco mais enfeitado de todos. Nessa tarefa os pescadores são ladeados por dois pescadores mais novos que revezam a tarefa com os mais velhos. O andor é pesado, mas o trajeto tem aproximadamente 200 metros. Ao chegar ao final do píer Chico Campos, o pescador mais velho e um dos pescadores mais novos entram no Barco recebem o andor e o colocam na parte superior.



Figura 16 – fotografia dos pescadores levando o andor para a procissão marítima

Após a entrada do santo no barco principal os demais pescadores adentram seus barcos nos quais vão as pessoas que acompanham a procissão. Mulheres (primeiro as mais velhas) e crianças têm prioridade. Por último os homens (primeiro os mais velhos). Tudo ocorre organizada e silenciosamente. O barco principal só parte após o ingresso da última pessoa no último barco. Foram 17, em 2012, e 16, em 2013. Chamou-nos a atenção a sincronia dos barcos durante o trajeto. Ficamos impressionados com a manutenção da velocidade que permite uma equidistância dos barcos do início ao fim do trajeto marítimo.



Figura 17 – Fotografia da procissão marítima com barcos sincronizados.

Em 2012, um de nossos pais pescadores teve a honraria de ser o primeiro a levar o andor. Naquele mesmo ano acompanhamos a parte marítima no barco do seu Alfredo, irmão do seu Odilon e, portanto, também um de nossos pais pescadores.

O percurso marítimo dura, em média, 45 minutos e é impressionante reparar, do mar, que a cidade (mais especificamente o centro urbano) é praticamente indiferente ao acontecimento. A saída dos barcos segue a mesma logística de embarque. Depois, o andor é conduzido pelos mesmos pescadores do píer à capela para a adoração. Em fila, as pessoas se aproximam da imagem e prestam uma breve reverência. Em seguida a maior parte sai da capela, enquanto alguns ali permanecem em oração até cerca de 45 minutos após o retorno do santo.



Figura 18 - Fotografia do desembarque do andor no píer da Boca da Barra



Figura 19 - Fotografia de moradores e fiéis acompanhando a volta do Santo à Capela

Com o esvaziamento da capela, que representa o fim da Missa Solene, foi notória a quebra do silêncio, substituído por risos e gargalhadas que vinham das pessoas que se aglomeraram nos bares da Boca da Barra. Concomitantemente batucadas foram iniciadas. A partir de então, sob o comando da prefeitura, a festa toma outra dimensão com o funcionamento de diversas barracas montadas por pessoas de fora. Há um palco montado pelo poder público municipal que também custeia shows no evento.

O que nos traz a interpretação de que a procissão de São Pedro é antes um símbolo da tradição do grupo é o fato de nossos pais pescadores saberem pouco sobre a rotina da Capela do lugar e mesmo sobre o destino da imagem do santo durante o restante do ano. Sabem, entretanto, de narrativas da festa guardadas na memória: “Desde as canoinhas já tinha [a

procissão]. Depois, no motor. Mas já tinha antes” (informação verbal).²⁵ Contam com ar de responsabilidade dos anos em que, por causa do vento forte, impediram que as pessoas que não eram pescadores fizessem a parte marítima: “Era risco. As pessoas ficam tristes, mas a gente sabe do perigo. Nem sempre é tapete [palavra usada para indicar mar calmo]” (informação verbal)²⁶ – “Nós também ficamos tristes porque a gente gosta de ver a alegria, a devoção. Afinal de contas é bom saber que as pessoas vêm ver, apreciar nossa tradição, né?” (informação verbal)²⁷ – “O sentido, o sentido, eu não sei, não. Só sei que desde que eu me entendo por gente que já existia a procissão no mar” (informação verbal)²⁸ – “Eu lembro da farra que era a gente ajudando a enfeitar o barco. Pra gente que é menina era mais diferente, porque a gente ia pouco no barco” (informação verbal).²⁹

Sempre vai [se referindo à presença das esposas dos pescadores]. Pescador que é pescador, ou mulher ou parente tem que ir. [...] Porque não adiantava nada pedir proteção para eles quando eles tavam no mar se no dia de pedir mesmo a gente não ia. E não é só pra pedir pra um ou outro não, é pedir pra todo mundo porque o perigo que dá pra um dá pra todo mundo. A natureza, o mar dá, mas se não respeita tira de volta (informação verbal).³⁰

Os pescadores da primeira geração também lembram quando a festa não era subsidiada pela prefeitura e ficava mais a critério do grupo.

A gente fazia as barraquinhas com folha de pindoba e botava coisa pra vender. Coisas que pertencem ao pescador assim [...] até coisa de rede mesmo, coisas que pertencem aos pescadores, puçá, tarrafa... então era muito animada a festa de São Pedro. Hoje é mais a prefeitura que faz a festa, né? Que já ficou até tradição da cidade, já ficou no calendário da cidade. Então, hoje ficou assim. Mas de primeiro tinha festa também. De primeiro era assim, tradição, né, dos pescadores. A gente ia no mato cortar mangu, cortar as folhas de pindoba pra fazer as barraquinhas (informação verbal).³¹

É nítido o distanciamento do que representa a festa para os pescadores e do que representa para o poder municipal. Para os primeiros, um ícone identitário; para o segundo, um instrumento panfletário. Transcrevemos abaixo a matéria publicada na página oficial da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, em 05 de julho de 2013, em referência à festa dos pescadores, sob o título “População prestigia tradicional Festa de São Pedro”:

²⁵ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

²⁶ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

²⁷ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

²⁸ Informação fornecida por filho pescador, em 2013.

²⁹ Informação fornecida por filha da segunda geração A, em 2013.

³⁰ Informação fornecida pela mãe da primeira geração É, em 2013.

³¹ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

No último final de semana, centenas de pessoas prestigiaram a tradicional Festa de São Pedro, em Rio das Ostras. Realizada pela Prefeitura, com apoio da Associação de Moradores da Boca da Barra e da Colônia de Pescadores Z-22, a festa do padroeiro dos pescadores agitou a cidade com uma programação animada que incluía brincadeiras, barraquinhas de comidas típicas e apresentação da quadrilha da Tia Joana, além de shows com Trio Forrozão, Baiaco do Forró, Banda Chama Chuva e Meninos de Goiás.

A população também compareceu à missa solene realizada na capela da Igreja Nossa Senhora de Lurdes, na tarde de sábado, dia 29, na Boca da Barra onde aconteceu ainda a tradicional procissão marítima que contou com a participação de mais de 20 embarcações.

Não havia mais de uma centena de pessoas se excluirmos os pescadores. Havia, como relatamos anteriormente, 16 embarcações e não “mais de 20”. Além disso, é pertinente questionar também o que a matéria chama de “população”, bem como observar a carga semântica dos termos “realizada” (pela prefeitura) e “apoiada” (pela AMA da Boca da Barra) e (pela Colônia de pescadores Z-22). Na estrutura da notícia, o *lead* refere-se à “programação animada”, provavelmente referindo-se às “centenas de pessoas” e à “população” da cidade que “também compareceu à missa solene” (sic). É interessante notarmos que o marcador identitário do grupo (a procissão) aparece como apêndice da “programação animada” com os shows custeados pela Prefeitura.

A despeito desse distanciamento entre história cultural e o uso midiático dessa história, são muitas as narrativas sobre a festa guardadas na memória do grupo, mas poucas adentram as especificidades ligadas ao cotidiano eclesial. Para os pescadores da Boca da Barra, Deus é onipotente e a natureza é personificada a serviço de Deus: “Se Deus quer, a natureza faz.” (informação verbal)³² – “O medo maior é de temporal lá dentro [do mar] mas se Deus quer a natureza faz” (informação verbal).³³ Esse distanciamento da rotina da Igreja e da capela (Nossa Senhora de Lourdes, conhecida como a Capela da Boca da Barra) é que nos faz concluir que a festa funciona, sobretudo, como um marcador de identidade e tem como principal função simbolizar o desejo silencioso de manutenção do grupo: “Nem nunca se falou em não fazer a procissão. Deus me livre. Parece que como a gente tivesse traindo, desobedecendo os pais da gente que já se foram” (informação verbal).³⁴

³² Informação fornecida pela mãe da primeira geração É, em 2013.

³³ Informação fornecida pelo pai pescador A, em 2013.

³⁴ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

4.4 Reprodução social do trabalho

4.4.1 Filho de pescador

Nossos pais pescadores são filhos, netos e bisnetos de pescadores. Entretanto, apenas um filho dessa geração é pescador de ofício. Ele atrela esse fato à falta de oportunidades e à necessidade que tinha de ajudar o pai. Afirma amar o que faz, mas mostra certo arrependimento pela pouca escolaridade. Outros dois primos tentaram, mas não seguiram a profissão de pescador. Um desses primos, hoje com 41 anos, tentou seguir o ofício do pai, mas desistiu em definitivo quanto tinha cerca de 20 anos. Trabalha atualmente como *DJ*, em Cabo Frio. A justificativa para não ter seguido a profissão de pescador é a mesma de outros integrantes da segunda geração: oferta de outros trabalhos menos braçais e mais rentáveis. “Eu até gosto e acho bonito [ser pescador], mas é um trabalho muito árduo pra pouca recompensa, pra se ganhar tão pouco.” (informação verbal)³⁵ – “Aprender, até aprendi. Foi até na mesma época que o meu primo [que é pescador]. Ele seguiu. Pra mim não deu não. Ganhava pouco, muito pouco, e era duro, muito duro.” (informação verbal)³⁶ – “Pelo meu pai eu até seguia, mas acho que ele não ficou triste, não. Bom, não sei. Mas acho que ele sabe que é difícil pra quem tá começando hoje ser pescador”. (informação verbal).³⁷

4.4.2 Sob a ótica dos pais pescadores

Em relação ao trabalho de pescador, não faltaram expressões que – embora orgulhosas – remetessem à ideia de uma atividade fisicamente desgastante e de pouca rentabilidade:

Minha vida é ser pescador, essa é minha vida. Mas qual jovem hoje vai querer ser pescador com tanta coisa aí fora? Meus filhos mesmo. Criei meus filhos com o dinheiro da pesca. Sou grato e tudo que tenho vem da pesca. Porque eu sei que é bonito ser pescador. Bom, dizem, né? Mas prefiro que meus filhos estudem e busquem outros caminhos (informação verbal).³⁸

Perguntado sobre o que faria se tivesse a oportunidade de mudar a sua história, um pai pescador respondeu: “É, eu acho que não, até por causa da idade também, né? Não permite mais pra pegar, né? [risos] Então, eu tenho orgulho, fico mais nessa mesmo” (informação

³⁵ Informação fornecida por filho da segunda geração R, em 2013.

³⁶ Informação fornecida por filho da segunda geração R, em 2013.

³⁷ Informação fornecida por filho da segunda geração A, em 2013.

³⁸ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

verbal).³⁹ Sobre a opção dos filhos, disse: “Agora, se fosse depender de um filho meu que quisesse e dissesse: ‘Não! Vou voltar a ser pescador como o meu pai’ – eu... eu não faria questão, não”. Sobre o filho que tentou, o pai pescador R disse: “Ele tentou, ainda pescou uns anos comigo. Depois desistiu, viu que não dava... a renda, né?, era pouco. Daí ele partiu pra outras coisas aí fora.” (informação verbal).⁴⁰

Não obstante, expressões de amor à pesca e orgulho da profissão também não faltaram: “Eu tenho muito orgulho do marido. E meu também né, [já] que já salguei muito peixe e costurei muita rede. Orgulho porque criamos os filhos e tudo que temos vem da pesca. Orgulho em cada coisinha que temos quando eu lembro de tanta dificuldade que vivemos.” (informação verbal).⁴¹

Um fator foi basilar para que os pais pescadores exercessem esse ofício por toda vida: o isolamento do passado que cobriu suas infâncias e adolescências na Boca da Barra e fez com que o lugar oferecesse pouca opção.

4.4.3 A segunda geração e as mudanças

Para os pescadores, as significativas mudanças têm como marco a emancipação do município, em 1992. De fato, vem daí o efetivo aumento da oferta de escolarização e novas possibilidades de trabalho. A faixa etária atual dos filhos dos pais pescadores (segunda geração) é, em média, de 35 anos. Nasceram entre as décadas de 70 e 80. Data daí o início das significativas mudanças que aportaram no atual cenário. O crescimento dessa geração se deu em meio ao desenvolvimento urbano e ao aumento das relações intergrupais e comerciais. Para esse grupo social, as mudanças eram vistas como grandes possibilidades de uma nova vida, alicerçada definitivamente no padrão ditado pelos bens de consumo recém-chegados.

Fora isso, a geração dos filhos dos pais pescadores cresceu sob a égide da compra de produtos bem mais acentuada do que em relação ao modelo da economia de subsistência. Além disso, a pesca artesanal continuava, como continua, sendo uma atividade pouco rentável na balança entre o valor do pescado, o custo dos bens de consumo e os salários fora do mar. Acrescenta-se a esse conjunto a falta de estrutura que possibilite aos pescadores da Boca da Barra uma condição menos desgastante. Não há até hoje uma bomba para fornecimento de

³⁹ Informação fornecida por pai pescador, em 2013.

⁴⁰ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

⁴¹ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

óleo diesel marítimo (ODM), para o abastecimento dos barcos, e a não construção do tão sonhado entreposto denota essa precariedade.

4.4.4 Os antigos pescadores e a aposentadoria

Ainda hoje, a situação dos antigos pescadores junto à seguridade social é de desconhecimento e distância frente à burocracia do processo de aposentadoria. A grande maioria dos velhos pescadores não recebe esse benefício. Embora tenham labutado muitos anos no mar, esbarram na longa exigência documental. Participamos, em 14 de abril de 2014, na Colônia Z 22 (Rio das Ostras), do I Encontro do INSS com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônias de Pescadores do Norte e Noroeste Fluminense. Ficou claro o desconhecimento por parte dos pescadores do trâmite documental acerca do processo de aposentadoria. Além disso, os representantes do Instituto confirmaram a deficiência no atendimento em face do número mínimo de funcionários para dar conta da grande demanda de processos. Esse conflito entre a preocupação do órgão com as exigências documentais, que evidencia a burocracia, e o afastamento de um grupo social caracterizado por uma organização mais natural é responsável pela ausência dessa fonte de dinheiro pela maior parte dos pescadores. São falas dos servidores do INSS na reunião: “Sem documento ninguém vai a lugar nenhum”; “Tudo na vida tem burocracia”; “Muitos pescadores não conhecem seus direitos”; “Muita gente só lembra da dificuldade na hora da doença ou da gravidez”; “O pescador tem que ter bloco de notas”; “Já que não tem entreposto, tem que buscar outras formas de se adequar às regras”; “tem que ter um conjunto de provas que não deixe dúvida à Seguridade Social de que exerce a atividade de pescador”. Sobre esse conjunto de provas, um dos representantes do INSS, citando o inciso e o parágrafo da lei que garante seguridade especial aos pescadores artesanais, lembrou que:

O pescador passa por uma entrevista obrigatória. Se não fizer, responde inquérito administrativo. Caso haja dúvidas na entrevista pode se checar com parceiros etc. A ideia é apurar e localizar quem está cometendo falsidade ideológica.

Na contramão desse arsenal burocrático, os pescadores ouviam passivamente os representantes do INSS discorrerem sobre temas como o “contrato de parceria”, que deve ser feito entre pai e filho que pescam juntos – “É a regra que pede!” – e sobre o “mau hábito” de assinar sem ler: “A gente tem que mudar esse mau hábito de que a gente tem”. Em algumas

situações os pescadores faziam rápidas observações que em geral reforçavam suas dificuldades ante as exigências legais: “Só tive certidão de nascimento com 10 anos de idade” (informação verbal)⁴²; “Eu já pesquei muito, mas meu marido não me inscreveu” (informação verbal).⁴³ Em dado momento, o Presidente da Colônia lembrou que, quando foi fazer sua inscrição, a profissão de pescador artesanal não constava na relação do órgão e que fora cadastrado na categoria “desocupado”.

Acerca da inscrição, um dos palestrantes expôs a relação de documentos necessários e sugeriu que os mesmos sejam apresentados em dois envelopes – originais e cópias. Imediatamente à leitura dos *slides* contendo a relação, frisou que “Enfrentamos desafios desde a hora em que acordamos. O sonho de muita gente é se aposentar, mas a gente vai fazer o quê?”. Em tom mais sentimental, o encontro terminou com um *slide* com a seguinte frase: “Não crescemos quando as coisas ficam fáceis, mas quando enfrentamos nossos desafios”, seguida do aplauso dos pescadores.

O que nos ficou evidente foi que o órgão desconhece as entranhas sociais do grupo. Desconhece suas especificidades a ponto de pautar todo o encontro na valorização do legalismo, sem nenhuma proposta de ajuda frente aos entraves burocráticos. Esse relato mostra, em suma, a situação de limbo em que o grupo se encontra em sua relação com o aparato legal. Havia 16 pescadores no encontro e nenhum deles tem menos de 40 anos. Excetuando-se o presidente da colônia de pescadores, nenhum dos pescadores presentes era, até o momento, contribuinte da Seguridade Social.

4.4.5 Os antigos pescadores e o espelho do tempo

Mesmo diante desse cenário desfavorável, em nenhum momento de nossos encontros os pais pescadores mencionaram arrependimento, embora atribuíssem ao contexto da época o fato de terem assumido esse ofício. Eles têm orgulho e gratidão para com a atividade da pesca e a colocam na base de tudo que foi ofertado aos seus filhos. Contudo, sem hesitar, expressam o desejo de que seus filhos sigam outras atividades menos desgastantes. Em geral, eles projetam nos filhos o ideal de um resgate pela escola que não frequentaram. Não estabelecem desejos específicos por uma ou outra carreira. Essa divisão funciona para os pais pescadores através do binômio esforço físico x atividades pouco braçais.

⁴² Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

⁴³ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

Antigamente, não tinha emprego. O emprego que tinha era o mar. E pra isso eu nem estudei porque não tinha nem condição de comprar um caderno. Porque era tudo pago. Hoje não, hoje tem bolsa estudo e não estuda quem não quer. A verdade é isso, né? Mas na minha época não era assim (informação verbal).⁴⁴

Sobre minha afirmativa de que a profissão de pescador era bonita na poesia em referência aos filhos de pescadores seguirem essa profissão: “É bonita na poesia, mas no dia a dia, pra ficar lá, é muito pesado.” (informação verbal).⁴⁵ Perguntado sobre o porquê dos pescadores de sua geração permanecerem no ofício, o pai pescador A ainda respondeu: “Alguns é por vício. Muitos é assim porque por falta de um bom estudo. Então aí vive mais na pesca porque não depende do estudo”. Sobre o abandono da profissão pelos filhos, disse: “Não tenho filho pescador, mas também não quero não. Não quero essa vida pros meus filhos não”. Perguntei-lhe por que e ele me respondeu: “Hoje tem coisa menos dura pra fazer. Eu não pude estudar como eles”.

Está claro que, progressivamente, os integrantes do grupo social que vivem exclusivamente da pesca vão rarear até desaparecer e isso fica evidente no desejo de que as novas gerações busquem outras atividades que equilibrem melhor a relação entre esforço e remuneração. Isso é evidenciado na fala do único integrante da segunda geração do grupo que se tornou pescador:

Eu, por exemplo, meu sonho era pescar desde novinho. Na época eu achava que pescaria era tudo pra mim e aí foi onde que eu entrei. Até onde que eu saiba, meu bisavô, meu avô, meu pai e os tios, né?, era tudo pescador. Aí eu ainda tinha esse sonho de pescar. Hoje eu não quero isso pros meus filhos mais, entendeu? Eu vejo que hoje não vale a pena. Se há uma profissão que não vale a pena é entrar no ramo de pesca, cada ano que passa tá pior e não tem apoio de nada (informação verbal).⁴⁶

Como dissemos, de todos os filhos da nossa primeira geração de pescadores somente um segue na profissão, como ele mesmo reconhece:

Da minha geração pra cá não tem nenhum pescador. Primos, sobrinhos, que até tem sobrinhos adolescentes... Sei que parou na minha geração. De lá pra cá não teve nenhum deles que quisesse aprender a pescar. Com os meus filhos cheguei a falar: “Vocês vão ser pescadores? Vão pro mar comigo?”

⁴⁴ Informação fornecida pelo pai pescador A, em 2013.

⁴⁵ Informação fornecida pelo pai pescador A, em 2013.

⁴⁶ Informação fornecida por filho pescador, em 2013.

Não quiseram não! O mais velho é como eu te falei. O mais velho eu até pensei que fosse ser pescador, mas... (informação verbal).⁴⁷

O quadro abaixo representa a variação profissional entre a primeira e a terceira geração da família de pescadores que constituiu nossa amostragem:

Quadro 2 - Ocupação profissional da família-amostra

	Média de idade	Pescadores	Não pescadores	Outras profissões
primeira geração (pais pescadores)	63 anos	04	-	-
segunda geração (filhos pescadores)	40 anos	01	11	Do lar, balconista, salva-vidas em empresa de salvatagem, professor(a), <i>DJ</i> , profissional de eletromecânica
3ª geração (netos de pescadores)	15 anos	-	06	Estudantes

4.4.6 O olhar do único filho da segunda geração que seguiu o ofício de pescador

O filho pescador salienta que não se imagina exercendo outra atividade. Numa de nossas conversas, realizadas na peixaria do pai, onde tem permanecido por mais tempo por questões de saúde do pai pescador, ele contrapõe suas sensações: “Mas mesmo assim eu não quero, não [ficar em terra]. Prefiro ficar na pesca do que aqui [na peixaria]. Prefiro ficar na pesca. Eu acho que lá eu me sinto melhor, fico mais feliz do que aqui.” (informação verbal).⁴⁸

A escola é a instituição mais veiculada a não reprodução social do trabalho de pescador. É nela que os pais da primeira e da segunda geração avistam melhores oportunidades. Frequentemente citam a “facilidade” de estudar, sem fazer uma clara distinção entre o ingresso, a permanência e a conclusão de uma etapa escolar. Além disso, os discursos se alternam entre o estudo como provedor de meios relativos a uma rápida empregabilidade ou a um diploma de nível superior. Não é por acaso que a escolarização permeie o imaginário e circunde a vida prática do grupo social. Há cinquenta anos, estudar era praticamente impossível para os pescadores e há trinta exigia um esforço quase sobre-humano. Além disso,

⁴⁷ Informação fornecida por filho pescador, em 2013.

⁴⁸ Informação fornecida por filho pescador, em 2013.

a necessidade da leitura e da escrita, motivada pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas, fundamenta o desejo das gerações mais antigas.

4.4.7 O crescimento da instituição “escola” na vida do grupo

O quadro abaixo mostra a evolução da escolaridade – por segmento concluído – das três gerações dessa família:

Quadro 3 - Nível de escolaridade da família-amostra

Geração	Não frequentaram escola	Até o Ensino Fundamental I (até o 5º ano)	Até o Ensino Fundamental II (até o 9º ano)	Até o Ensino Médio	Ensino superior
primeira	05	01	01	01	-
segunda	-	01	01	08	01

Numa organização esquemática, podemos dizer o seguinte: a primeira geração de nossos atores seguiu a tradição da família. Na infância, tiveram um aprendizado natural, dentro de um contexto em que pescar era um marcador do comportamento masculino no grupo; mais tarde, como pouca ou nenhuma oportunidade em outro ofício fora-lhes oferecida, em uma aldeia de pescadores significativamente isolada, não tiveram acesso aos estudos institucionalizados. As mulheres, filhas de antigos pescadores da Boca da Barra, vivenciaram todas as mudanças em torno do trabalho dos maridos, desde os tempos lembrados com nostalgia aos difíceis tempos de sobreviver com o dinheiro da pesca. Homens e mulheres dessa geração têm gratidão pela pesca e veem nessa atividade a base do que construíram, inclusive na criação dos filhos. Contudo, compreendem que os filhos busquem outras formas de sobrevivência.

A segunda geração respeita a pesca e cresceu em um contexto deslizando entre certo isolamento e a explosão demográfica. Encontrando-se no centro da crise, essa geração vive a difícil função de tentar conciliar tradição e a responsabilidade de garantir uma melhor situação socioeconômica às gerações futuras, buscando ajustar-se em diversos aspectos, como vizinhança, ecologia, escolaridade, entre outros. Além disso, essa geração não herdou a profissão dos pais, munida de forças produtivas que lhes assegurasse um espaço economicamente viável dentro da profissão.

Cansei de ver meu pai, meus tios se matarem pra ganhar o que não vale o sacrifício. É muito, muito esforço. Quem ganha mesmo são esses

barcos profissionais enormes. Esses sim, ganham dinheiro. Em compensação não deixa quase peixe pra pescador de barco pequeno. (informação verbal).⁴⁹

Acho que nem dava, né? Casar com pescador hoje, como é que vai viver? Não tem como. Assim, pra começar uma vida casada com um pescador, ele sendo só pescador, não dá não (informação verbal).⁵⁰

Para a segunda geração, essa atividade, antes envolta em subjetividade, que ligava natureza e cultura e representava um elemento de coesão, passou a ser entendida fortemente como uma atividade de trabalho cansativa e de baixo rendimento, pois entre a remuneração da pesca e o custo da sobrevivência no novo contexto econômico em que o grupo está inserido há enorme desequilíbrio. Não obstante, mesmo com a implementação de novos aparelhos tecnológicos, a produção pesqueira não se tornou rentável. No mesmo passo, barcos apropriados para a pesca artesanal passaram a se aventurar em distâncias cada vez maiores porque os pesqueiros passaram a estar cada vez mais longe em função da sobrecarga do esforço da captura. Assim, o tempo e o perigo aumentaram consideravelmente. Toda essa mudança foi vivida pela segunda geração, que passou da infância da escola distante e do isolamento para a escola próxima. Essa mesma geração cresceu deixando o isolamento para trás, indo em direção à oferta de novas oportunidades, sobretudo fora da Boca da Barra. Daí resulta que dos 11 filhos, apenas um é pescador.

4.4.8 A terceira geração e o futuro do ofício de pescador

A terceira geração será “responsável” pelo desaparecimento da pesca como fonte de renda desse grupo social. Nesse sentido, o ofício, que servia como atividade coletiva e integradora do grupo, será breve e integralmente substituído pelo modelo da sociedade de classes. Percebemos que o grupo, embora apreensivo, tem pouca noção das consequências dessa mudança, uma vez que sua dinâmica gira em torno da satisfação das necessidades imediatas. Embora tenham consciência do virtual desaparecimento do ofício de pescar, o grupo não tem ideia das novas relações que serão estabelecidas a partir de uma reprodução social do trabalho com essas características.

Nesse aspecto, também entendemos a existência de uma crise, uma vez que – diante das novas possibilidades de trabalho e, conseqüentemente, das novas relações sociais que têm sido estabelecidas – o grupo não antecipa a interpretação de seus complexos sociais futuros.

⁴⁹ Informação fornecida por filho da segunda geração M, em 2013.

⁵⁰ Informação fornecida por filha da segunda geração M, em 2013.

Os poderes públicos são reconhecidos pelo descaso com a pesca, mas como potencial provedor das novas possibilidades de trabalho. O direito, como algo positivo à garantia assistencialista do cidadão generalizado, mas ao mesmo tempo como elemento distante dos pescadores, uma vez que o trâmite burocrático impede a aquisição de garantias trabalhistas. A própria colônia é vista sob duas facetas: a que a reconhece como espaço de representação e a que a sente distante pela presença de elementos que exigem formas mais complexas de letramento e compreensão. A ideologia e suas formas específicas parecem repousar na memória à espera de algo que emergirá do novo ritmo que tomou conta de suas vidas.

Numa descrição sintética da atual situação dos pescadores da Boca da Barra, entendemos que a falta de jovens interessados em ingressar no ofício encaminha a pesca artesanal à condição de uma profissão de idosos dentro do grupo social. Nem mesmo a atividade de preparar redes, hoje facilitada pela substituição dos fios de barbante pelo fio de nylon, encontra novos aprendizes. O uso de redes sociais e celulares é infinitamente mais frequente na vida dos mais jovens dentro do grupo social do que as aproximações com a profissão de pescador.

Entre as causas do afastamento da terceira geração com a atividade de pesca está o grande esforço físico dedicado ao ofício, ampliado pelas distâncias cada vez maiores, contrapostas ao quantitativo cada vez menor de pescado. O discurso dúbio dos antigos pescadores denota, a um só tempo, o romantismo típico de uma atividade estreitamente ligada ao ambiente natural em um universo rapidamente urbanizado e o desejo de que seus filhos e netos avancem níveis de escolarização maiores do que os seus. Para os mais jovens, a pesca sequer aparece como alternativa de trabalho: “Meus filhos nunca falaram em ser pescador. Nem aquela coisa, assim, de brincar como se brinca de ser alguma coisa, nunca fizeram.” (informação verbal)⁵¹ – “Em casa sempre se fala e eles gostam até muito quando meu pai fala sobre pescaria. Mas dizer assim: ‘Vovô, me leva!’ – ou dizer em casa que quer ser pescador, nunca fizeram” (informação verbal).⁵²

O que vimos na Boca da Barra foi um grupo social que, em todas as gerações, entende a força de sua tradição e que reconhece sua especificidade para marcar sua identidade. Mas não é a profissão de pescador que revigora essa tradição. É o lugar que, com sua memória, seu espaço físico e suas relações sociais, vai ampliar a permanência do grupo social.

⁵¹ Informação fornecida por filha da segunda geração A, em 2013.

⁵² Informação fornecida por filha da segunda geração É, em 2013.

4.5 Afetos por Rio das Ostras

4.5.1 O olhar do grupo sobre a Rio das Ostras de Hoje

Os pescadores da Boca da Barra não veem a Rio das Ostras atual por sua dimensão física ou cultural. O conceito de Rio das Ostras como lugar atrela-se ao que eles têm guardado na memória, no caso dos mais velhos, e no imaginário do que lhes foi contado, no caso dos mais novos. Há um processo metonímico que tomou a parte pelo todo. Por um processo de transmissão, a Rio das Ostras significativa, ou seja, com os traços que diferenciam espaço de lugar, é a Boca da Barra do passado. A cidade de hoje, para além da Boca da Barra, é um espaço e não um lugar porque ainda não adquiriu significado. Mesmo a segunda geração, que tem grande frequência na parte da cidade externa à Boca da Barra, não construiu uma dimensão abstrata composta por símbolos. Também para essa geração, Rio das Ostras fora da Boca da Barra é vista apenas pela objetividade de sua dimensão material. “Pra mim, lá fora é só trabalho. Viver, viver, eu vivo aqui.” (informação verbal)⁵³ – “Com todo silêncio e sossego, eu prefiro aqui.” (informação verbal)⁵⁴ – “Tanto que eu trabalho lá, fico a maior parte do meu tempo lá, mas meus amigos são todos daqui” (informação verbal)⁵⁵ – “A Rio das Ostras boa, a que prestava, era só isso aqui praticamente. Não tinha Rio das Ostras daqui pra fora. Hoje o que tem pra lá a gente não reconhece. Não é nada da antiga Rio das Ostras. O rio, o mangue, era tudo limpinho e calmo” (informação verbal).⁵⁶ Para os mais velhos, a Boca da Barra do passado é a Rio das Ostras do passado. A divisão física não era feita pela ideia de bairro. Era a Boca da Barra, a mata (do Morro São João), o morro do Limão, as fazendas (que formam hoje os bairros do entorno), algumas casas específicas (dos ricos, Rego Barros e Bento Costa, próximas de onde hoje fica o Iate Clube, e a dos antigos pescadores, no Beco dos Pescadores, no final da Praia do Cemitério). Além disso, havia a roça – que se estendia da Fazenda Atlântica, hoje o Bairro do Jardim Atlântica até o que hoje é o distrito de Cantagalo. Das fazendas e da roça vinham os produtos que aqueciam a economia de subsistência. Entre a Boca da Barra de hoje e o Beco dos Pescadores havia mato fechado, embora o contato com o outro grupo ocorresse com relativa frequência – na maioria das vezes o percurso era feito pelo mar. Para os mais velhos, a Boca da Barra é uma pequena parte da qual Rio das Ostras se despreendeu.

⁵³ Informação fornecida por filho da segunda geração A, em 2013.

⁵⁴ Informação fornecida por filha da segunda geração R, em 2013.

⁵⁵ Informação fornecida por filho da segunda geração A, em 2013.

⁵⁶ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

Essa ruptura entre as “duas Rio das Ostras”, representada no passado por uma cosmografia que tinha a Boca da Barra no seu centro, está explícita na fala da primeira geração. Para os mais novos há a seguinte divisão: a Boca da Barra antiga é um lugar com história, onde o grupo vive e preserva essa história e sua identidade; a Rio das Ostras atual é um espaço de buscar trabalho, adquirir produtos, em algumas vezes buscar auxílio médico ou até mesmo morar, por alguma oportunidade específica ou pela impossibilidade de morar na Boca da Barra.

O que sei pelo que ouvi dos meus pais e meus tios e me lembro da minha infância é que isso aqui [a Boca da Barra] era e é, né? – basta você ver essa natureza aqui até hoje – um paraíso. Hoje é bem diferente. Eu não sei como era pra fora, antigamente, porque a gente saía pouco daqui. Mas, por mim, eu nem sairia daqui [da Boca da Barra]. Só saio mesmo porque preciso trabalhar, né? Mas prefiro mil vezes aqui do que lá fora. Lá me sinto meio fora das coisas (informação verbal).⁵⁷



Figura 20 – Vista aérea de parte de Rio das Ostras, constando a Boca da Barra (Google, 2010)

4.5.2 Ausência de topofobia e presença do sentimento de pertença advindo do passado

Não há topofobia em relação a Rio das Ostras, mas para o grupo em questão, fora da Boca da Barra a cidade não é um lugar e sim um espaço. O crescimento do comércio é visto

⁵⁷ Informação fornecida por filho da segunda geração É, em 2013.

sempre de maneira positiva, mas é uma aprovação ligada à oferta de novos produtos e facilidades.

Contraditoriamente, não há uma aceitação do não pertencimento da Boca da Barra à totalidade da cidade. Para o grupo, a Boca da Barra faz parte de Rio das Ostras, mas no pensamento dos pescadores, os laços de integração não se explicam por relações sociais afetivas do presente. A ligação vem de um passado e de uma história, pois na prática, a Rio das Ostras que é “outra”, é vista como um espaço de oportunidades de trabalho e de aquisição de bens de consumo. “Os pescadores que saíram [da Boca da Barra] moram todos em Rio das Ostras, mas só que bem longe, lá pelas roças de Nova Cidade” (informação verbal)⁵⁸ – “Eles saíram da Boca da Barra, mas não mudaram a origem do pessoal antigo” (informação verbal)⁵⁹ – “Hoje esses jovens não querem mais ser pescador, mas os pescadores antigos continuam na figura de pescador” (informação verbal).⁶⁰

4.5.3 Os marcadores espaciais no discurso dos pescadores

No discurso dos pescadores, a distinção permanentemente se faz entre “aqui” e “lá”, mas na significação desses marcadores de espaço, o sentido é sempre mais de resguardar a Boca da Barra como um lugar do que mostrar rejeição à parte exterior da cidade “lá fora”: “Aqui a gente se conhece, sabe que pode contar um com o outro. Desde pequeno que conheço as pessoas daqui [Boca da Barra]. Não é que eu não goste das pessoas de lá, mas não é gostar, nem deixar de gostar. É diferente.” (informação verbal)⁶¹ – “Ah sei lá, parece que lá fora é tudo diferente, é amontoado. Aqui a gente fica quietinho, seguro. Perto de família é sempre bom, certo?” (informação verbal).⁶² – “Eu só saio daqui mesmo muito difícil, vez ou outra pra ir a um médico e olha lá. A Boca da Barra é meu mundo. Basta” (informação verbal).⁶³

4.5.4 A ausência da topoafetividade

Há um distanciamento nítido na relação entre a Rio das Ostras de fora e a Boca da Barra. Não há topoafetividade pela Rio das Ostras de hoje. Nem através da memória podemos

⁵⁸ Informação fornecida pelo pai pescador A, em 2013. Cumpre esclarecer que o Bairro Nova Cidade, que fica a aproximadamente cinco minutos da Boca da Barra, hoje tem enorme densidade demográfica.

⁵⁹ Informação fornecida pelo pai pescador M, em 2013.

⁶⁰ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

⁶¹ Informação fornecida por filho da segunda geração R, em 2013.

⁶² Informação fornecida por filha da segunda geração R, em 2013.

⁶³ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

dizer que há topofilia, pois a Rio das Ostras que habita a memória dos antigos pescadores se representa através da antiga Boca da Barra em suas dimensões físicas e sociais.

Para os antigos pescadores a representação de um novo perfil da cidade se constrói mais pelo reflexo disso na Boca da Barra do que pelo que sabem de fora de lá. É através da rapidez e quantidade da entrada de bens de consumo que antes não existiam ali, através da saída de velhos moradores do lugar, na maioria das vezes motivados pela valorização imobiliária, e através do aumento do fluxo itinerante de pessoas no lugar, que a geração mais antiga percebe as mudanças ocorridas: “Aqui, né?, tinha meia dúzia de gente na cidade [...] Turista era muito pouco. Aí, depois de um... Aqui era terceiro distrito de Casimiro de Abreu, aí depois... agora de um tempo que a cidade foi crescendo, que os turistas foram vindo” (informação verbal).⁶⁴ Para os pescadores da primeira geração, que pouco saem da Boca da Barra, a percepção das mudanças da cidade é construída intuitivamente e a partir do que ouvem.

O que dá o entendimento de uma nova cidade aos pescadores mais velhos está ligado às mudanças no espaço físico da Boca da Barra e à diminuição do peixe nas proximidades da praia: “Para vir nessa praia aqui [Praia da Boca da Barra] tinha que vir no meio do mato assim, aquelas trilhas, para chegar nessa praia. Então era um deserto. Era muito bom de peixe. Muito bom que o peixe encostava, não tinha energia, era tudo escuro, né?” (informação verbal).⁶⁵

4.5.5 As fronteiras sociais e as características das fricções

Mesmo em relação às gerações mais novas é perceptível a existência de fronteiras sociais que exigem uma organização do grupo bem mais complexa em comparação a cinquenta, quarenta anos atrás. Na interação com outros grupos e espaços o comportamento dos membros do grupo sempre considera o compartilhamento de critérios de pertença. Da mesma maneira, o grupo compartilha critérios de avaliação e julgamento ao se referir aos “de fora”. Corroborando o que disse Barth (2000, p.26), o fluxo de pessoas e o aumento das interações não fez com que a segunda geração não se reconhecesse enquanto pertencente ao grupo de pescadores da Boca da Barra. É evidente que seus marcadores são menos visíveis que os da primeira geração. Assim é que o grande marcador da segunda geração é a Boca da Barra presente no discurso. Tanto em seu aspecto físico quanto nas relações sociais entre as

⁶⁴ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

⁶⁵ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

peessoas do próprio grupo, o lugar dos pescadores aparece como um elemento fortalecedor e de resistência identitária.

Só quem nasceu aqui e cresceu aqui vê a diferença. Antes então, parece que as casas não tinham portas. Se não era na praia era na casa de um, de outro. Cada casa era como se fosse a casa da gente. E até hoje é assim. Claro que tem mais gente e com a gente tendo que sair daqui pra trabalhar em outros lugares não é mais igual. Mas até hoje o respeito é o mesmo. Quero ver passar por um mais velho e não cumprimentar. Isso aqui não existe não (informação verbal).⁶⁶

O pessoal lá de fora fala: - ah, isso aqui [Boca da Barra] é muito parado. Mas Ó, na hora de pensar em comer um peixinho, uma cervejinha, distrair, né, aí vem logo na ideia a Boca da Barra. [...] Igual isso aqui não existe não (informação verbal).⁶⁷

Onde eu vou, estou, tenho maior orgulho de dizer que sou da Boca da Barra. Nascido e criado na Boca da Barra. Só que pensam que aqui todo mundo é pescador assim de ir pro mar e tudo. A gente até brinca, ajuda numa coisinha aqui e ali, mas pescar, pescar é muito diferente (informação verbal).⁶⁸

Em síntese, a perda de certo isolamento não representou a perda da manutenção cultural e o aumento do fluxo de pessoas não extinguiu as fronteiras do grupo social dos pescadores da Boca da Barra. Marcadores como as roupas dos pais pescadores e a participação dos filhos da segunda geração em algumas atividades como limpar peixe ou limpar redes, ainda que de maneira esporádica, servem para estabelecer fronteiras.

Contudo, a existência dos marcadores, ainda que com certo rigor pelos pais pescadores não impede a possibilidade de diversificação e expansão das relações sociais do grupo. Entretanto, as fricções se dão mais em caráter de ajuste do que de aculturação. Os critérios estabelecidos pelo grupo são exercidos para dar condições de existência no cenário atual de mudanças. Representam ao mesmo tempo a defesa de antigos padrões e abertura aos novos contornos:

Não é que a gente não muda ou não vai mudar. Eu mesmo mudei, tive que sair daqui. Sair assim, né, porque vivo mais aqui do que fora. Mas é o jeito das pessoas da Boca da Barra. A gente não vai mudar porque o mundo tá isso ou aquilo. Não vou dizer que não é bom. Muita gente nova, muita coisa que não tinha antes. Mas isso aqui

⁶⁶ Informação fornecida por filho da segunda geração A, em 2013.

⁶⁷ Informação fornecida por filho da segunda geração É, em 2013.

⁶⁸ Informação fornecida por filho da segunda geração A, em 2013.

é uma família. Mas todo mundo que chega é sempre bem recebido (informação verbal).⁶⁹

As limitações interativas se dão em nível consciente e a aproximação com outros setores se dá gradativamente por afinidade em relação ao universo da Boca da Barra. Os mais próximos são os que aparecem lá com certa constância. Primeiro os que frequentam os bares, depois os poucos “de fora” que trabalham no pequeno comércio local.

Contudo, o fluxo de pessoas não extingue as fronteiras com outros grupos, mas insere o grupo social dos pescadores da Boca da Barra em um processo de exclusão e incorporação concomitantes. Os próprios atores se empregam categorias identificadoras. O conteúdo cultural das diferenças aparece de duas formas diferentes: uma delas, por sinais e signos diacríticos – vestimenta, uso da língua, a forma das casas, o estilo de vida; a outra, pelas orientações valorativas – padrões de moralidade que são considerados relevantes para a identidade do grupo, comparecimento aos equipamentos culturais, aceitação de apadrinhamento, visita aos doentes, não venda direta de peixes aos “de fora” como princípio ético do acordo feito com os proprietários das peixarias locais, manifestações de pesar.

O grupo social tem critérios para determinação do pertencimento, como também tem maneiras de assinalar esse pertencimento ou exclusão. Os pescadores não se baseiam pela ocupação exclusiva da Boca da Barra, mas pelo compartilhamento de critérios e avaliações de julgamento. A fronteira hoje, diferentemente de décadas atrás, é quase que em sua totalidade social, e não geográfica. A ideia de bairro dos pescadores não corresponde às descrições formais, pois há uma construção mental da Boca da Barra.

A gente aqui do lugar sabe que Rio das Ostras cresceu. Mas esse cantinho aqui é o mesmo. Da ponte pra cá, até a [praia do] Cemitério, esse canto ninguém muda não. Da ponte pra lá eu não posso te dizer. Mudou muito. Mas esse canto continua sendo Boca da Barra, a Praia da Boca da Barra (informação verbal).⁷⁰

Certinho, certinho, eu não sei dizer, não, até porque antes o mato vinha até aqui e o mangue também era mais largo. Mas eu sei que pra lá da ponte já não é mais Boca da Barra (informação verbal).⁷¹

⁶⁹ Informação fornecida pelo pai pescador M, em 2013.

⁷⁰ Informação fornecida pela mãe da primeira geração R, em 2013.

⁷¹ Informação fornecida pela mãe da primeira geração E, em 2013.

A ponte, apontada nesses trechos de entrevistas por diferentes mães da primeira geração, não é a Ponte Sales Ferreira, mas uma extinta ponte de madeira sobre o Rio das Ostras à altura da ponte que hoje integra a Rodovia Amaral Peixoto sobre o mesmo rio.

Os pescadores desenvolveram uma consciência do lugar como forma de defesa de possíveis hostilidades e veem a urbanização da cidade como a antítese da Boca da Barra. A familiaridade com o lugar, gerador da forte topofilia, faz com que o grupo social se sinta protegido das perplexidades das mudanças ocorridas em seu entorno. Além disso, ao criar uma estrutura que permita a persistência das diferenças culturais através de suas autoatribuições, os pescadores não se mostram passivos diante de um processo de relacionamento entre identidades contrastantes. Ao contrário, parecem reconhecer o dinamismo e a descontinuidade das variações culturais.

4.5.5.1 Os marcadores linguísticos

É no universo semântico que esses marcadores se evidenciam. Em qualquer gênero de qualquer geração, o conhecimento do campo semântico representativo da realidade do grupo aparece como característica que serve para organizar a interação entre as pessoas. Fica nítido o compartilhamento de um léxico que distingue os “de fora” e “os de dentro”. Palavras como *corrico*, *paraquedas* (espinhal), além de uma grande variedade de nomes referentes a petrechos de pesca e nomes de peixe (cavala da plataforma, cavala bicuda e cavala “daqui de dentro”, entre outros mais conhecidos como cação, corvina, anchova) pertencem ao vocabulário compartilhado pelo grupo. O mesmo acontecesse com palavras que denotam ações ligadas à prática pesqueira como *guinchar*, *guardar costa*, *salgar*, *entalhar*, etc.

4.5.6 O olhar sobre o poder público municipal

4.5.6.1 Uma relação dúbia

O poder público municipal é visto como provedor, mas não como regulador comportamental. A ausência de uma política de resgate ou preservação identitária alarga a distância da representação do poder municipal como gerenciador do lugar. Além disso, o reduzido tamanho físico do *bairro* (denominação pouca usada pelo grupo social) diminui a percepção interna da presença do governo municipal. Essa relação se dá mais em nível individual, ou seja, quando um pertencente do grupo é funcionário da prefeitura, sem que essa

relação de trabalho penetre as fronteiras do grupo, a ponto de se ter a instituição “prefeitura” como elemento próximo do seu compêndio social e cultural mais forte.

4.5.6.2 Ausências do elemento humano no conceito de meio ambiente estabelecido nos documentos municipais.

A ausência do elemento humano no atual Código Municipal de Meio Ambiente retrata uma concepção distanciada entre ambiente natural e homem. A seção III do código trata das atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAP). Essa seção é composta de um único artigo, o vigésimo oitavo, que em nenhum dos seus vinte e seis incisos cita ou conota qualquer aspecto relativo à manutenção ou reconhecimento da existência de uma crise de reprodução no grupo. Nas inúmeras vezes em que a palavra “preservação” ou seus derivados aparecem, referem-se tão somente ao meio físico.

Em relação ao Plano Diretor do município, dois pontos chamam nossa atenção. No inciso I do capítulo X, que trata dos objetivos e diretrizes gerais da política urbana, o turismo e outras atividades geradoras de emprego e renda são apontados como prioridades quando se trata de “desenvolvimento sustentável de atividades econômicas e sociais mediante sua diversificação” (PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS, 2006). Não se desenvolve, nessa lei, o que se entende pela diversificação de atividades sociais. O inciso XII do mesmo artigo aponta como objetivo “proteger e desenvolver a pesca e a aquicultura”, entretanto, não são esmiuçadas as formas de proteção. Além disso, há uma lacuna conceitual sobre o entendimento do que venha a ser “proteger”. Quanto ao desenvolvimento aí indicado, o capítulo 58 da Seção IV – “Da agropecuária e da pesca” – apresenta, em catorze incisos, o conceito de desenvolvimento associado à ideia de aumento de produção e renda. Assim sendo, nenhum desses incisos se volta à questão identitária dos grupos sociais tradicionalmente ligados a essas atividades no município. Os poucos incisos que saem do binômio “produção & renda”, abordam e reforçam a ideia de meio ambiente como algo que não conecta espaço natural e sociedade.

Já o artigo 60 da mesma seção parece destoar um pouco desse discurso produtivista:

O poder público municipal priorizará o fortalecimento da dignidade e da cidadania da comunidade de pescadores locais, a qualificação para o trabalho da pesca e a sua identidade cultural, bem como promoverá a pesca como atividade econômica de especial interesse social, valorizando sua integração à atividade turística (PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS, 2006).

Em primeiro plano, destacamos que tematicamente o texto do artigo não se apresenta coeso, ou seja, não se traduz claramente como um todo significativo. Também há lacunas conceituais uma vez que o texto – e nem o que lhe segue na Lei – esclarece seu entendimento sobre ações como, por exemplo, “fortalecimento da dignidade, interesse social e qualificação para [...] identidade cultural da comunidade de pescadores locais” (PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS, 2006).

É visível que a expressão identidade cultural está flutuando no texto. Numa categorização do texto que considerasse ações e temas, observaríamos que sob a função do poder público de “priorizar” estão os temas (o quê?) “A dignidade” e “a cidadania”, (para quem?) “A comunidade de pescadores locais.” Já sob a função de “qualificar” estão os temas (o quê?) “O trabalho da pesca” e a “identidade cultural”. Embora implícito, interpretamos que a ação esteja referenciando o que o próprio texto denominou de “comunidade de pescadores locais”. Em seguida, interpretamos que a ação de “promover” refere-se ao tema “pesca”, entendido como atividade econômica de “especial interesse social”. Por fim, ainda se referindo ao tema anterior, vemos a função pública de “valorizar” a promoção da pesca através da integração à atividade turística. Esse é, sem dúvida, um ponto bastante enevoado do texto. Fica nebulosa a intencionalidade dessa integração porque não define exatamente os papéis da pesca e do turismo nessa integração. Outro ponto turvo é como e o que é qualificar a identidade cultural? Interpretamos também que ao usar a definição “comunidade de pescadores locais”, o texto da lei aplica uma concepção diferente da nossa enquanto “grupo social”. A delimitação espacial – tanto pela palavra *comunidade*, quanto pela palavra *local* – remete-nos novamente à associação de ações públicas voltadas aos pescadores numa confluência que intenciona bem mais a ideia de geração de renda do que a manutenção de uma identidade cultural. Para finalizar nossa observação sobre o Plano Diretor em seus aspectos ligados ao objeto de nossa pesquisa, verificamos que não são explicitadas as estratégias a serem utilizadas para que os objetivos sejam alcançados.

4.5.7 O sentimento mediado pela relação com o poder público municipal

O sentimento do grupo em relação à sua manutenção cultural e de pertencimento à cidade como um todo é de abandono por parte do poder público municipal desde a emancipação. Em nossa análise do conteúdo das entrevistas, são diversas as unidades temáticas que dão a essa relação a ideia de abandono: “A cada ano está pior [a profissão] e não tem apoio de nada. Não tem apoio em nada, nem municipal, nem estadual, ninguém dá

apoio a nada” (informação verbal)⁷² – “A gente tá abandonado pela prefeitura. O entreposto está aí jogado [foi feita a construção predial em 2012, mas não chegou a ser inaugurado, por falta de equipamentos], o gelo, o óleo é tudo difícil.” (informação verbal).⁷³

Eu acredito que porque... Essa Petrobrás, né? É muito óleo derramado aí fora que a gente passa por aquelas manchas [...] Essas plataformas que a gente não pode pescar perto é um campo de trabalho que a Petrobrás apanhou do pescador. Esses rebocadores que passam dando choque na água pra descobrir petróleo foi afastando os peixes e a prefeitura o que que faz? Não faz nada. Nada (informação verbal).⁷⁴

Ademais, na atual conjuntura há uma inviabilidade de diálogo em face de rupturas políticas entre a colônia e a prefeitura. Um píer interditado há tempos para reformas que não se iniciam, a não conclusão de um entreposto por questões burocráticas que fogem ao total entendimento da maioria dos pescadores e a ausência do poder público na preservação do equipamento cultural reforçam a distância. Esse panorama se agrava com a ausência de políticas públicas que efetivamente contemplem as demandas dos pescadores.

4.5.8 Uma leitura para lá de equivocada

Tivemos a oportunidade de participar do lançamento do Programa Estadual de Saúde e Segurança do Pescador, em 13 de setembro de 2013. O município de Rio das Ostras foi escolhido como sede do lançamento que ocorreu em um tradicional espaço de eventos da cidade. A justificativa do órgão municipal para a escolha da cidade como sede foi explicitada da seguinte maneira: “Por seu pioneirismo na implantação de um programa de saúde dedicado aos pescadores da cidade, Rio das Ostras foi escolhida para sediar o lançamento do Programa Estadual de Saúde e Segurança do Pescador” (<http://www.riodasostrs.rj.gov.br/12/09/2013>)

Contrariando a justificativa de poder aproximar os pescadores do poder público, o evento foi marcado por um grande distanciamento entre o que se mostrou como “alternativas” de melhoria nas condições de trabalho e renda e a realidade dos pescadores, não só da colônia Z 22, mas também das diversas colônias de pescadores ali representadas. Em primeiro lugar, não se via uma clara distinção dos objetivos e das instâncias competentes. Prova disso foi a não representação no evento da Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade,

⁷² Informação fornecida pelo filho pescador, em 2013.

⁷³ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.

⁷⁴ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

Agricultura e Pesca – SEMAP, uma vez que o município fora representado através da Secretaria de Saúde.

Os painéis apresentados tratavam superficialmente de temas como risco ambiental, pesca sustentável e saúde e meio ambiente. Destacamos que no painel sobre a pesca sustentável, nomes como *Global Aquaculture Alliance (GAA)*, *Global Gap* e *Food Alliance* percorriam a fala da palestrante numa proximidade inversamente proporcional ao entendimento dos pescadores. Percebemos também um total desconhecimento da palestrante em relação aos seus interlocutores. Assim como aconteceu no encontro dos pescadores com a Seguridade Social, uma ampla lista de documentos fora apresentada para a inserção dos pescadores no Programa de Certificação do Pescado Brasileiro que teve, como exemplos de adesão, o Grupo Pão de Açúcar, a FIFA e o McDonald's. Ao final do encontro, os pescadores receberam um kit contendo, entre outros apetrechos, preservativos sexuais masculinos, óculos de sol e protetor solar.

4.5.9 A razão local e a razão global dos pescadores da Boca da Barra

Ao analisarmos o sentimento de pertença do grupo social estudado em relação à totalidade da cidade, ou seja, como pertencente à Boca da Barra e ao mesmo tempo pertencente à cidade como um todo, encontramos claramente a divisão estabelecida por Milton Santos (2012) entre a razão local e a razão global. Para o grupo, a razão local é a fonte de suas relações sociais e base de sua coesão social. Se tomássemos conceitualmente as noções de orgânica e mecânica diríamos que não há entre os dois tipos de sociedade um modelo que especifique o grupo. Ao mesmo tempo em que há um compartilhamento de noções, valores, interesses materiais e de manutenção do grupo, os pescadores da Boca da Barra vivem um estado de ajuste frente às grandes mudanças em suas relações de alteridade e das grandes transformações na cidade onde seu lugar de vivência está física e politicamente inserido. Vivem atualmente em busca de adaptação à crescente exigência de individualidade e de diferenciação social.

Conjuntamente dialogam com os ajustes ao novo cenário da cidade, mas, ao mesmo tempo, através dessas formas de adaptação, estabelecem a Boca da Barra como elemento central de resistência. Novamente recorremos a Santos (2012) para chegar à conclusão de que a atual Rio das Ostras é representada para o grupo social através da ideia de verticalidade, ou seja, um espaço contíguo – mas sem afetos – deformado por um processo de industrialização, fluxo de capitais e mercadorias.

4.5.10 Uma topoafetividade próxima de sua definição

No atual estágio, a topoafetividade do grupo sobre a cidade como um todo é neutra em relação a ser topofílica ou topofóbica, mas não será assim permanentemente. Além disso, o processo de transformação é veloz e esse fato dará dinamismo ao processo de afetivação. Não é possível prognosticar se o sentimento do grupo em relação à cidade será topofílico ou topofóbico. Não é de todo improvável, inclusive, que esse sentimento se dilua em face de uma total incorporação da Boca da Barra às características das demais áreas urbanas do município. Há uma topofilia com a “Rio das Ostras do passado”, mas esse lugar de memória é, em sua totalidade, a Boca da Barra do passado. Há também a percepção de que as mudanças foram benéficas à inclusão em um mundo de consumo, ao mesmo passo em que são vistas como a causa de certas rupturas físicas e de quebra de padrões de convivência social interna. “Hoje o rio tá todo cortado por causa das casas” (informação verbal).⁷⁵ – “Ah, é triste, né? Os filhos agora já não ficam mais perto da gente como a gente ficava dos nossos pais, mesmo crescido. Saí era só pro mar junto com os pais [Filhos]. Às vezes com as mães.” (informação verbal)⁷⁶ – “O bom é que agora tem tudo né? Facilitou muito a vida. Basta ir ali no centro e se acha de um tudo” (informação verbal).⁷⁷ – “Até fora do defeso os caranguejos parecem que somem os grandes ou ficam tudo miúdo” (informação verbal)⁷⁸ – “Pelo que lembro não tinha muito onde comprar as coisas. Ônibus pra Macaé eram dois, três por dia”. (informação verbal).⁷⁹

4.5.11 O que será o amanhã?

Como vimos na discussão acerca da reprodução social do trabalho, em um futuro próximo, o grupo não terá na profissão de pescador o seu principal marco de resistência. Contudo, sem que seja possível prever a durabilidade, deve se manter como unidade significativa porque estabelece com certo vigor suas marcas de comportamento no intuito de persistência cultural. O fato é que hoje, para o grupo social dos pescadores, a Boca da Barra está afetivamente fora de Rio das Ostras, ao mesmo tempo em que, pelas circunstâncias de um

⁷⁵ Informação fornecida pelo pai pescador M, em 2013.

⁷⁶ Informação fornecida pela mãe da primeira geração É, em 2013.

⁷⁷ Informação fornecida pela mãe da primeira geração M, em 2013.

⁷⁸ Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013. O defeso (época em que é proibida a pesca) do caranguejo no Manguezal da Boca da Barra é de março a outubro.

⁷⁹ Informação fornecida por filho da segunda geração É, em 2013.

novo modelo econômico, está dentro. Há uma crise instaurada entre um “cá” íntimo e amado e um “lá” pragmaticamente necessário.

4.6 Afetos pela boca da barra

4.6.1 Retomando a questão central da pesquisa

A título de elucidação, ratificamos que a questão propulsora de nosso trabalho foi buscar respostas à existência ou não de afetos de um grupo social tradicional, o de pescadores, pelo seu lugar de vivência e história cultural, a Boca da Barra, em Rio das Ostras, município Fluminense, emancipado em 1992, e que, nas últimas décadas, teve grande crescimento populacional – fato que causou profundas transformações estruturais e sociais no *modus vivendi* de seus moradores mais antigos. Entre esses moradores mais antigos está situado o grupo social estudado, uma vez que a ocupação urbana da cidade começa na década de 1950, a partir de uma pequena aldeia de pescadores. A então aldeia é hoje a Boca da Barra.

Urge também retomar o conceito de afeto, estabelecido como pressuposto teórico de nossa atividade. Por afeto, entendemos o conjunto de sentimentos constituídos a partir do estabelecimento de uma relação. Nem sempre os afetos expressam sentimentalmente apreciação, carinho ou acepções positivas. Eles podem expressar uma gama de sentimentos negativos que vão desde o desejo de afastamento, despreço e até mesmo de destruição.

Todavia, não só no grau de intensidade fixado na polaridade positivo e negativo varia o afeto, pois também há diversidade nos tipos de relações afetivas. Por exemplo, há afetos por pessoas, por objetos, afetos traduzidos em medos, entre muitos outros. Em nosso caso, especificamente nos interessa o afeto pelo lugar que, como todo afeto, é construído nas interações sociais. Assim, os afetos são construídos à medida que as pessoas interagem no grupo social, ou mesmo numa interação entre as relações sociais com o ambiente natural ou humanizado que se configura como o lado físico do lugar. Mas é bom advertir que o papel da cultura e do meio ambiente físico são indissociáveis na construção dos afetos em relação a um lugar.

Mais resumidamente podemos dizer o seguinte: nossa investigação é sobre os afetos de um dado grupo social de pescadores sobre seu lugar de vivência, a Boca da Barra, antes uma aldeia de pescadores, hoje, um pequeno bairro encravado no centro urbano de Rio das Ostras.

4.6.2 Retomando Tuan e os *tópos*

Principal referência teórica de nossa pesquisa, o geógrafo humanista Yi Fu Tuan (1980) chamou de *topofilia* os afetos que denotam apreço por um lugar, e chamou de *topofobia* os afetos que denotam despreço. A partir dos conceitos criados por Tuan e do objeto de nossa investigação, no intuito de aglutinar essas duas possibilidades afetivas em relação a um lugar, optamos pela criação de um conceito até então ausente nos estudos das relações entre as pessoas ou grupos sociais com um lugar. Assim, *topoafetividade* é um conceito que aglutina duas possibilidades opostas de afeto sobre um lugar. Refere-se tanto aos afetos positivos, denominados por Tuan de *topofilia*, quanto aos afetos negativos que o mesmo geógrafo denominou *topofobia*. Cabe esclarecer que os conceitos de *topocídio* e de *topo-reabilitação* não estão abarcados na *topoafetividade*. Entendemos que o topocídio, conceito criado pelo geógrafo britânico Porteus (apud AMORIM, 1996. P. 142) e a topo-reabilitação, conceito do geógrafo Amorim (1996), não se interligam em uma interpretação mais direta ao conceito de afeto, embora abordem atitudes para com os lugares. Em nossa compreensão, esses conceitos se referem a atitudes que podem desencadear ou mesmo serem desencadeados pela topoafetividade.

Outro conceito chave de nossa instrumentalização teórica é de lugar. Optamos pelos pressupostos estabelecidos na Geografia Humanística que distingue, a partir dos significados construídos na vivência, os conceitos de espaço e lugar. Entretanto, é preciso entender a relação de complementaridade entre os dois conceitos, uma vez que dotado de significado, o espaço se transforma em lugar.

4.6.3 Interpretando a topoafetividade do grupo em relação à Boca da Barra

Todas as análises e interpretações realizadas mostraram que o grupo social dos pescadores tem profunda topofilia e total ausência de topofobia pela Boca da Barra. Assim sendo, a topoafetividade manifesta-se em apenas uma de suas facetas: a dos afetos positivos pelo lugar. Mesmo os pescadores que não permanecem como moradores de lá, ou as pessoas das gerações mais novas que, por motivos diversos, saíram da condição de moradores do lugar, permanecem com profundos laços de apreço e de pertencimento. Apesar das mudanças de participação ao longo de suas histórias de vida individuais, as distinções são mantidas.

A partir da conclusão de que a topoafetividade do grupo social é representada unicamente pela existência da topofilia, prosseguimos nossa investigação com o objetivo de

verificar os elementos imanentes na construção desse afeto dos pescadores em relação ao seu lugar de vivência.

4.6.4 A construção da topofilia dos pescadores da Boca da Barra

4.6.4.1 O papel da Natureza e da Cultura na construção topofílica

Corroborando o nosso pressuposto de que natureza e cultura são indissociáveis, interpretamos que a topofilia dos pescadores foi desencadeada na interação desses dois elementos. Sobre esse aspecto, é oportuno trazer à tona algumas interpretações obtidas através de nosso trabalho de campo acerca dessa relação dialética entre natureza e cultura: a) em nenhuma instância o meio ambiente físico determina a topofilia do grupo; b) a topofilia do grupo advém de sua história cultural e da experiência, mas essa compreensão só pode ser feita se considerarmos o contexto do ambiente físico.

4.6.4.2 O papel do ambiente físico à luz da fenomenologia

Sobre o papel do ambiente físico na construção da topofilia, nossa interpretação pode ser entendida à luz de alguns postulados da fenomenologia. Um deles é afirmar que não há objeto em si, uma vez que o objeto é sempre para sujeitos que lhes dão significados. Assim, consideramos importante avultar a discussão em torno da relação entre a natureza e o homem, ou como queiram, entre a natureza e a cultura. Concluimos que na intencionalidade afetiva do grupo social o racionalismo e o empirismo não se justificam porque desumanizam a ciência ao desconsiderar o ponto de vista daquele que vive no contexto de uma experiência.

Por outro lado, verificamos que o meio ambiente físico, ao ser percebido como imagem, dá formas aos sentimentos topofílicos. A relação de proximidade do grupo com a natureza faz com que os elementos concretos do meio ambiente da Boca da Barra funcionem como construtores de nexos porque assentam causalidades ligadas às forças culturais do grupo. Interessante observarmos que esses nexos diferem conforme a época e o ajuste necessário. As significações dadas aos ambientes físicos derivam da realidade circundante. Nenhum deles é significado fora do contexto do grupo social e, na formação desse contexto, estão as finalidades do grupo. Há, inclusive, uma ressignificação desses ambientes à medida que o grupo adquire novos interesses.

4.6.4.3 O amálgama formado pelo ambiente físico e pela história cultural

Há uma incorporação entre o ambiente físico e a história cultural do grupo que foi solidificada principalmente através do trabalho. O fato do principal subsídio de sobrevivência vir do meio natural criou um vínculo muito forte entre o grupo e o meio natural. Sendo condição de vida, o que se tirava do meio natural se tornou pressuposto de toda vida social. Sendo o meio natural durante muito tempo o responsável direto pela satisfação das necessidades, foi criada entre os pescadores e a natureza uma firme solidariedade e isso faz com que o grupo social tenha uma avaliação do meio ambiente natural da Boca da Barra diferente de outros grupos.

4.6.5 O papel da pesca na construção da topofilia

Com efeito, interpretamos que a pesca mobiliza afetos positivos, além de percorrer todas as instâncias da vida do grupo. Ela perpassa desde o grande esforço físico no trabalho até o rito. Esse trânsito pode ser observado na Festa do Padroeiro. Em nenhuma instância os pescadores veem o evento religioso como um potencializador do consumo turístico ou dos produtos do lugar, embora a ocasião crie um fluxo entre atores do grupo social e pessoas de fora. Os pescadores têm orgulho da dureza de seu trabalho e o rito religioso serve para evidenciar isso. Diferente da organização da festa, carregar o pesado andor do Santo durante a procissão é tarefa exclusiva dos pescadores. Esse ato demonstra a capacidade de resistir ao trabalho, ao mesmo tempo em que remete à ideia de reverência, submissão e reconhecimento da fragilidade dos trabalhos diante da grandeza da natureza e das coisas divinas. A associação do amor religioso ao meio ambiente natural enriqueceu a topofilia do grupo.

A instauração da crise se deu exatamente quando o grupo deixou de ter equilíbrio entre suas necessidades e o meio físico. Exemplo disso é o manguezal que antes era provedor de alimento e lazer e, hoje, transformado em área de proteção ambiental, representa para os pescadores a ruptura geossocial com o meio imediato. O manguezal protegido aparece para eles como um sinal das mudanças assinaladas e, além disso, agrega uma noção vaga e passiva da ideia de conservação do ambiente físico. Além disso, o grupo social não associa a proteção ao manguezal como proteção extensiva à sua história. Contrariamente, expressa o pensamento de que para os “de fora”, a natureza e pescadores têm diferentes relevâncias. A proteção ao manguezal representa para os pescadores a defesa da natureza e não do caráter cultural do grupo.

4.6.6 A praia: ao mesmo tempo luz e mistério

Acerca da praia, observamos que ela representa um dúbio sentimento para os pescadores: a segurança configurada na construção física da reentrância, ao mesmo tempo em que sugere aventura e perigo como portal do mar aberto. Para além desses sentimentos, a praia e o mar são interpretados pelo grupo como diferentes entidades que, embora contíguas, são personificadas em suas especificidades. Não há uma nomenclatura ou imagem coletiva para a representação desses elementos naturais. Por analogia, podemos entender a representação da praia através do papel de mãe, no modelo ocidental que conhecemos: protetora, mansa, próxima, facilitadora. “Aqui [na praia] eu sinto paz. Gosto de ficar olhando. No mar já não gosto tanto. Sei lá, acho barulhento. Não sei se é de tanta coisa que meu pai contou” (informação verbal).⁸⁰ Ali ficavam as mulheres do grupo quando os homens saíam para pescar. “A gente ficava aqui [na praia da Boca da Barra] contando história e vendo o tempo passar pra esperar os homens” (informação verbal).⁸¹ Conversavam horas após as partidas, enquanto seus filhos menores brincavam nas marolas. Ali também esperavam a volta dos homens. Por sua vez, o mar representa o espaço de um trabalho árduo e requerente de valentia. Mesmo a sensação de liberdade oferecida pelo mar era construída com significativa força física. Além disso, o aumento progressivo da distância a ser percorrida em busca de um pesqueiro fez com que o mar se tornasse um desafio cada vez maior:

Antigamente era aqui mesmo nessa beirinha [da praia]. Era no tempo que era só de linha. Aí, assim, não tinha risco, estava, como dizer... Praticamente em casa, né? Mas aí a gente foi tendo que sair cada vez mais. Passamos a pescar de rede. E aí a coisa foi ficando perigosa. Lá dentro é diferente. O mar é duro, severo né, como dizer? A gente gosta, acostuma. Mas não é como ficar aqui [na praia] no manso (informação verbal).⁸²

O mar é igual aquele pai que ensina e mostra o caminho. Ensina o segredo quando você é menino. Mas se você pensar que sabe mais do que ele você logo vê que não sabe, que sabe pouco. (informação verbal).⁸³

É a liberdade, né [estar no mar] fica longe dos problemas, dos barulhos. Mas tem que ter respeito. Se bobear ele [o mar] toma mesmo. É respeitar ele, saber ouvir ele. Respeitar. Respeitar. (informação verbal).⁸⁴

⁸⁰ Informação fornecida por f ilha da segunda geração R, em 2013.

⁸¹ Informação fornecida pela mãe da primeira geração M, em 2013.

⁸² Informação fornecida pelo pai pescador R, em 2013.

⁸³ Informação fornecida pelo pai pescador A, em 2013.

⁸⁴ Informação fornecida pelo pai pescador É, em 2013.



Figura 21 - Fotografia de aviso de restrição à pesca na Praia da Boca da Barra

4.6.6.1 A praia na construção da topofilia

No que tange à construção da topofilia, a praia é um elemento muito significativo e não é difícil compreender essa relação se considerarmos que a praia proveu ao grupo as condições de fixação, alimentação, reprodução e aprendizagem. Com efeito, em nossa interpretação o mar não representa um lugar para os pescadores. O mar é o mar e a Boca da Barra é a Boca da Barra. Ao contrário disso, a praia é parte integrante do corpo do lugar, ou seja, no hibridismo formado pelo ambiente físico e pela cultura a praia está fortemente inserida.

4.6.7 O papel fundamental do vivido na construção da topofilia

4.6.7.1 O equipamento cultural

Concluimos ainda que a topofilia tem sua origem nas experiências vividas na realidade do grupo. Antes de tudo, a topofilia precisa ser entendida como uma postura cultural. A amendoeira onde os pescadores se reúnem há muitos anos nos fins de tarde é, para além de um elemento físico, um elemento cultural que foi (re)significado na vivência do grupo. Dessa maneira o conceito de lugar como um ambiente físico dotado de significado, define a relação do grupo social dos pescadores com a Boca da Barra. Para eles, a Boca da Barra é um lugar e não um espaço porque é um composto de uma parte física (meio ambiente físico) e uma parte simbólica (cultura). Mais do que um objeto em si, a praia, o mangue, a amendoeira, a capela,

as casas e os demais ambientes físicos são equipamentos culturais que contribuíram para a construção de um sistema simbólico do grupo. E é esse sistema simbólico e significativo que entendemos por cultura do grupo social dos pescadores.

4.6.7.2 A memória

Além de ser um lugar de identidade, a Boca da Barra também é para o grupo social um lugar de memória, pois além da manifestação topofílica engendrada no espaço do lugar, os pescadores atuam pela manutenção da memória em um movimento de resgate da identidade cultural. Nesse movimento é possível perceber o transcurso da construção da topofilia. Os pescadores explicam sua lealdade com a Boca da Barra através de duas maneiras: ou apontam os laços com a natureza, ou recorrem à história do grupo. A história é responsável pelo amor ao lugar. A topofilia existe porque o grupo social tem uma história comum com a Boca da Barra. Essa topofilia, entretanto, não se estende a Rio das Ostras porque a cidade é vista como um conglomerado heterogêneo.

A história cultural do grupo se renova e as interações íntimas e diretas carregam um desejo de preservação do aparato simbólico. As interpretações e representações agregam as marcas do passado para a composição do presente. O grupo mostra apreensão em torno do desaparecimento de sua identidade. O principal marcador desse desejo de manutenção encontra-se justamente nas relações diretas entre as pessoas do grupo que mantêm entre si um modelo tradicional de solidariedade. A visão de mundo dos pescadores é mais social do que pessoal. A persistência a esse modo de viver não reside na recompensa econômica, mas nas satisfações nele obtidas, além do desejo e realização pela preservação da memória. Entretanto as relações diretas não são mais tão presentes e intensas como antes entre as novas gerações, e cabe à geração mais antiga o “dever” de “entalhar” a rede de comunicação. Práticas de encontro permanecem a partir de locais e épocas sacramentadas: a amendoeira é diariamente frequentada nos fins de tarde de todas as épocas pela geração mais antiga. Qualquer ausência é sentida diariamente e as respostas, quando já não presentes, são rapidamente buscadas. A calçada da praia é o espaço de entalhar as redes de pesca e esse ato também funciona como marcador de identidade. A capela é um monumento às crenças da pescaria e a Festa de São Pedro sempre foi um grande marcador da identidade do grupo e um forte equipamento cultural simbólico para o lugar. Não pelos aparatos estruturais, mas pela complexidade que representa aos pescadores, desde a antiga aldeia até a Boca da Barra de hoje.

4.6.8 O discurso como defesa e afirmação da topofilia

No discurso dos pescadores há um jogo bastante complexo em defesa da manutenção da identidade. A complexidade do jogo se dá em diversos níveis e, na maioria das vezes, em níveis dotados de operadores extremamente argumentativos, principalmente porque afirmam subjetivamente sua topofilia e sentimento de pertencimento. O discurso dos pescadores é repleto de vozes “autorizadas” que engendram um poder quase nunca percebido pelo interlocutor de fora. Entre os pescadores da primeira geração, como chave solidária e de luta; entre as gerações, marcado pela constante tentativa de apreender um “novo mundo”, através do que falam os mais jovens e, ao mesmo tempo, marcado pelo desejo de fixar um suporte de aceitação que ajudará no uso do discurso do poder nas fricções. Mas é com os “de fora” que a sagacidade se engendra. Desliza entre a culpabilidade e o entendimento para fixar sua existência. Não se trata de fixar o lugar físico da topofilia e tampouco a atividade principal da pesca como algo ligado ao novo movimento econômico. O discurso dos pescadores carrega a tensão estabelecida pelo desejo de manutenção de sua cultura que é onde tudo conflui: natureza, espaço físico natural, espaço físico humanizado e seres humanos.

4.6.9 O agir dos pescadores

Interpretamos que os comportamentos dos pescadores da Boca da Barra são atualizados porque buscam adequação às novas relações sociais. Sobre essa interpretação, é importante ressaltar a dinâmica pela qual passou o grupo ao longo dos últimos 50 anos. Não há a fixação de uma previsibilidade e o comportamento dos pescadores é definido nas interações. Esse fato, entretanto, não elimina a existência de normas do grupo, ao passo que também as torna subjetivas.

Ao tentarmos analisar a topoafetividade do grupo não pretendemos estabelecer um padrão objetivo e exato da relação afetiva do grupo com o lugar por eles significado. Ao contrário disso, nossa pretensão foi mostrar o quão subjetivo são as relações entre o homem e a Natureza, aqui tomada para representar a amplitude da subjetividade nessa relação.

Além disso, compreendemos que muito do comportamento dos pescadores é baseado no sentimento topofílico estabelecido com o lugar (na concepção de lugar como um espaço que foi significado por gente e através das experiências vividas).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando articular teoria e fatos da realidade social, este estudo foi idealizado a partir de experiências observadas e vividas no seio de uma cidade que convive há duas décadas com o fenômeno do alto crescimento populacional e com a pulsante interação entre grupos sociais e pessoas que recentemente vieram dos mais diversos lugares. Há uma verdadeira “colcha de retalhos” tecida nas experiências e afetividades trazidas a esse intenso “campo de fricções”.

São diversos os documentos e registros que apontam a ação desse fenômeno como motriz de impactos ambientais e como condição das oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimentista, através da oferta de trabalho gerada, principalmente, em torno da exploração do petróleo e gás. Mas se por um lado o “campo” se apresenta como um espaço de oportunidades, por outro se torna necessário pensá-lo em outra dimensão menos pragmática do que em geral ouvimos nos discursos que envolvem aspectos ligados ao que se convencionou chamar de progresso.

Em geral, o pensamento progressista associa-se ao uso de aparatos tecnológicos e à acumulação de dinheiro. Muitas vezes, a dimensão do elemento humano fica em segundo plano quando se prospecta a dinâmica de vida em um “espaço de oportunidades”. O que se conhece por lugar fica reduzido apenas a um espaço de busca de bens materiais, fazendo com que as relações interpessoais sejam representadas por uma teia tênue de interesses voltados ao acúmulo monetário.

No sentido de pensar a dimensão humana em uma cidade que se (re)constrói nesse cenário de acelerado crescimento populacional, nossas lentes apontaram para um grupo social que ao longo de décadas vem convivendo com as mudanças que culminaram nas grandes transformações de hoje. Compreender essas mudanças pelo panóptico dos pescadores, substantivando seus olhares pela dimensão humana foi o fio condutor escolhido para nossas interpretações. Essa dimensão, entretanto, só pode ser descortinada se avançarmos no entendimento de que um lugar é mais do que um espaço físico, e bem mais ainda do que as oportunidades financeiras que ele pode apresentar.

Nesse sentido, foi muito importante a distinção entre *espaço* e *lugar* estabelecida por Yi Fu Tuan e outros autores das geografias Humanística e Cultural. Apreender o lugar como um espaço dotado de afetos nos possibilitou reconhecer os diferentes olhares construídos nas relações afetivas entre os homens e os lugares e estendeu a toalha para que pudéssemos incorporar em nosso estudo os conceitos de *topofilia* e *topofobia*.

Essencial também foi trazer da Filosofia o que para nós representou uma nova leitura sobre o sentido dos *afetos*, entendendo-os como algo mais amplo do que sentimentos de carinho e apreço. Através dela foi possível, partindo das concepções de topofilia e topofobia, constituirmos o conceito de *topoafetividade*, um composto que abarca a existência da topofilia – sentimentos de apreço – e da topofobia – sentimentos de repulsa – aos lugares.

De maneira geral, entendemos que as referências trazidas ao corpo do trabalho foram valiosas porque facultaram larga observação em torno dos temas, além de solidificarem os pressupostos estabelecidos. Essa também é nossa opinião a respeito da interdisciplinaridade construída através das diversas áreas de conhecimento que percorremos para edificar a interpretação do fenômeno estudado.

Considerando que a relação entre o sujeito e o mundo é dinâmica e reconhecendo a existência de um vínculo inseparável entre a objetividade e a subjetividade, nossa intenção foi compreender a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, município Fluminense, emancipado em 1992, que, nas últimas décadas, dado o grande crescimento populacional, sofreu profundas transformações estruturais e sociais que afetaram o *modus vivendi* de seus moradores mais antigos. Objetivamos compreender como esse grupo social, em um contexto de grandes mudanças, atribui significados ao lugar onde constituíram um sistema de relações sociais.

É fato que a tentativa de interpretar afetos foi um difícil exercício de leitura porque envolveu percorrer o lado concreto das coisas e arremessá-lo para além do palpável. Foi desafiante o caminho de pisar o chão de um lugar e depois levantar sobre ele para entendê-lo além de seu ambiente físico. Foi, enfim, chegar ao *lugar humano* pelas pegadas da cultura deixadas na natureza.

Todavia, se por um lado o caminho foi árduo, por outro foi gratificante porque ampliou nossas lentes sobre importantes questões. Refletir os lugares como um composto formado pelos seus significados e pelo seu meio ambiente abre portas para respostas que poderão apontar interações mais saudáveis entre as pessoas *com/nos* lugares, sobretudo em lugares que vivenciam aceleradas transformações.

Entendemos que levar a dimensão humana ao plano principal das análises e planejamentos a espaços nos quais novas convivências são estabelecidas é precioso porque aponta o caminho da manutenção e da reconfiguração cultural dos lugares.

Ante as questões estabelecidas em nosso trabalho, diversas foram as apreensões em que chegamos após o cumprimento do percurso. Considerando a investigação que tomou o primeiro plano de nossa pesquisa, nossas interpretações deram conta que a topoafetividade

dos pescadores em relação à Boca da Barra manifesta-se apenas através da topofilia, sendo, portanto, a topofobia um tipo de afeto ausente na relação do grupo social com o lugar. A construção dessa topofilia foi gerada na interação entre natureza e cultura e solidificada principalmente através do trabalho. A pesca percorre todas as instâncias da vida dos pescadores, transitando desde a mobilidade coletiva no esforço físico requerida no contexto da produção até o rito e os símbolos do grupo. Ao construir uma realidade, as experiências vividas mobilizam a topofilia fazendo com que a Boca da Barra seja, não apenas um espaço físico significado, mas também um “lugar de memória”, abrigo do equipamento cultural simbólico.

Sobre as alterações e persistências em relação aos aspectos econômicos, às novas relações intergrupais, às formas de organização, às concepções sobre o mundo e aos padrões tradicionais verificamos o estabelecimento de uma crise no meio social originada pelo crescimento populacional. O contato com pessoas oriundas de espaços urbanos envoltos em um modelo de economia monetária propiciou o conhecimento de novas tecnologias e produtos até então pouco conhecidos. Esses produtos compuseram um novo ideário de consumo e o dinheiro foi se tornando cada vez mais necessário.

Assim, evidenciamos o plano econômico como a gênese das alterações relacionadas às novas formas de organização, sobre o novo formato das concepções sobre o mundo e sobre as mudanças nos padrões tradicionais.

Nesse contexto, a crise foi efetivada porque o produto de sua força de trabalho não tinha valor de troca suficiente para custear os novos bens de consumo. Por conseguinte, a “balança desfavorável” diminui o tempo livre de convívio que passou a ser ocupado pela necessidade de ganhar dinheiro. Esse mesmo fato desencadeou uma nova organização familiar e grupal. Surgiu a necessidade da noção de “orçamento” e o contato intuitivo com o dinheiro transformou-se na necessidade racional de previsibilidade financeira.

Tangente à reprodução social do trabalho com a pesca verificamos que não há uma transmissão do ofício de pescador sendo passado entre gerações porque as novas gerações buscam as ofertas por outros tipos de atividades menos braçais e mais vantajosas financeiramente. Embora orgulhosos de seu trabalho, os antigos pescadores reconhecem a dureza da lida com a atividade de pesca e manifestam o desejo de que seus filhos e netos, por meio da escolaridade, busquem atividades com maior reconhecimento social.

Outro fator relevante para desestímulo dos pescadores é o distanciamento com a formalidade trabalhista representada pela seguridade social. A incompatibilidade entre a

organização social do grupo e o excesso de burocracia é o motivo pelo qual pouquíssimos integrantes do grupo estejam na condição de aposentados.

Como desdobramento de nossa questão central incluía-se ainda a compreensão sobre a topoafetividade do grupo em relação à cidade de Rio das Ostras como um todo. Sobre esse ponto, entendemos que a Rio das Ostras “externa” à Boca da Barra não é vista como um lugar para o grupo social. A própria categoria “Rio das Ostras” é tomada metonimicamente pela Boca da Barra do passado.

É difícil para eles distinguir em termos conceituais a “Rio das Ostras” do passado – hoje transformada no bairro da Boca da Barra –, apenas um lugar dentro de um coletivo formado por subcategorias físicas (bairros). Assim é que podemos dizer que, para esse grupo, Rio das Ostras são duas: a da memória, representada pela Boca da Barra antiga, e a atual, um espaço não afetado e visto como um campo de inserção no atual modelo econômico.

Contudo, o sentimento de pertença é confuso aos pescadores à medida que o lugar topofílico da memória entra em contradição com o espaço afetivamente indiferenciado do presente. Se por um lado eles entendem que o lugar Boca da Barra integra um coletivo totalizado na categoria Rio das Ostras, por outro esse atrelamento não foi configurado em sua dimensão significativa pela cidade do presente que é compreendida apenas em uma dimensão física. Quem traz o sentimento de pertença é a ligação, a vivência com o passado, ou seja, a história cultural do grupo. Para aumentar essa dubiedade, a relação com o poder municipal não se estreita por laços de reconhecimento da história cultural e da representação da vivência do grupo.

De maneira mais objetiva, podemos dizer que a topoafetividade do grupo em relação à cidade como um todo se encontra em um estágio de neutralidade temporária e, atualmente, não há como saber se a definição se dará no caminho da topofilia ou da topofobia, ou ainda, se ao longo do tempo a Boca da Barra se caracterizará por uma factível homogeneidade afetiva construída dentro de uma conturbação física e de significados.

Evidentemente que não esgotamos os temas perpassados em nossa pesquisa e tampouco era essa nossa pretensão. O intuito foi contribuir no processo de construção dos lugares por meio de interpretações pautadas no trabalho de campo e nas obras que nos serviram de referência. Assim como aqueles que anteriormente perpassaram os temas discutidos nos prestaram grande contribuição, esperamos que nosso trabalho sirva de referência a outras investigações que certamente ampliarão a complexidade acerca do entendimento dos afetos pelos lugares.

Esperamos que *topoafetividade* não seja apenas um novo conceito, mas que se torne também um ponto de partida para novas e mais profundas interpretações sobre a interface entre a cultura e o meio ambiente. Nossa contribuição será exercida à medida que a importância dos afetos for considerada na fusão imprescindível entre o social e a cultura, uma vez que sem a compreensão dessa homogeneidade não há sentido nos lugares.

Procuramos mostrar ao longo do trabalho como a topoafetividade é construída, mantida ou refeita a partir dos significados atribuídos pelo homem aos lugares. Embora recente no campo dos estudos geográficos, nos quais há algumas décadas predominava o olhar sobre os aspectos físicos dos espaços, a discussão em torno das experiências e dos valores dos grupos sociais em relação aos lugares representa um traçado que pode nos levar a uma reparação histórica, no sentido de entender que cultura e meio ambiente não se superpõem, mas se integram.

Ao interpretarmos que os pescadores da Boca da Barra mantiveram-se enquanto um grupo social em meio ao grande fluxo populacional em seu lugar de vivência nas últimas décadas, ficou evidenciada a força daquilo que é construído pela experiência do grupo e escrito na história cultural. Também ficou evidenciado o papel da memória e o quanto ela pode intervir na relação com os lugares.

Em oposição, a ausência da preocupação com os afetos no interior de uma cidade arrebatada por uma veloz transformação pode incorrer na fragilização da história cultural e no aparecimento de um espaço de convivências marcadas pela aversão e pela fobia. Depreendemos que só é possível entender as atitudes e as preferências ambientais de um grupo social, mediante o conhecimento de sua história no contexto de seu ambiente físico.

Se lugar e afeto são os temas deste trabalho, tanto outros temas visíveis ou invisíveis completam o candelabro de objetivos e aspirações que marcaram o nosso percurso. Sobre todos eles, prepondera a avidez por uma cidade melhor, por um mundo melhor e por uma humanidade melhor.

Ademais, também foi bastante generoso o passo que demos em nosso processo contínuo de crescimento pessoal e acadêmico. Olhar as pessoas através dos lugares e os lugares através das pessoas fez-nos avistar o mundo (de dentro e de fora) com olhos diferentes e pela perspectiva das diferenças.

O caminho era novo, pois nunca tínhamos nos atirado na aventura de traduzir em escrita científica algo com tamanha complexidade. Contudo, ao lado de tantos braços amigos foi possível puxar o fio de uma rede tecida na melhor das parábolas humanas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **A Geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: Editora UEL, 1998.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **O que é Afetividade?** Reflexões para um conceito. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/o_que_e_afetividade.asp>. Acesso em: 7 jul. 2013.

AMORIM FILHO, Oswaldo. Topofilia, topofobia e topocídio em MG. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental** – a experiência brasileira. 2. ed, São Paulo: Studio Nobel/Editora da UFSCar, 1999. p. 139-52.

ANDRADE, Maria Margarida de. **As ciências humanas, as ciências da linguagem e a identidade cultural**. São Paulo: UPM, 2007.

ARANHA, M.L.A.; MARTINS M.H.P. **Filosofando** – Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1992.

ARANTES, V. A. Afetividade e cognição: rompendo a dicotomia na educação. **VIDETUR**, n. 23, Porto, Portugal: Mandruvá, 2003. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur23/valeria.htm>>. Acesso em: 4 mai. 2007.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2005.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-capalivraria, 2000.

BARTOLY, F. S. **Shopping Center: entre o lugar e o não-lugar**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, UFF, Niterói, 2007.

BERCHT, M.. Em Direção a Agentes Pedagógicos com Dimensões Afetivas. Instituto de Informática. UFRGS. Tese de Doutorado. Dezembro, 2001.

BONNEMAISON, Joël. **Culture and Space**: conceiving a new cultural geography. New York: I.B. Tauris & Co. Ltd., 2005.

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (ORG.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em:

BUENO, Antonio Sérgio. **Vísceras da memória**: uma leitura da obra de Pedro Nava. 1994. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio Carlos (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985a.

_____. Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: RAMÓN, Maria Dolores Garcia (org.). **Teoria y método en la geografía anglosajona**. Barcelona: Ariel, 1985b.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

CARDOSO, Wladirson. **Terra indígena e etnicidade**: os usos e a proteção da floresta pelos Kyikatêje. 2009. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Inclusão Social) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Em direção ao mundo da vida**: interdisciplinaridade e educação ambiental / Conceitos para se fazer educação ambiental. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1996.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 1, n. 1, Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831997000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas dos estudos geográficos. In:_____. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: RESENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2001.

DE AZEVEDO, Adriana Barin. A arte dos afetos em Deleuze e Espinosa. **Alegrar**, n. 7, Set/2011. Disponível em: <http://www.alegrar.com.br/revista07/images/revista07/deleuze_spinoza_azevedo_alegrar7.pdf>. Acesso em:

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/NUPAUBUSP, 2000.

_____. **Em busca de um novo lugar para o homem e a natureza**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Carla Rodrigues para o jornal Valor Econômico em 20 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2908624/em-busca-de-um-novo-lugar-para-o-homem-e-natureza#ixzz3ArK7LaMW>>. Acesso em:

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 115, mar. 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2000.

ELIADE, M. **O mito do eterno retorno: Cosmos e História**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERRARA, L. D' A. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Universidade de São Carlos (SP)/Studio Nobel, 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1989.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, Mar/Abr. 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONÇALVES, Leandro Forgiarini de. **O estudo do lugar sob o enfoque da Geografia Humanista: um lugar chamado Avenida Paulista**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Geografia, USP, São Paulo, 2010.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Rio+das+Ostras,+RJ/@-22.4699738,-41.9413349,12z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x97b359153013c9:0x134a864175a81692?hl=pt-BR>>. Acesso em:

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, jan/jun. 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HILLAS, Sylvio Costa. Geografia e literatura – um diálogo interdisciplinar prosaico e poético. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 2007-2009. Disponível em: <http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/GeografiaeLiteratura_UmDialogoInterdisciplinarProsa.pdf>. Acesso em Abril de 2014

HISSA, Carlos Eduardo Viana; CORGOSINHO, Rosana Rios. Recortes de lugar. **Geografias**: Revista do Departamento de Geografia UFMG, Belo Horizonte, v.2, n.1, jan/jun 2006. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/13>>. Acesso em:

HOLZER, W. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 3, p. 8-19, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas, 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastruempresa/2012/>>. Acesso em:

_____. **Censo Demográfico – 2000**. Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em:

_____. **Censo Demográfico – 2010**. Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em:

_____. **Contagem Populacional – 1996**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/>>. Acesso em:

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1993.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LA TAILLE, Y. Desenvolvimento do juízo moral e a afetividade na teoria de Jean Piaget. In: _____. (Org.) **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992, p. 47-73.

_____. Desenvolvimento do juízo moral. **Coleção Memória da Pedagogia: Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Segmento-Dueto, v. 1, n.1, 2005.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1994.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais**: análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**. Rio de Janeiro, v. 21, 1998, p.9-20. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf>. Acesso em:

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural II**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LIMA, Maria da Glória d'Almeida. **Pérola entre o rio e o mar**: História de Rio das Ostras. Rio das Ostras, RJ: Fundação Rio das Ostras de Cultura, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia n° 322)

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v.16, n.2, maio/ago. 2012.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 5ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

MAIA, João; LATTANZI, Ana. Territórios de criatividade. **FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 33, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3437>>. Acesso em:

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Direito das Famílias**: amor e ética. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARANDOLA Jr., Eduardo (Org). **Geografia e Literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010.

MARQUES, Mariana Ribeiro. **Afeto e sensorialidade no pensamento de B. Espinosa, S. Freud e D. W. Winnicott**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20706/20706_1.PDF>. Acesso em:

MARTINS, J.; DIEHTECHEKENIAN, M. S. F. **Temas fundamentais de fenomenologia**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Ed. Papyrus, 2000.

MELLO, J. B. F. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, n. 4, p. 91-115, 1990.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A cidade dos homens – algumas interpretações humanísticas sobre o urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 1., Rio de Janeiro, 1993. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. A humanização da natureza: uma odisseia para a (re)conquista do paraíso. In: SILVA, S. T.; MESQUITA, O. V. (Orgs.). **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p.31-40.

_____. Espaço, Lugar e “Deslugar”. **Redes**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 93-109, 1997.

_____. Explosões e Estilhaços de Centralidades no Rio de Janeiro. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 23-44. 1995.

_____. Explosões e estilhaços de centralidades no Rio de Janeiro. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

_____. Geografia humanística: uma bibliografia. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 3, 1997.

MENEGHETTI, Antonio. Nota sobre “afetividade”. In: _____. **Manual de Ontopsicologia**. 3ª ed. Recanto Maestro, RS: Ontopsicologica Editrice, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**, Natal, PPgEL/UFRN, n.5, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/odisseia/article/download/.../1464>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOLLICA, M.C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, A. C. **Democratização do processo decisório em municípios beneficiários dos royalties petrolíferos: a experiência de Rio das Ostras**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Campos dos Goytacazes, 2008.

OLIVEIRA, Alzira de. **A linguagem dos pescadores de Mato Grosso**: um estudo linguístico-etnográfico. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1980.

OLIVEIRA, M. K. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LA TAILLE, Y. (Org.) **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PACHECO, José Augusto. **O pensamento e a acção do professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Octávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PIRES, Álvaro. **A Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. **População prestigia tradicional**

Festa de São Pedro. Notícia publicada em 05 de julho de 2013. Disponível em:

<<http://www.riodasostras.rj.gov.br/noticia1287.html>>. Acesso em:

_____. Comissão de Estudos Ambientais. **Estudos ambientais**. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal, 2003. 88 p.

_____. **Diagnóstico ambiental da bacia hidrográfica do Rio das Ostras**. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal, 2004. 147 p.

_____. **Plano de Manejo da APA da Lagoa do Iriry**. Environ Consultoria e Projetos Ltda. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal, 2004a.

_____. **Plano de manejo do Parque Natural Municipal dos Pássaros**. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2004.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RIBEIRO, W. C.. Do lugar ao mundo ou o mundo no lugar? **Terra Livre AGB**, v. 11-12, p. 237-242, 1996.

RIO DAS OSTRAS. Lei Complementar nº 007/2008. Revoga as Leis 194/1996 e 719/2002 e institui o Zoneamento Geofísico do Município de Rio das Ostras. Rio das Ostras, RJ, 2008.

_____. Lei Complementar nº. 004/2006. Dispõe sobre o Plano Diretor, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Rio das Ostras. Rio das Ostras, RJ, 2006.

_____. Lei Municipal nº 1298/2008. Estabelece o zoneamento na Área de Especial Interesse para o Meio Ambiente (AEIMA) do Município de Rio das Ostras. Rio das Ostras, RJ, 2008.

ROCHA, Selma A. **Mulheres fluminenses da baixada litorânea**. Rio de Janeiro: Cedim, 2003.

_____. **Terra dos Peixes** – Memórias de Rio das Ostras. Rio das Ostras, RJ: Prefeitura Municipal, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. Espaços de turismo e de lazer urbano – uma leitura geográfica. **Revista Aportes y Transferências**, Mar del Plata, v. 10, n.1, p.22-34, 2006. Disponível em: <<http://nulan.mdp.edu.ar/276/>>. Acesso em:

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1976.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Santos, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Santos, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002.

SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, numeração do evento em arábico (se houver), 2000, Rio de Janeiro. **Caderno de textos**. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), 2000.

SIMMEL, Georg. As metrópoles e a vida mental. In:_____. **Fidelidade e gratidão e outros textos**. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

SOUZA, Heloísa H.T.M. Metodologia qualitativa de pesquisa. **USP: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, Mai/Ago. 2004.

STÖRIG, Hans Joachim. **A aventura das línguas**. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

STURZA, José A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis – MT**: um estudo de cognição ambiental. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. A.. Geografia e trabalho de campo. In:_____. **Geografia Física Geomorfologia**: uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do centro: Entrevista com Bruno Latour. **Mana**, v.10, n.2, Rio de Janeiro, Oct. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132004000200007&script=sci_arttext>. Acessado em: 03 set. 2013.

TUAN, Y. F. **The good life**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.

_____. A Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. Cap. 7, p. 143-164.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. **Mana**, v. 10, n.1, Rio de Janeiro, Abril 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2002

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Octávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.